CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PROFª NAIANA BABARESCO DE SOUZA
Rua Coronel Guilherme de Paula, nº 530 – Bairro Jaboticabal
CEP: 85.304.404 – Fone: (42)3635-2397 _ Laranjeiras do Sul – PR
E-mail: ljsceeplaranjeiras@seed.pr.gov.br

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

LARANJEIRAS DO SUL – PR

2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5
INTRODUÇÃO 7
1. Identificação da Instituição de Ensino 9
2. ELEMENTOS SITUACIONAIS 9
2.1. Histórico da Instituição 10
2.1.1. Histórico e características do bairro onde a instituição está localizada 13
2.1.2. Histórico e características do município onde a instituição está situada 14
2.1.3. Dados de matrículas e de egressos por curso 17
2.2. Organização da Instituição Escolar 17
2.2.1. Horários de funcionamento da Instituição Escolar 19
2.3. Organização Funcional 20
2.4 Infraestrutura: ambiente e equipamentos 43
2.5. Gestão Democrática 51
2.6 Instâncias Colegiadas 53
2.7. Perfil da Comunidade Escolar 55
2.8. Estágio 56
2.9. Indicadores educacionais 57
2.9.1. Rendimento Escolar 57
2.9.2. Indicadores Educacionais Externos 58
2.10. Organização pedagógica 58
2.10.1. Aulas remotas, síncronas e assíncronas 58
2.10.2. Organização das turmas 62
2.10.3. Organização dos tempos e espaços e as rotinas escolares 63
2.10.4. Acompanhamento da frequência escolar 63
2.10.5. Atendimento aos estudantes quando há falta de professores 64
2.10.6. A organização e acompanhamento da hora-atividade 64
2.10.7. A observação de sala de aula 65
2.10.8. O acompanhamento das ferramentas de gestão 65
2.10.9. Formação continuada 65
2.10.10. Organização da agenda da Equipe Gestora 66
2.10.11. Participação dos pais/família na instituição 66
2.10.12. O engajamento dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem 67
2.10.13. Processo de avaliação para a aprendizagem 67
2.10.14. Recuperação Paralela 69
10.10.15. Conselho de Classe 70
2.10.16. Acompanhamento do rendimento escolar 72
2.10.17. Classificação, Reclassificação, Adaptação, Aproveitamento de Estudos, Revalidação e Equivalência, Transferência em regime de progressão parcial 72
2.10.18. Atendimento Educacional Especializados 73
2.10.19. Atividades de ampliação de jornada 73

2.10.20. Trabalho com as demandas sócio-educacionais 73
2.10.21. Gestão pedagógica, administrativa-financeira e democrática 74
2.10.22. Transição entre as etapas de Ensino 75
2.10.23.Integração FGB, PFO e Itinerário Formativo à Educação Téc. Profissional 76
3. ELEMENTOS CONCEITUAIS 76
3.1. Sociedade e Conhecimento 78
3.2 Trabalho, Ciência, Tecnologia 80
3.3 Cidadania e Desenvolvimento Humano 80
3.3.1 Concepções de Estágio 83
3.3.2 Programas de Aprendizagem/Empregabilidade 83
3.4 Educação; Ensino e Aprendizagem 84
3.5 Alfabetização e Letramento 86
3.6 Currículo 86
3.7 Educação inclusiva 88
3.8 Tecnologias educacionais, mídias digitais e plataformas educacionais 88
3.9 Avaliação para a aprendizagem e Recuperação de estudos 90
3.10 Gestão Escolar 92
3.11 Formação Continuada do professor 93
5. ELEMENTOS OPERACIONAIS 95
5.1. Plano de Ação da Instituição de Ensino 96
5.1.2. Plano de Ação do Gestor 97
5.1.3. Plano de Ação da Equipe Pedagógica 97
5.2. Avaliações Externas 98
5.3.1. Oferta de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório 99
5.4. Descrição das atividades, programas e projetos 99
5.4.1. Equipe Multidisciplinar 99
5.4.2 Se Liga: é Tempo de Aprender 100
5.4.3 Programa EduTech 101
5.4.4 Programa Educa Tron 103
5.4.5. Plataforma Redação Paraná 104
5.4.6 Plataforma Inglês Paraná 104
5.4.7. Tutoria Pedagógica 105
5.4.8. Power B.I 105
5.4.9. Organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) 106
5.4.10 Atendimentos Educacionais Diferenciados 114
5.4.11 Serviço de Apoio à Rede de Escolarização Hospitalar - SAREH 114
5.4.12 Estudante Gestante 115
5.4.13 Conselho Escolar 115
5.4.14 Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF 116
5.4.15 Grêmio Estudantil 118
5.4.16 Clima Escolar 118
5.4.17 Descrição dos cursos ofertados pela instituição 120

5.4.18 Curso Técnico em Agronegócio 120
5.4.19. Curso Técnico em Edificações 121
5.4.20. Curso Técnico em Informática 122
5.4.21. Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas 123
5.4.22. Curso Técnico em Administração 124
5.4.23. Curso Técnico em Enfermagem 125
5.4.24. Curso Técnico em Farmácia 126
5.4.25. Curso Técnico em Estética 127
5.4.26. Ações relacionadas à empregabilidade 128
5.5. Alunos e professores representantes de turma 129
5.6. Programa Brigadas Escolares 129
5.6.1. Avaliação Institucional 130
5.6.2. Acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico 131
5.6.3. Calendário Escolar 2023 132
6. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR (PPC) - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 132
6.1 Plano de Curso: Técnico em Agronegócio Integrado 133
6.2 Plano de Curso: NEM - Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado 133
6.3 Plano de Curso: Técnico em Informática Integrado 134
6.4 Plano de Curso: Técnico em Administração Subsequente 134
6.5 Plano de Curso: Técnico em Edificações Subsequente e Integrado 134
6.6 Plano de Curso: Técnico em Enfermagem Subsequente 134
6.7 Plano de Curso: Técnico em Informática Subsequente 134
6.8 Plano de Curso: Técnico em Farmácia Subsequente 144
6.9 Plano de Curso: Técnico em Estética Subsequente 144
7. Formação Geral Básica - Currículo Priorizado 135
8. Parte Flexível Obrigatória 135
9. Trilhas de Aprendizagem (MAT e CNT): 136
10. Plataformas digitais 136
REFERÊNCIAS 137

APRESENTAÇÃO

> “Todo projeto supõe “rupturas” com o presente e “promessas” para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. ” GADOTTI, 1994, p.579).

Todo projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. É deste modo que o Projeto Político Pedagógico tem por objetivos resgatar a intencionalidade da ação educativa; superar o caráter fragmentário das práticas educativas; racionalizar os esforços e recursos para atingir os fins do processo educacional; superar as imposições ou disputas de vontades individuais, construindo a participação de todos na gestão democrática; gerar esperança, solidariedade e o exercício do trabalho coletivo e buscando fortalecer o grupo para enfrentar conflitos e contradições.

O desafio que se apresenta aos profissionais da educação é o de repensar suas práticas educacionais num novo jeito de ser escola, redimensionando o tempo e o espaço escolar, voltado para a sociedade do conhecimento e não da informação, com uma proposta humanista. Um Projeto Político Pedagógico que norteie e oriente toda prática educativa com a superação da simples transmissão de conhecimento, reconhecendo a importância da pesquisa, a construção de novos saberes a partir da convivência e das inter-relações entre as áreas do conhecimento e destas com a realidade.

A educação que se quer é de qualidade e considerará o seu fim primeiro que é o da humanização dos envolvidos no processo, sejam eles alunos, professores ou agentes educacionais, buscando a formação de seres pensantes, inseridos na realidade e com preparação cultural e técnica eficiente e integrada**.**

Nesse sentido, entendemos a importância do Projeto Político Pedagógico na organização do trabalho pedagógico visando a superação dos conflitos, buscando amenizar as relações competitivas e autoritárias, a ruptura das rotinas do mando impessoal e da burocracia que permeia as relações no interior da escola.

Pensando em uma educação de qualidade, faz-se necessária a construção de um Projeto Político Pedagógico eficaz. Um Projeto de novos caminhos em busca de uma educação coerente com as propostas educacionais da Secretaria de Estado da Educação e com a LDB 9.394/96, levando em consideração a realidade local através de uma gestão

compartilhada e comprometida.

O Projeto Político Pedagógico é o que orienta de uma maneira geral todo trabalho realizado dentro de uma Instituição de Ensino e deve ser construído a partir dos anseios de toda comunidade escolar, baseado na democracia, na construção da autonomia e no desenvolvimento do coletivo.

O PPP constituindo-se na Lei maior da Instituição de Ensino vem explicitar a sua função enquanto Escola Pública de Educação Profissional, fundamentada em bases legais, princípios filosóficos, diretrizes, objetivos, com vistas a efetivar sua prática educacional. Para que a Escola cumpra o seu objetivo e ofereça uma educação de qualidade aos alunos, é necessário este projeto norteador, cuja construção e execução perpassa toda a comunidade escolar. O PPP nesta perspectiva necessita estar sintonizado com a conjuntura econômica, política, social, cultural e educacional do País, do Estado, do Município e da localidade onde a Escola está inserida. Contribuindo assim, com os interesses e as necessidades dos educandos na sociedade contemporânea

O Projeto Político Pedagógico do Centro Estadual de Educação Profissional Profª Naiana Babaresco de Souza em sua essência, tem por finalidade conduzir, propor caminhos para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, respeitando as diversidades e especificidades do educando, do ambiente escolar e da comunidade local.

Para Veiga (2001, p.11) o Projeto Político Pedagógico deve apresentar características tais como:

> ser processo participativo de decisões;
> preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;
> explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo;
> conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica;
> explicitar o compromisso com a formação do cidadão.
> A execução de um projeto pedagógico de qualidade deve, segundo a mesma autora:
> nascer da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;
> ser exequível e prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;
> ser uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola;
> ser construído continuamente, pois como produto, é também processo.

Por esta razão, este projeto tem que vir de encontro com uma gestão democrática, comprometida com a formação e transformação não só do educando, mas também da sociedade.

INTRODUÇÃO

O objetivo do Projeto Político Pedagógico do Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza é propor um encaminhamento para as ações pedagógicas apresentando a organização e operacionalização do trabalho pedagógico, referentes aos seus princípios e metas para o desenvolvimento da aprendizagem, da melhoria da qualidade de ensino, da pesquisa como processo de construção do conhecimento, do respeito às diferenças e à diversidade, da formação continuada do professor, da contextualização dos procedimentos avaliativos e da valorização do aluno como sujeito do processo ensino aprendizagem.

A Constituição Federal, no artigo 205º, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, artigo 2º, afirma que "a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". A partir deste princípio, as instituições escolares devem definir seus objetivos a partir de sua especificidade, reconhecendo o direito e acesso de todos à educação.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) determina os direitos e objetivos de aprendizagem dos estudantes durante cada etapa da educação básica, e, conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), deve orientar os currículos dos sistemas e redes de ensino das unidades federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

Com base na LDB 9394/96 o CEEP tem como objetivo da educação "o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (LDB, 1996, p. 01).

Desta forma o CEEP busca desenvolver a Educação Profissional de forma coerente ao disposto na LDB, no Capítulo III, Art. 39:

> A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva" (LDB, 1996, p.16).

Para tanto objetiva-se uma educação que vise à emancipação humana integral,

formação para a compreensão e inserção no mundo do trabalho, assegurando-se aos estudantes o acesso aos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos, como base indispensável no processo de apreensão da realidade social. Garantindo assim, uma sólida formação técnica, através do contato dos estudantes com as inovações tecnológicas produzidas, cujo domínio tem se tornado exigência primordial para o ingresso no mundo do trabalho.

Este projeto é uma produção da comunidade escolar do CEEP, localizado na Rua Coronel Guilherme de Paula nº 530, Bairro Jaboticabal. O Centro é uma Unidade Escolar, pertencente a Secretaria de Estado da Educação, tendo como entidade mantenedora o Governo do Estado do Paraná, com oferta dos cursos Técnicos em Agronegócio, Contabilidade, Edificações e Enfermagem.

Os fundamentos legais que orientaram a reestruturação do Projeto Político Pedagógico foram as seguintes: Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, Constituição Federal de 1988, Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações. BNCC – Base Nacional Comum Curricular, Deliberação nº. 02/2018 – CEE/PR e Deliberação nº. 03/2018 - CEE/PR, CREP – Currículo da Rede Estadual Paranaense, Resolução 03/2018 – CNE, Resolução 04/2018 – CNE, Instrução Normativa nº 04/2019, Orientação n°17/2019 – DEDUC/SEED, Instrução Normativa Conjunta n. º 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta n. º 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, Instrução Normativa Conjunta n. º 06/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, Orientação n. º 05/2020 – DEDUC/SEED, Instrução Normativa Conjunta n. º 11/2020 – DEDUC/DPGE/SEED, Instrução nº 04/2021 - DEDUC/DPGE/SEED, Parecer nº 06/2021 – CNE. Este PPP segue ainda as orientações da Instrução Normativa 04/2019 e 05/2019, que dispõe sobre o Projeto Político-Pedagógico, a Proposta Pedagógica Curricular, o Regimento Escolar e o período letivo para as instituições de educação básica.

Considera-se ainda a Deliberação nº01/2021 – CEE/PR que estabelece normas para a organização do ensino híbrido e outras providências, em vista do caráter excepcional, no ano letivo de 2021, no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

1. Identificação da Instituição de Ensino

Instituição de Ensino: Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza.
Código da Instituição de Ensino: 02662
Endereço: Rua Coronel Guilherme de Paula nº 530, Bairro Jaboticabal, 1340 - PR, CEP 85.304-404.
Município: Laranjeiras do Sul
NRE: Laranjeiras do Sul
Código do NRE: 31
Código do INEP: 41157923
Dependência Administrativa: Estadual
Localização: urbana
Oferta de Ensino: Educação Profissional Subsequente de Nível Técnico, destinada aos alunos egressos do Ensino Médio, Educação Profissional Integrada de Nível Técnico, destinada aos alunos egressos do Ensino Fundamental.
Telefone: (42) 3635-2397
Email: ljsceeplaranjeiras@seed.pr.gov.br
Ato de autorização de Criação da Instituição de Ensino - Resolução nº 1577/2015 – SEED de 22/06/2015
Credenciamento para oferta da Educação Profissional: Resolução 2449/2016 de 17/06/2016
O parecer de aprovação do Regimento Escolar nº 08/2017.
Ato Administrativo de aprovação do Regimento Escolar nº 45/2017.
Entidade Mantenedora: Governo do Estado do Paraná.

2. ELEMENTOS SITUACIONAIS

O Projeto Político-Pedagógico ao fundamentar as demais instâncias do planejamento escolar, deve conter a possibilidade de análise da sua realidade escolar para delinear a identidade institucional da escola e fortalecer práticas pedagógicas coerentes com essa identidade. A análise possibilita definições de permanências e/ou

mudanças pautadas em concepções condizentes com os princípios da escola pública e que visem à aprendizagem de todos os estudantes. Esse território educacional é registrado no Marco Situacional do PPP – Projeto Político Pedagógico, onde se apresenta uma descrição da realidade escolar com as características mais relevantes da comunidade em que a escola está inserida, incluindo a diversidade dos sujeitos e priorizando os aspectos que implicam no processo de ensino aprendizagem.

2.1. Histórico da Instituição

Nas instituições que ofertam a **Educação Técnica Profissional**, destaca-se as características e o perfil dos estudantes que buscam, além da certificação na etapa do Ensino Médio, o diploma da formação técnica profissional alinhada ao mundo do trabalho. Desta forma, a organização dos cursos, espaços, a gestão escolar, entre outros processos educacionais, devem oportunizar aprendizagens que integram a Formação Geral Básica (FGB) ao Itinerário Técnico Profissional.

No ano de 2008, dez municípios do Paraná foram contemplados para receber uma unidade do Centro Estadual de Educação Profissional – CEEP. Já haviam cinco unidades no Estado e a partir de 2008 a previsão era que mais 10 (dez) seriam construídos. Dentre os municípios selecionados, Laranjeiras do Sul foi contemplada com o objetivo de atender uma demanda regional, visto que o Município está mais centralizado e poderia atender os demais da região. O município de Laranjeiras do Sul é Sede do Conselho de Desenvolvimento do território Cantuquiriguaçu CONDETEC.

O Território da Cantuquiriguaçu, reflete com precisão a essência da Associação de Municípios da Região Centro – Oeste do Paraná, que chamamos de Cantu. A entidade é o elo da união de 20 municípios, que juntos lutam por mais desenvolvimento para suas cidades.

Diante disso, pontua-se que o CEEP ficaria localizado em uma área com grandes demandas e várias especificidades, como: o maior assentamento da América Latina: Ireno Alves dos Santos e a maior Terra Indígena do Paraná: Terra Indígena Rio das Cobras.

Diante desse contexto, objetivando demonstrar a necessidade de uma unidade escolar de Educação Profissional foi realizado um estudo de demanda da região referente a alunos egressos do Ensino Fundamental, com a possibilidade de matrícula nos cursos técnicos na forma integral e de alunos egressos do Ensino Médio com possibilidade de matrícula para cursos técnicos na forma subsequente.

A partir dessa definição, foram realizadas várias reuniões com Entidades do Município juntamente com as Secretarias Municipais de Educação dos 10 municípios jurisdicionados ao NRE de Laranjeiras do Sul, no intuito de propor e discutir a demanda e a oferta de cursos, bem como suas especificidades a serem ofertadas.

Após o estudo dos cursos, do perfil dos estudantes, demanda de profissionais nas áreas específicas, as possíveis parcerias e locais de estágio optou-se pelos seguintes cursos: Técnico em Contabilidade (subsequente e integrado), Técnico em Edificações (subsequente e integrado), Técnico em Agronegócio (subsequente e integrado) e Técnico em Enfermagem (subsequente).

Enquanto as discussões aconteciam, dava-se início à construção da estrutura física, no ano de 2011, mas no dia 29 de outubro de 2013 houve a suspensão das obras porque segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT a construção estava sobre a faixa de domínio, ocasionando atrasos na construção, mas em maio de 2016 é nomeada a direção e contratados os primeiros agentes educacionais I, em agosto de 2016 iniciam as aulas com 160 alunos e dois cursos subsequentes Técnico em Contabilidade e Técnico em Agronegócio, então assim entra em funcionamento 14º Centro Estadual de Educação Profissional do Estado do Paraná.

Em maio de 2016 é nomeada a primeira diretora do Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza, a Professora Eliane Maria da Silva, formada em Ciências com Habilitação em Matemática, Pós-Graduada em Matemática e Física, Especialização em Matemática na Prática para o Ensino Médio e formada em Pedagogia. A nomeação foi realizada pela chefe do Núcleo Regional de Educação, a senhora Eliza Regina Gemelli da Silva, com vinte horas no período da manhã. Nesse período a diretora nomeada e quatro Agentes Educacionais I, iniciaram as atividades começando pela limpeza do local, e organização do mobiliário que estava em um dos laboratórios, nas demais repartições, foram sessenta dias de trabalho de toda a equipe, ou seja, a direção e os quatro agentes educacionais I.

Em agosto de 2016 iniciou-se o trabalho com alunos no período noturno com os cursos Técnico em Contabilidade, duas turmas e Técnico em Agronegócio, também com duas turmas na modalidade subsequente. Então assim entra em funcionamento o 14º Centro Estadual de Educação Profissional do Estado do Paraná. Somente em setembro de 2016 a direção passou do turno da manhã para noite. Em fevereiro de 2017 iniciou o primeiro curso Técnico em Agronegócio Integrado no período da manhã e através da resolução 00460/17 e a diretora foi nomeada com quarenta horas no período manhã e noite.

O Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza tem capacidade de atendimento a 1200 alunos, a área construída é de 6. 495,56 m², e a área livre é de 8.458,59m² totalizando uma área de 14.354,15 m².

A primeira nomenclatura definida em conjunto com o NRE foi “Centro Estadual de Educação Profissional de Laranjeiras do Sul”. Quando logo em seguida optou-se em homenagear alguém do município que tivesse vínculo com a educação. Então foi sugerido em reunião com a então Chefe do NRE Eliza Regina Gemelli da Silva, e o nome escolhido foi o da servidora pública Professora Naiana Babaresco de Souza a qual lecionou a disciplina de Educação Física em diversas instituições de ensino deste Núcleo Regional de Educação, demonstrando ser uma profissional competente e comprometida com a Educação. Além destas virtudes, demonstrou determinação ao enfrentar no auge de sua juventude o câncer. A demanda de alunos foi formada, em sua maioria, por alunos jovens. Portanto, esta escolha tem um referencial jovem e serve de homenagem à servidora. O CEEP formou sua primeira turma de Técnico em Contabilidade Subsequente em julho de 2017.

A Criação desta Instituição de Ensino, nos termos da Legislação Vigente, foi por meio da Resolução nº 1577/2015 – SEED de 22/06/2015, publicada em Diário Oficial do Estado no dia 23/06/2015.

O Credenciamento para oferta de Educação Profissional se deu pela Resolução 2449/2016 de 17/06/2016, publicada em 20/06/2016.

O CEEP possui Autorização de Funcionamento dos seguintes cursos:

- **Técnico em Edificações** – Eixo Tecnológico: Infraestrutura, forma **subsequente** (Resolução de autorização 2450 DOE 20/06/2016) e **Integrado** (Resolução 2449 DOE 20/06/2016) ao Ensino Médio; **NEM INTEGRADO:** Res**.** 4447 parecer 326/2021, Adequação Parecer 56 de 31/01/2022.
- **Técnico em Desenvolvimento de Sistemas** – Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, forma **NEM INTEGRADO:** Autorização de Funcionamento: Res**.** 6212, PARECER: 528/2021.
- **Técnico em Farmácia**– Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, forma **NEM INTEGRADO:** Autorização de Funcionamento: Res**.** 7691, PARECER: 669/2022.
- **Técnico em Marketing**– Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, forma **NEM INTEGRADO:** Autorização de Funcionamento: Res**.** 7693, PARECER: 658/2022.
- **Técnico em Agronegócio –** Eixo Tecnológico: Recursos Naturais, **subsequente** (Resolução 2452 DOE 20/06/2016) e **Integrado** (Resolução 2451 DOE

20/06/2016) ao Ensino Médio; **NEM INTEGRADO:** Res**.** 1667- PARECER: 87/2020, Adequação Parecer 72 de 01/02/2022.

- **Técnico em Administração** – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, forma **subsequente** (Resolução de autorização 3678/2018) e **Integrado** (Resolução de autorização 3710/2018) ao Ensino Médio;
- **Técnico em Informática** – Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, forma **Subsequente** - Resolução de Autorização 4172/2019 e forma **Integrado** ao Ensino Médio - Resolução de Autorização 4171/2019.
- **Técnico em Enfermagem** – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, **Subsequente** (Resolução 2562/2017 DOE 20/06/2017) e forma **integrado** ao Ensino Médio (Resolução 7690/2022).
- **Técnico em Farmácia** - Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, **Subsequente** (Resolução 8968/2023 DOE 03/01/2024) e forma **Subsequente** ao Ensino Médio (Resolução 8968/2023).
- **Técnico em Estética** - Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, **Subsequente** (Resolução 2627/2024 DOE 14/05/2024) e forma **Subsequente** ao Ensino Médio (Resolução 2627/2024).

O Centro Estadual de Educação Profissional, tem a missão de ofertar Educação Profissional com princípios da Política implementada pela Secretaria de Estado da Educação, reafirmando que com a política de retomada da Educação Profissional no Estado do Paraná, a partir de 2003, assume-se uma concepção que além da dimensão articulada ao mercado de trabalho, empregabilidade e laboralidade, relaciona-se também ao compromisso de formação humana dos alunos, o qual requer a apreensão dos conhecimentos científicos, tecnológicos e histórico-sociais pela via escolarizada. O público que procura o Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza para fazer os Cursos Técnicos Integrados é composto por adolescentes com faixa etária entre 14 e 18 anos, em sua grande maioria sem vínculo empregatício, uma vez que o curso é oferecido somente no período do diurno, já para os Cursos Técnicos Subsequentes, são alunos com idade acima de 18 anos, que já cursaram o Ensino Médio Regular. O aluno busca no CEEP uma qualificação e uma preparação para o mundo do trabalho, o qual exige a relação teoria e prática, desenvolvendo assim, conhecimentos, capacidade de análise crítica, reflexão e trabalho em equipe, ou seja, atributos que vão além das disciplinas técnicas curriculares, categorias que o Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana

Barbaresco de Souza se propõe a desenvolver no cotidiano escolar.

2.1.1. Histórico e características do bairro/comunidade onde a instituição está localizada

O Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza - CEEP, está localizado no Bairro Jaboticabal, próximo a BR 158, na cidade de Laranjeiras do Sul.

2.1.2. Histórico e características do município onde a instituição está situada

O Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza está situado no município de Laranjeiras do Sul na região da Cantuquiriguaçu, a qual é formada por 20 municípios localizados no centro-oeste do Estado do Paraná. Essa região conta com uma população de 247.384 habitantes, sendo que mais de 50% vive na zona rural. Agrega a maior reserva indígena do estado, dos povos *Kaingang* e *Guarani*, o maior assentamento de trabalhadores rurais sem terra da América Latina, além de vários grupos Quilombolas e mais de 80% das propriedades rurais do Território são de agricultura familiar.

Margeada pelos rios Iguaçu, Piquiri e Cantu os quais dão origem ao nome **CANTUQUIRIGUAÇU**. Conta com 07 usinas hidrelétricas, entre as quais Salto Segredo, Salto Santiago, Salto Osório e Foz do Areia, no Rio Iguaçu. Os 20 municípios que integram este Território apresentam os menores índices de Desenvolvimento Humano do sul do país. A região apresenta o menor IDH do estado do Paraná. Dos 20 municípios, 15 congregam mais do que 20,0% das pessoas que estão abaixo da linha da pobreza. A região apresenta a maior participação relativa de pobres (24,69%), em relação às 18 Associações Municipais do Estado do Paraná, o diagnóstico identificou que de um total de 62.474 famílias, 26.159 são consideradas pobres com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo.

Outro dado preocupante identificado é um grande esvaziamento populacional, principalmente de jovens que deixam a região em busca de trabalho e renda, ocasionando um sério problema sócio econômico. Destes, o maior número sai do meio rural. Em 2008 este Território foi elencado como Território da Cidadania, segundo a nova proposta política do governo Federal, que prioriza as regiões mais deprimidas do país.

“O nome Laranjeiras do Sul deriva da palavra Kaingang, Nerinhê que significa “Laranja”. O complemento ‘do Sul’ foi acrescentado a fim de diferenciar a localidade de outras já existentes com o mesmo nome.

Até meados do século XVIII, a imensa região entre a Vila de Guarapuava e a Colônia Militar de Foz do Iguaçu era um inóspito sertão habitado por índios arredios e extremamente selvagens, segundo anotações do Padre Catequista Francisco das Chagas Lima, o Padre Chagas. Tendo por hábito escrever sobre o seu trabalho, ficou conhecido como o primeiro cronista do Paraná. Foi o Padre Chagas quem escreveu que os índios Dorins habitavam os campos de Nerinhê, que quer dizer “Laranja” no idioma Kaingang. O pioneiro José Nogueira do Amaral teria chegado à condição de degredado no ano de 1848 e, convivido entre os índios.

Em 1853, ano em que o Paraná se desmembrou de São Paulo, foi expedido o primeiro documento de propriedade de terras, entre os proprietários José Nogueira do Amaral e Domingos Floriano Machado. A localidade onde hoje se situa Laranjeiras do Sul começa a conquistar sua própria identidade com a criação do Distrito Policial pela Lei Estadual 185, de 25 de abril de 1898.

Em 1901, foi instalada a Colônia Militar Mallet, tendo à frente o 1° Batalhão de Engenharia sob o comando do Capitão Félix Fleury, com o objetivo de construir a linha telegráfica, desde Guarapuava até Foz do Iguaçu. O telégrafo foi o primeiro meio de comunicação. Em agosto de 1911, por ato do Congresso Legislativo do Estado do Paraná, foi criado o Distrito Judiciário de Laranjeiras. Antes, para se expedir qualquer documento, como certidões de nascimento, casamento ou óbito, era necessário o morador se dirigir até o Distrito mais próximo, que se localiza em Goioxim.

No dia 24 de novembro de 1933, foi criada a Paróquia Sant`Ana, pelo Decreto n° IV, assinado pelo Bispo Diocesano Dom Antônio Mazzarotto, da Diocese de Ponta Grossa. O instituto Santa Ana foi fundado em 1938 e, como escola que preparava normalistas, chegou a ser referência interestadual, possuindo entre suas alunas, moças oriundas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O primeiro educador foi o professor Aluísio Maier, austríaco, naturalizado brasileiro que aqui teria chegado em 1912. Teve entre seus alunos, Alcindo Natel de Camargo que viria a ser o primeiro prefeito de Laranjeiras do Sul. Aluisio Maier têm seu nome perpetuado, como patrono de uma das nossas maiores escolas municipais.

No ano de 1913, sob o comando do Dr. Arthur Martins Franco, aconteceu à medição oficial da então Fazenda Laranjeiras. Franco contou com a colaboração do agrimensor Arthur Napoleão Sartori que em 1947 viria a ser o presidente da primeira

Câmara de Vereadores, eleita naquele ano. Em 13 de setembro de 1943 foi criado o Território Federal do Iguaçu e a sua capital instalada em Foz do Iguaçu. Em 31 de maio de 1944, o decreto n° 6.550, definia que a capital seria transferida para Iguaçu, ex-vila Laranjeiras e ex-vila Xagu.

A capital do território foi aqui instalada no dia 7 de setembro de 1944. A extinção do Território Federal aconteceu pelo artigo 8° das Disposições Constitucionais Transitórias, ou seja, uma alteração na Constituição Nacional promulgada no dia 18 de setembro de 1946. Iguaçu perdeu o status de capital, voltando à condição de distrito de Guarapuava. No entanto, lideranças locais se empenharam junto ao governo estadual e no dia 21 de setembro de 1946 foi assinado o Decreto de Lei n° 533, que criou o município com o nome de Iguaçu, passando a ser nominado Laranjeiras do Sul por força de Lei Estadual promulgada em outubro de 1947. A instalação do município ocorreu às 14 horas do dia 30 de novembro de 1946, em solenidade presidida pelo juiz Luiz de Albuquerque Maranhão Júnior. Como prefeito interino assumiu Antônio Silvério de Araújo".

Alguns Números referente ao Município:

Área Territorial - 671,121 km²

População - 32.732

Altitude - 841 metros acima do nível do mar

Clima - Subtropical úmido

Temperatura Média - 16º C

Latitude - 25º 24' 28" Sul

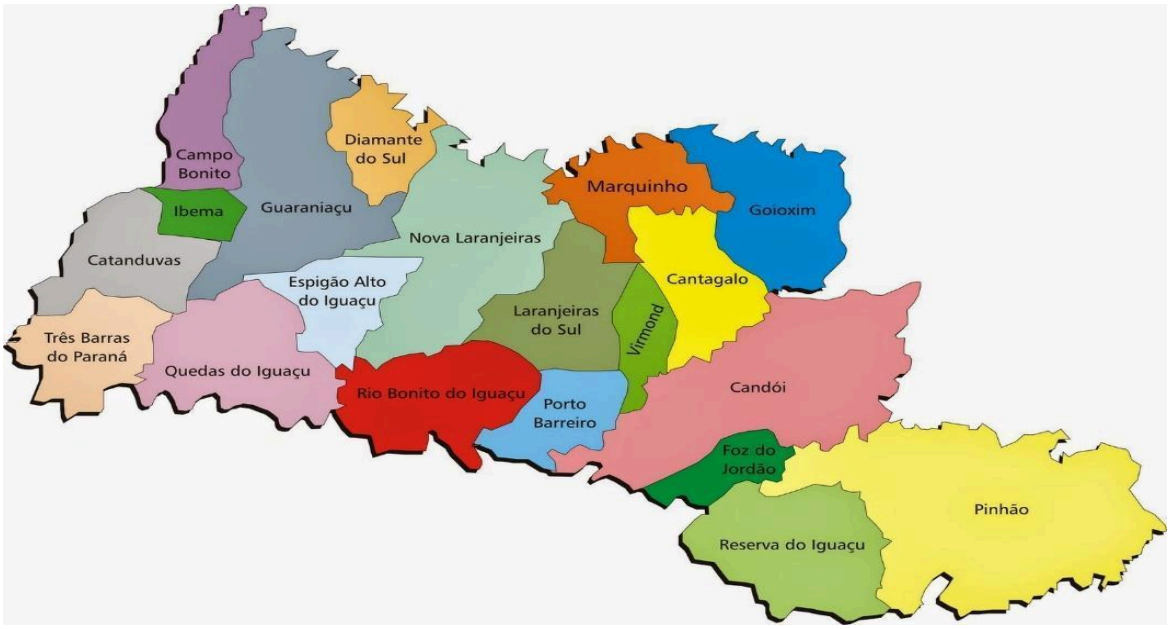
Longitude - 52º 24' 58" Oeste

Renda Per Capita - R$ 6.804,00

Densidade Demográfica (2010) - 45,8 habitantes /km²

Taxa de analfabetismo (2010) - 8,5%

(Fonte: Site da Prefeitura Municipal)



2.1.3. Dados de matrículas e de egressos por curso

Para consulta aos dados por curso acesse o link: https://drive.google.com/file/d/1mlGVb4P19rFo1lfWEM93mpkdUXr4wgFJ/view?usp=drive_link

2.2. Organização da Instituição Escolar

ENSINO PROFISSIONALIZANTE INTEGRADO : Agronegócio			
Turno	**Série**	**Total de Turmas**	**Total de Matrículas**
Matutino	1ª	01	**29**
Matutino	2ª	01	**25**
Matutino	3ª	01	**15**

ENSINO PROFISSIONALIZANTE INTEGRADO : Desenvolvimento de Sistemas			
Turno	**Série**	**Total de Turmas**	**Total de Matrículas**

Matutino	1ª	01	**21**
Matutino	2ª	01	**29**
Matutino	3ª	01	**22**

ENSINO PROFISSIONALIZANTE INTEGRADO: Informática			
Turno	**Série**	**Total de Turmas**	**Total de Matrículas**
Matutino	4ª	01	**24**

ENSINO PROFISSIONALIZANTE INTEGRADO: Administração			
Turno	**Série**	**Total de Turmas**	**Total de Matrículas**
Matutino	1ª	01	**36**

ENSINO PROFISSIONALIZANTE INTEGRADO: Enfermagem			
Turno	**Série**	**Total de Turmas**	**Total de Matrículas**
Matutino	1ª	01	**19**

ATIVIDADES COMPLEMENTARES: Robótica			
Turno	**Horário**	**Total de Turmas**	**Total de Matrículas**
Vespertino A	13:00 às 14:40	01	**12**

ATIVIDADES COMPLEMENTARES: CELEM			
Turno	**Série**	**Total de Turmas**	**Total de Matrículas**
Vespertino	LEM 2	01	**07**

ATIVIDADES COMPLEMENTARES: PROGRAMA ALUNO MONITOR			
Turno	**Série**	**Total de Turmas**	**Total de Matrículas**
Matutino	3º Período	01	**15**

ATIVIDADES COMPLEMENTARES: Voleibol			
Turno	**Horário**	**Total de Turmas**	**Total de Matrículas**
Vespertino	13:00 às 16:30	01	**08**

ENSINO PROFISSIONALIZANTE SUBSEQUENTE: Administração			
Turno	**Semestre**	**Total de Turmas**	**Total de Matrículas**
Noturno	3º	01	**18**

ENSINO PROFISSIONALIZANTE SUBSEQUENTE: Edificações			
Turno	**Semestre**	**Total de Turmas**	**Total de Matrículas**
Noturno	4º	01	**16**

ENSINO PROFISSIONALIZANTE SUBSEQUENTE: Enfermagem			
Turno	**Semestre**	**Total de Turmas**	**Total de Matrículas**
Noturno	1º	01	**25**
Noturno	2º	01	**21**
Noturno	4º	01	**26**

ENSINO PROFISSIONALIZANTE SUBSEQUENTE: Desenvolvimento de Sistemas			
Turno	**Semestre**	**Total de Turmas**	**Total de Matrículas**
Noturno	2º	01	**14**

ENSINO PROFISSIONALIZANTE SUBSEQUENTE: Farmácia			
Turno	**Semestre**	**Total de Turmas**	**Total de Matrículas**
Noturno	2º	01	**12**

ENSINO PROFISSIONALIZANTE SUBSEQUENTE: Estética			
Turno	**Semestre**	**Total de Turmas**	**Total de Matrículas**
Noturno	1º	01	**27**

2.2.1. Horários de funcionamento da Instituição Escolar

TURNO	INÍCIO DAS AULAS	TÉRMINO DAS AULAS
Matutino	1ª Aula: 7 h e 30 min.	8 h e 20 min.
	2ª aula: 8 h e 20 min.	9 h e 10 min.
	3ª aula: 9 h e 10 min.	10 h
	INTERVALO	10 h às 10 : 10
	4ª Aula: 10 h e 10 min.	11 h
	5ª Aula: 11 h	11 h e 50 min.
Vespertino	1ª Aula: 13:00 h	13 h e 50 min.
	2ª Aula: 13:50 h	14h e 40 min.
	3ª aula: 14:40 h	15 h e 30 min.
	INTERVALO	15 : 30 às 15 : 40
	4ª Aula: 15 h e 40 min.	16 h:30 min.
	5ª Aula: 16 h e 30 min	17 h:20 min.
Noturno	1ª Aula 18h e 40min	19 h e 30 min.

	2ª Aula 19h e 30min	20h e 20min.
	INTERVALO	20 : 20 às 20 : 30
	3ª Aula 20h e 30min.	21h e 20 min.
	4ª Aula 21h e 20min.	22h e 10min.
	5ª Aula 22h e 10 min.	23h

2.3. Organização Funcional

O quadro funcional do CEEP é composto por direção, direção auxiliar, equipe pedagógica, coordenadores de cursos, professores, agentes I e II e vigias, assim distribuídos:

Direção

Nome	Função	Habilitação	Vínculo Funcional	Turno	Carga Horária
Almiria Teresinha Lisboa Gomes	Diretora	Licenciatura em Letras; Especialização em Gestão Escolar	QPM	Manhã/ Noite	40

Equipe pedagógica

Nome	Função	Habilitação	Vínculo Funcional	Turno	Carga Horária
Elizete Zuchinali	Pedagoga	Licenciatura em Pedagogia;	QPM	Manhã/ Noite	40

Bavaresco		Especialização em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar; Especialização em Educação de Jovens e Adultos; PDE			
Vanessa Duarte da Silva	Pedagoga	Licenciatura Plena em Educação Especial 2008; Especialização em Educação Métodos e Técnicas de Ensino 2010; Especialização em Neuropedagogia 2012.	QPM	Manhã	20
Tecla Serbai Peschisky	Pedagoga	Licenciatura em Pedagogia; Especialização em Gestão, Escolar; Especialização em Psicopedagogia	QPM	Noite	20

Funcionários

Nome	Função	Habilitação	Vínculo Funcional	Turno	Carga Horária

Elizabete de OLiveira	Secretária	Graduação em Pedagogia Especialização em Gestão Escolar	QFEB	Manhã/ Noite	40h
Giovana Eleuterio Pigatto	Administrativo	Graduação em Letras/Português; Especialização em Literatura Brasileira	QFEB	Manhã/ Noite	40h
Luiz Carlos Gomes Ferreira	Administrativo	Graduação em Administração	QFEB	Manhã/ Noite	40h
Sonia Pereira da Silva	Serviços Gerais	Ensino Médio	QFEB	Manhã/ Noite	40h
Suely Terezinha da Costa	Administrativo	Graduação em Gestão de Negócios Especialização em Educação de Jovens e Adultos	QFEB	Manhã/ Noite	40h
Suyane Terezinha	Administra	Graduação	QFEB	Manhã/	40h

Marcante Kasinei	tivo	em Administração Graduação em Pedagogia; Especializaçã o em Gestão Escolar		Noite	
Terezinha Dorotéia Scopel	Administra tivo	Ensino Médio	QFEB	Manhã/ Noite	40h

Coordenações

Nome	**Função**	**Habilitação**	**Vínculo Funcional**	**Turno**	**CH**
Anderson Sartorelli	Coordenador do Curso de Agronegócio	Gestão de Agronegócios 2009; Economia 2014; Mestrado em Desenvolvimento Rural; Doutorado em Desenvolvimento Rural 2022.	PSS	Manhã	15
Angela Rosa Moritz	Coordenadora do Curso Técnico em Enfermagem	Bacharela em Enfermagem; Especialização em Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família	PSS	Manhã	05
Daiana Zanatta da	Coordenadora do Curso de	Bacharel em	PSS	Noite	05

Cruz	Enfermagem	Enfermagem 2012; Pós Graduação em Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família, 2013.			
Janei Boaria	Coordenadora do Curso de Administração	Licenciatura em Letras; Bacharel em Administração; Especialização em Língua Portuguesa Teoria e Prática; Especialização em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria.	PSS	Manhã Noite	10
Fátima Trento	Coordenadora Curso Técnico em Edificações	Bacharela em Engenharia Civil Especialização Engenharia de Segurança do Trabalho Especialização Engenharia de Avaliações e Perícias	PSS	Noite	05
Luiz Carlos de Paula Junior	Coordenador do Curso Técnico em Informática e Desenvolvimento de Sistemas	Bacharel em Sistemas de Informação 2010; Licenciatura em Computação; Comunicação e Informação Educacional e Empresarial; Tecnologias da Educação a Distância; Educação Profissional e tecnológica.	PSS	Manhã /Noite	25

Leandra Camelita de Souza Panato	Coordenadora do Curso de Estética	Graduação em Enfermagem; Pós-Graduação em Enfermagem Estética	PSS	Noite	05
Tuani Fabiula Marostica	Coordenadora do Curso de Farmácia	Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável; Bacharela em Ciências Biológicas; Licenciatura em Ciências Biológicas; Pós-Graduação em Educação do Campo; Pós-Graduação em Educação Ambiental e Sustentabilidade; Pós-Graduação em Biologia Celular e Molecular	PSS	Noite	05

Corpo docente

Nome	**Função**	**Habilitação**	**Vínculo Funcional**	**Turno**	**CH**
Anderson Sartorelli	Professor	Gestão de Agronegócio 2009; Economia 2014; Mestrado em Desenvolvimento Rural; Doutorado em Desenvolvimento Rural 2022	PSS	Manhã	04 aulas

Alexsandro Nunes Trindade	Professor	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	PSS	Manhã	06
Angela Rosa Moritz	Professora	Bacharel em Enfermagem 2013	PSS	Manhã Tarde	08
Camila Mondini Gugel	Professora	Licenciatura em Ciências Biológicas	PSS	Manhã	06
Celma Eliete de Quadros Padilha	Professora	Licenciatura em Pedagogia; Bacharelado em Enfermagem; Mestrado em Ciências da Educação	PSS	Noite	13
Carina Carla Gonçalves do Valle	Professora	Bacharel em Enfermagem .2012 Especialização em Urgência e Emergência de Pré hospitalar à UTI,2014	PSS	Manhã/ Tarde/ Noite	30 aulas
Cheila Lucas dos Santos	Professora	Ciências Econômicas ,2010 Matemática 2013 Pós Graduação em Educação de Jovens e Adultos, 2017 Pós Graduação em Alfabetização Matemática ,2017 Pós Graduação	QPM	Noite	02 aulas

		em Educação do Campo,2013			
Cinthia Roberta Fleck Chaves	Professora	Bacharel em Enfermagem ,2022	PSS	Manhã/ Tarde	25 aulas
Claudete Kuhn	Professora	Geografia , 2009 Pós Graduação em Geografia ,2014 Pós Graduação em Educação do Campo,2017 Mestra em Geografia,2014	QPM	Manhã	12 aulas
Cristiane Detoni	Professora	Tecnóloga em Sistemas para Internet	PSS	Noite	03
Daiana Zanatta da Cruz	Professora	Bacharel em Enfermagem ,2012 Pós Graduação em Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família ,2013.	PSS	Manhã/ Tarde	08 aulas
Daiane Brandão Macedo	Professora	Graduação em Enfermagem; Especialização em Enfermagem de Urgência e Emergência	PSS	Manhã/ Tarde/ Noite	28 aulas
Darliane Aparecida Carrilho	Professora	Enfermagem , 2011	PSS	Manhã/ Tarde	22 aulas
Edicleia Rosa	Professora	Graduação em	PSS	Manhã	01

		Enfermagem; Especialização em Regulação em Saúde no SUS			
Ediones Carla Tabaldi	Professora	Licenciatura em Letras; Especialização em Língua Portuguesa: Teoria & Prática; Especialização em Literatura Contemporânea	QPM	Manhã/ Tarde	03
Elenice Correa	Professora	Bacharelado em Enfermagem	PSS	Tarde	06
Eliane Cordeiro Toledo Corso	Professora	Bacharel em Administração ,2008 Curso de Especialização em Gestão Financeira de Negócios, 2010 Pós Graduação em Educação do Campo,2012	PSS	Manhã	04 aulas
Eliane Rosário	Professora	Licenciado em Letras / Inglês, 2006 Especialização em Arte Educação ,2007	QPM	Manhã/ Noite	12 aulas
Elisangela Vanessa Hadlich	Professora	Engenharia de Alimentos (Puc, 2001) Matemática	PSS	Manhã/ Tarde	09 aulas

		-2016 Pós Graduação em Didática e Metodologia do Ensino Superior -2011 Pós graduação em Metodologia do Ensino da Matemática e da Física 2017.			
Elizangela Richeta Nava	Professora	Bacharel em Administração , 2010 Especialização em MBA em gestão de Recursos Humanos , 2013	PSS	Noite	05 aulas
Evandro Schimit Colla	Professor	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas 2014	PSS	Manhã/ Tarde/Noite	20 aulas
Fabiano Franco Andrade	Professor	Filosofia ,2009 Pós Graduação em Gestão Ambiental ,2010	PSS	Manhã	06 aulas
Fátima Trento	Professora	Bacharelado em Engenharia Civil; Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho; Engenharia de Avaliações e Perícias	PSS	Noite	03 aulas

Graciele Merhet	Professora	Bacharel em Sistemas de Informação 2003 Pós Graduação em Didática e Metodologia do Ensino Superior 2004 Formação Pedagógica em Matemática -Equivalente a Licenciatura 2013 Pedagogia em Computação -Equivalente a Licenciatura 2015 Especialização em Gestão Escolar 2015	PSS	Manhã/ Tarde/N oite	25 aulas
Helder Wiggers	Professor	Ciências -2003 Pós graduação Pedagogia escolar: Supervisão ,Orientação e Administração -2001	QPM	Manhã	08 aulas
Iusamara Likoski Mariano	Professora	Letras Português /Espanhol ,2004 Pós Graduação Arte/Educação -Educação Inclusiva, 2010	PSS	Tarde	04 aulas
Ivan Leguizamon	Ṕrofessor	Engenheira Civil.2017 Engenharia Mecânica 2014	PSS	Noite	08 aulas

		Pós Graduação Engenharia de Segurança do Trabalho 2018.			
Janaina Novassat	Professora	Licenciatura em Letras; Especialização em Educação Especial: Área da Surdez-Libras; Especialização em Educação do Campo; Especialização em Educação Especial	PSS	Tarde	01 aula
Janei Boaria	Professora	Licenciatura em Letras; Bacharel em Administração; Especialização em Língua Portuguesa Teoria e Prática; Especialização em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria.	PSS	Manhã/ Tarde/N oite	14 aulas
Jean Carlos Justi	Professor	Licenciado em Geografia; Especialização em Arte: Educação e Saúde; Especialização em Educação de	QPM	Manhã	04 aulas

		Jovens e Adultos			
João Pedro Ribeiro da Motta	Professor	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	PSS	Noite	05
Juliana Paula Mariani	Professora	Educação Física -2007 Pós Graduação Educação Especial -2008 Pós Graduação Área da Surdez - Libras -2009 Pós Graduação Educação Física Escolar -2009	QPM	Manhã/ Tarde	14 aulas
Kely do Carmo Severo Josefi	Professora	Licenciado em Ciẽncias ,1998 Especialização em Didática e Metodologia do Ensino ,1998	PSS	Manhã	10 aulas
Kellyn Niedzwiedzki	Professora	Bacharelado em Engenharia Civil; Especialização em Design de Interiores: Industriais e Empresariais	PSS	Noite	05 aulas
Leandra Camelita de Souza Panato	Professora	Graduação em Enfermagem; Pós-Graduação em Enfermagem Estética	PSS	Noite	03
Leandro Jose	Professor	Enfermeiro 2010	PSS	Noite	15

Michelon		Pós Graduação em Desenvolvimento Comunitário ,2015 Pós Graduação em Ciências Humanas,2010			aulas
Leomar Caimi	Professor	Ciências Contábeis ,1994 Educação do Campo e Pedagogia Escolar ,2002 Técnico em Gestão Pública com Ênfase em Administração Municipal,2009	QPM	Noite	04 aulas
Luana Bartoski Kranz	Professora	Licenciatura em Ciências Biológicas; Especialização em Educação do Campo; Especialização em Educação Ambiental; Especialização em Educação Especial Inclusiva com Ênfase na Deficiência Intelectual	PSS	Manhã	02 aulas
Lucas Vinicius Boeira Lustoza	Professor	Análise e Desenvolvimento de Sistemas, 2019 Pós Graduação	PSS	Manhã/ Tarde/N oite	27 aulas

		em Mobile Desenvolvimento 2021			
Luiz Carlos de Paula Junior	Professor	Bacharel em Sistemas de Informação 2011 Pós Graduação em Educação do Campo 2012 Pós Graduação em Comunicação e Informação Educacional e Empresarial na Área de Educação 2013 Programa Especial de Formação Pedagógica em Computação Equivalente a Licenciatura 2014 Pós Graduação em Tecnologias e Educação a distância 2016	PSS	Noite	03 aulas
Macarcy Campigotto Fedatto	Professora	Ciências com Habilitação em Química ,1995 Especialização em Ensino de Matemática,1988	QPM	Manhã	06 aulas
Maria de Fátima Machado Batista Vaz	Professora	Enfermagem , 2011 Especialização em Segurança do Paciente	PSS	Manhã/ Tarde	19 aulas
Marileide Gutervil	Professora	Licenciatura em	PSS	Manhã	05

		Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa; Especialização em Literatura Brasileira; Especialização em Cultura e Literatura			aulas
Marina Teixeira	Professora	Enfermagem e obstetrícia ,1998 Pós Graduação em Gestão de Organização Pública de Saúde,2018 Pós Graduação em Urgência e Emergências do Pré-Hospitalar à UTI ,2015	PSS	Manhã/ Tarde	11 aulas
Marizete de Paula	Professora	Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável; Bacharelado em Agronomia	PSS	Tarde	02 aulas
Mauro Sergio Provin da Silva	Professor	Ciências -Habilitação em Matemática , 2002 Pós Graduação em Educação Escolar Indígena ,2014 Pós Graduação Ética e Gestão de Pessoas	QPM	Manhã	05 aulas

		,2003			
Monica Lascoski	Professora	Licenciado em Filosofia-2011 Licenciado em Sociologia-2018 Pós Graduação Educação do Campo-2012 Especialização em ensino de Filosofia no ensino médio 2016 Pós Graduação em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia 2015 Pós Graduação em Política e Sociedade -2015	PSS	Manhã/ Noite	12 aulas
Milena Pires	Professora	Bacharelado em Enfermagem; Especialização em Saúde Estética	PSS	Manhã/ Noite	17 aulas
Milena Schroeder Malherbi	Professora	Mestrado em Química; Licenciatura em Física;	QPM	Manhã	08 aulas
Natalia Nunes	Professora	Licenciatura em Letras-Português e Inglês;	PSS	Manhã	02 aulas
Noeli de Fatima Lange	Professora	História ,1995 Especialização História	QPM	Manhã	12 aulas

Paulo Henrique Sattler	Professor	Bacharel em Engenharia Civil 2019	PSS	Noite	06 aulas
Rafael Nicolay Pereira	Professor	Graduação em Farmácia com Habilitação em Tecnologia de Alimentos; Especialização em Farmácia	PSS	Noite	12 aulas
Rejane Maria Mintkewski	Professora	Engenheira Agrônoma 2008; Especialização em Perícia e Auditoria Ambiental 2017.	PSS	Manhã/ Tarde	20 aulas
Rosenilda Domingues Fernandes	Professora	Letras Português e suas Literaturas,2008 Pós Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação 2018 Pós Graduação em Educação do Campo,2012	PSS	Manhã/ Tarde	12 aulas
Rosinete de Fátima da Silva	Professora	Enfermagem ,2012 Pós Graduação em Saúde do Idoso e Gerontologia,2018 Pós Graduação em Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família ,2014	PSS	Noite	09 aulas

Sandra Mara Valendorff	Professora	Bacharelado em Direito;	PSS	Noite	03 aulas
Sandro Pio Passarin	Professor	Administração Rural ,2001 Pós Graduação TRabalho e Cidadania,2006 MBA-executivo em consultoria Empresarial ,2015 Pós Graduação em Ciências Educação Ambiental ,2002	PSS	Manhã	04 aulas
Sonia Martins Silva	Professora	Enfermagem ,2008 Formação Pedagógica em Biologia,2011 Pós Graduação Educação do Campo , 2014 Pós Graduação Educação Escolar Indígena ,2014 Pós Graduação Gestão de Organização Pública de Saúde ,2012 Pós Graduação em Saúde da Família,2014	PSS	Noite	12 aulas
Suelen Tessaro	Professora	Licenciatura em Matemática; Especialização	QPM	Manhã/ Tarde	18 aulas

		em Professores do Ensino Médio de Matemática; Especialização em Educação Escolar Indígena; Especialização em Educação de Jovens e Adultos			
Tatieli Tabaldi	Professora	Enfermagem ,2009 Pós Graduação em Gestão de Serviços de Saúde,2012	PSS	Manhã/ Tarde	30 aulas
Tiago Santos de Lima	Professor	Licenciatura em Letras-Português	PSS	Manhã	04 aulas
Tuani Fabiula Marostica	Professora	Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável; Bacharela em Ciências Biológicas; Licenciatura em Ciências Biológicas; Pós-Graduação em Educação do Campo; Pós-Graduação em Educação Ambiental e Sustentabilidade; Pós-Graduação em Biologia Celular e Molecular	PSS	Tarde/Noite	08

Vanessa Lenart de Oliveira	Professora	Licenciatura em Artes Visuais; Especialização em Educação Especial Inclusiva; Especialização em Didática e Metodologia do Ensino Superior; Especialização em Arte-Educação; Especialização em Educação do Campo; Especialização em Educação Especial	PSS	Manhã	08 aulas

2.4 Infraestrutura: ambiente e equipamentos

O CEEP conta com uma estrutura moderna composta pelos seguintes ambientes e equipamentos:

Ambientes Pedagógicos	**Quantidade**	**Condições para uso**
Salas de aula	12	Ótima
Sala da Direção	01	Ótima
Equipe Pedagógica	01	Ótima
Coordenações de Cursos	01	Boa

Secretaria	01	Ótima
Sala dos professores	01	Ótimo
Biblioteca com dois ambientes	01	Ótimo
Sala multimídia	01	Ótimo
Laboratório Química	01	Bom
Laboratório Matemática	01	Bom
Laboratório Física	01	Bom
Laboratório Informática	02	Ótimo
Laboratório Biologia	01	Bom
Laboratório Edificações	01	Bom
Laboratório Enfermagem/ Cuidador de idosos	01	Ótimo

Ambientes	**Quantidade**	**Condições para uso**
Refeitório com 230 lugares	01	Ótimo
Cozinha	01	Ótima
Espaço para armazenamento da merenda escolar	01	Ótimo
Lavanderia	01	Ótima

Cantina	01	Ótima
Banheiros Funcionários	06	Bons
Banheiros professores	04	Bons
Banheiros alunos	12	Bons
Banheiros auditório	03	Bons
Banheiro adaptado	01	Ótimo
Auditório para apresentações culturais, palestras e reuniões;	01	Ótimo
Quadra poliesportiva coberta;	01	Ótimo

Equipamentos Laboratórios de Informática: (60,67m²)

ITENS (DESCRIÇÃO)	***Quantidade***
Quadro branco	01
Ar-condicionado	01
Computadores completos de mesa	28

Equipamentos Laboratórios de Física: (60,63m²)

ITENS (DESCRIÇÃO)	***Quantidade***
Bancadas com saída para bico de Bunsen	01

Cubas com torneira e esgoto	05
Quadro branco	01
Bancada para o professor	01
Banquetas	30
Dispões de vidrarias em geral	30
Pipetas	20
Provetas	10
Béquer	10
Suportes	10
Garras	10
Tela de amianto para aquecimento	01
Aquecedor	01
Agitador magnético	01
Balança de precisão digital	03
Kit para estudo de dilatação térmica	01
Kit para estudo de Mecânica	01
Kit para estudo de magnetismo	01
Multímetros digitais	01
Conjuntos de cabos jacaré	01
Resistores e diodos	01

Termômetros digital	01
Bulbo e do tipo “espeto”,	10
Cabos elétricos	01
Lâmpadas de diversos tipos	10
Placa de Petri em Vidro	10
Talha Arquimedes	01
Lupas	07
Looping Decibelímetro Luxímetro	01
Balança	02
Termômetro	10
Bico de Bunsen	01
Calorímetro	05
Luxímetro	01
Kit elétrico	01
Trena de 5m	04
Kit contendo foto	01

Laboratórios de Química: (60,63m²)

ITENS (DESCRIÇÃO)	***Quantidade***

Bancadas com saída para bico de Bunsen	01
Cubas com torneira e esgoto	05
Quadro branco	01
Bancada para o professor	01
Banquetas	30
Manta Aquecedora	01
Balança com estufa	02
Estufa de concreto	01

Laboratórios de Biologia: (60,63m²)

ITENS (DESCRIÇÃO)	***Quantidade***
Bancadas com saída para bico de Bunsen	01
Cubas com torneira e esgoto	05
Quadro branco	01
Bancada para o professor	01
Banquetas	30
Estufa de concreto	01
Trigonométrico	02
Conjunto Solido Revolução	01

Conjunto de Lançamento	01
Microscópio eletrônico pequeno	03
Microscópio eletrônico grande	02
Lâmina de Vidro	30
Balança com estufa	02
Pinça	10
Microscópio com lente simples	01

Laboratórios de Enfermagem: (60,63m²)

ITENS (DESCRIÇÃO)	***Quantidade***
Esqueleto de corpo Humano	01
Suporte de soro	01
Aspirador de secreções	01
Braços para treinamento de pegar veias	02
Braços do tamanho de bebê	02
Bonecos adultos	02
Boneco simulador de PCR para RCP	01
Simulador de parto normal	01
Peças simulador de evolução do feto	08

Boneco dos músculos do corpo humano	01
Peças anatômicas do sistema respiratório	01
Peças anatômicas do sistema digestório	01
Peças anatômicas do sistema reprodutor feminino	01
Peças anatômicas do sistema reprodutor masculino	01
Peças anatômicas da pele	01
Balança para bebê	01
Bacias para banho de leito	04
Bandejas para medicamentos	08
Papagaio	01
Comadre	01
Lixeiras	02
Armários	04
Cama hospitalar	01
Carrinho (usado para banho e curativo)	01
Mesa hospitalar de inox	01
Peça anatômica para simular coleta de preventivo	01
Potes organizadores	12
Banheira de bebê	01

Pias com torneiras	04
Cadeiras	34
Carteiras	22
Mesa de professor	01
Estufa para esterilização e secagem	02
Quadro branco grande	01
Dispenser de sabonete	01
Dispenser de papel toalha	01
Suporte de papel higiênico	01
Vaso sanitário	01
Chuveiro	01
Extintor	01
Kit curativo com pinças	15
Cuba rim	02
Cuba redonda	01
Caneca inox usada no banho	01

Laboratórios de Edificações

ITENS (DESCRIÇÃO)	***Quantidade***

Aparelho speedy	1
Betoneira	1
Carrinho de mão braço metálico, caçamba	4
Conjunto de 8 balizas	1
Conjunto de acessórios e ferramentas	1
Conjunto de peneiras para solo	1
Disco espaçador CBR	1
Estufa Digital P/ Esterilização	1
Furadeira IMP. 700 W 13 mm 127 V	1
Lixadeira Cinta 900W 110 V	1
Lixadeira Orbital ESS-200 127V DWT	2
Maq Cortar Vergalhão N-1 (16MM) Vonder	1
Martelo de cunha	1
Martelo de pedreiro	8
Método HILF	1
Nível a laser 0516 c/ tripé SKIL	2
Permeâmetro de carga Constante	1
Permeâmetro de carga Variável	1
Picnômetro com Rolha Esmerilhada 100 ML	2
Picnômetro com Rolha Esmerilhada 2000 ML	1

Picnômetro com Rolha Esmerilhada 50 ML	1
Picnômetro com Rolha Esmerilhada 500 ML	1
Picnômetro Rolha Esmerilhada 250 ML	1
Plaina desempenadeira PDJ.310M 127V	1
Plaina PDL625 620 W Plaina 127V	2
Serra circular 7 14 127 v 1500W	2
Serra circular de bancada 127V SCD 1800	1
Serra mármore MS – 115 220 V	2
Serra Tico-Tico TTD 800 127V DWT	3
Soquete CBR – 10 LB	2
Soquete Proctor – 5 LB	2
Torno de bancada N.08 Profissional TB-8	3
Torques armador 13”	8
Trena a laser	2
Vibrador de imersão	1

Materiais pedagógicos

Para o atendimento às atividades pedagógicas, o CEEP conta com recursos audiovisuais e eletrônicos, que dão suporte aos professores nas suas atividades de docência.

Equipamentos	Quantidade
Kit de som	01
Televisores a cores 42”	03
Telas Eletrônicas	02
Data show, Multimídia	04
Computadores para área administrativa	20
Netbooks Obs.: 19 Netbooks foram emprestados para o Colégio Cívico Militar Érico Veríssimo	13
Televisores Multimídia a cores 42” programa Educatron	13
Notebooks	03

2.5. Gestão Democrática

A lei 9394/96 aponta a gestão democrática como um princípio da organização do trabalho na escola.

> Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, LDB, 1996).

Esta premissa desafia a escola a superar a lógica hierárquica historicamente construída e criar mecanismos efetivos de participação de toda a comunidade escolar. A

gestão da educação é a tomada de decisões conscientes sobre o que fazer a partir de objetivos definidos, entendendo que toda a tomada de decisões é um pensar político e um ato político.

A gestão democrática é uma gestão de autoridade compartilhada. Portanto, considerar a Gestão Democrática como um princípio pedagógico significa dizer que, não basta que o corpo discente e corpo docente discutam sobre ela, mas precisam vivenciar um espaço de participação democrática, que deve começar nas pequenas coisas ou relações estabelecidas dentro da escola.

Ainda deve-se considerar, que todo o amparo legal concedido a Direção ou estrutura administrativa não decorre do fato autoritário de administrar com autonomia plena ou mesmo acima dos demais segmentos da escola. Claro que mesmo a escola dividida em hierarquias, todas têm de se integrar e conjuntamente tomar decisões, as quais abrangem o coletivo da escola. A gestão democrática, enquanto expressão política da norma constitucional e da LDB está vinculada à formação da cidadania, através da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico.

Para a implementação da gestão democrática a escola possui os seguintes mecanismos de participação: Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários/as (APMF), Conselho de Classe e Grêmio Estudantil. A escola dispõe de um Conselho Escolar com funções e atribuições bem definidas funcionando de maneira permanente. O Conselho Escolar realiza reuniões sistemáticas que são marcadas com antecedência, em horário que todos possam participar e com divulgação prévia da pauta. Os segmentos representantes da comunidade interna e externa à escola têm participação efetiva no Conselho Escolar e os processos de ensino, aprendizagem e gestão democrática da escola atendem ao que foi definido e validado pelo Conselho Escolar.

A participação se estende também a reuniões pedagógicas, atividades festivas e culturais, exposições e apresentações de alunos em momentos em que os familiares verificam os talentos de seus filhos. Num processo democrático, a participação de todos é imprescindível e nesse aspecto o Grêmio Estudantil é primordial. Deve-se também trazer projetos culturais (música, dança, teatro, entre outros) para dentro da escola para uma qualidade de vida melhor para todos. É importante saber que, numa gestão democrática, é preciso lidar com conflitos e opiniões diferentes. O conflito faz parte da vida. Mas, precisamos sempre dialogar com os que pensam diferente de nós e, juntos, negociar.

- Participação dos Pais;
- Em reuniões coletivas para discussão de assuntos gerais e tomadas de decisões;
- Em reuniões por turmas para assuntos pedagógicos, junto aos professores, alunos

e outros pais, no início do ano letivo e quando se fizer necessário;

- No atendimento individual para tratar de assuntos pedagógicos e disciplinares em relação aos filhos;
- Em assembleias para análises decisões;
- Em órgãos colegiados;
- Em visitas a eventos culturais e mostra de trabalhos;
- Nas consultas para a escolha dos dirigentes do estabelecimento;
- Nas reuniões, quando necessário, com Conselho Tutelar e outros órgãos de proteção à criança e ao adolescente;
- Na participação, através das várias tecnologias presentes na escola: e- mail, site e outros.

Tais procedimentos exemplificam que toda gestão pressupõe o encontro de pessoas para a solução dos conflitos, contemplando transparência, impessoalidade, autonomia, participação, liderança e trabalho coletivo.

2.6 Instâncias Colegiadas

As Instâncias Colegiadas do Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza, são constituídas pela Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF, Conselho Escolar e Grêmio Estudantil, com estatutos próprios. São garantidas pela participação democrática e efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar escolhidos por eleições e as definições do trabalho partem da própria instância. O fortalecimento dessas Instâncias se dá pela participação ativa dos seus membros no cotidiano escolar, no sentido de orientar, avaliar, supervisionar e auxiliar a escola em suas ações, no processo de tomadas de decisões e na busca de soluções para a resolução e superação de dificuldades e impasses. Cabe às instâncias colegiadas decidir no âmbito interno do Centro, a correta administração dos recursos financeiros, físicos e humanos da escola.

O funcionamento das instâncias dentro do espaço escolar e o seu envolvimento no dia a dia no Centro, garantem a efetivação democrática do processo educacional e de gestão.

O processo eletivo democrático de seus membros e do qual devem fazer parte a comunidade escolar como um todo, permite, acima de tudo, uma constante avaliação da atuação e do desempenho das mesmas. O correto funcionamento destas instâncias, bem como, a atuação de seus membros, é observado e supervisionado por toda a comunidade

escolar, durante o período eletivo e nas reuniões pedagógicas.

CONSELHO ESCOLAR	
NOME	SEGMENTO
Almiria Teresinha Lisboa Gomes	Presidente
Luana de Almeida Pereira	Vice-Presidente
Terezinha Dorotéia Scopel	Conselheira Técnico Administrativo
Elizete Zuchinali Bavaresco	Conselheira da Equipe Pedagógica
Luiz Carlos de Paula Junior	Conselheira do Corpo Docente
Elenice Pedo Gritti	Conselheira de Pais e Responsáveis
Emily Kauany Cunha	Conselheira dos Alunos
Sonia Pereira da Silva	Conselheira da Equipe Auxiliar Operacional
Adriane Schinaider	Conselheira da APMF

APMF	
NOME	CARGO
Almiria Teresinha LIsboa Gomes	Presidente
Tatiane Biesek de Quadros	Vice-Presidente
Adriane Schinaider	1ª Tesoureira
Suiane Lais Cigarro da Luz	2ª Tesoureira
Terezinha Dorotéia Scopel	Secretária
Elenice Pedo Gritti	Conselho Fiscal
Gecele Adriane Niesciur	Conselho Fiscal
Sonia Pereira da Silva	Conselho Fiscal

Ilda Teston	Suplentes do Conselho Fiscal
Juliane Aparecida Freitas	Suplentes do Conselho Fiscal
Luana de Almeida Pereira	Suplentes do Conselho Fiscal

GRÊMIO ESTUDANTIL	
NOME	CARGO
Jean Kxeiaozek	Presidente
Luan Alves da Rocha	Vice-Presidente
João Paulo Mayer Santos	Primeiro Secretário
Evelyn Thayna Vinharski	Segundo Secretário
Gilberto Berlatto de Lima	Primeiro Tesoureiro
João Paulo Cardoso Dearo	Segundo Tesoureiro
Emmanuel Cristo de Freitas	Diretor Social
Vanessa de Fatima Sutiel	Diretor de Esportes e Lazer
Ana Clara Ebert	Diretor de Assuntos de Cultura e Diversid.
Matheus Camargo	Diretor de Assuntos Acadêmicos

2.7. Perfil da Comunidade Escolar

O Centro Estadual de Educação Profissional está localizado no bairro Jaboticabal e atende a uma demanda bastante diversificada, oriunda de vários municípios da região da Cantuquiriguaçu. Pelo levantamento realizado, através de questionários observou-se os seguintes dados: com relação ao gênero o corpo discente, é composto por 17.9% masculino e 82.1% feminino, os estudantes da Instituição de Ensino são em sua maioria do sexo feminino. Com relação à idade, temos um público bastante variado, 25.36 % menores de 18 anos; 25.36% até 20 anos; 22.46% alunos de 21 a 25 anos; 20.29% alunos de 26 a 35 anos e 6.52% alunos com idade superior a 35 anos. Quanto autodeclaração de cor, 60.28% se autodeclara branco, 30.50% se autodeclara pardo, 3.90% são indigenas, 2.84% amarelo e 2.48% negro.

Quanto à residência dos estudantes, a metade do público reside no município onde está localizada a Instituição de Ensino e a outra metade é composta por estudantes oriundos das cidades vizinhas sendo que há na Instituição de Ensino estudantes de mais oito municípios sendo estes: Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Quedas do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Cantagalo, Virmond e Marquinho. Residem na zona urbana 69.75% e na zona rural 30.25%. Já com relação ao trabalho, temos a seguinte realidade: a maioria não está trabalhando, sendo estes 40,71% os quais demonstram preocupação com a situação do desemprego que assola o país; 32,86% tem emprego fixo; 15,36% têm emprego temporário e 11,07% dos alunos trabalham com seus pais em suas propriedades, no meio rural cultivando grãos, criando vacas de leite, dentre outras atividades. A fonte econômica das famílias vem do trabalho como: assalariados, autônomos, pequenos comércios e da agricultura familiar, quanto a renda 44,80% dos alunos vêm de famílias com renda até 1 salário mínimo, 43.01 % entre um (01) a três (03) salários mínimos, poucos são os estudantes que têm renda acima de três salários. Quanto à escolaridade dos pais, verificou-se que em média, 17.58% somente concluíram o Ensino Fundamental, 15.02% cursaram o Ensino Médio, alguns tem curso de nível superior e a grande maioria nem sequer concluiu o Ensino Fundamental. Observa-se que a escolaridade das mães dos estudantes se parece com a escolaridade dos pais, chamando atenção que o percentual de curso superior é um pouco maior.

No que se refere ao acesso às tecnologias apesar de ser algo aparentemente universal, observa-se que nem todos têm acesso a internet e também os recursos para obter essa ferramenta, a qual nos dias de hoje possibilita aprendizagem, informação e

interação.Os estudantes buscam no CEEP qualificação e preparação para o mundo do trabalho vislumbram nesse espaço obter uma profissão.

2.8. Estágio

Os estudantes que frequentam a educação técnica profissional de nível médio integrado ou subsequente poderão ser estagiários.

1. **Estágio Obrigatório e Plano de Prática Pedagógica (não remunerado):** o estágio obrigatório é aquele definido como **componente curricular obrigatório**, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma, previsto na legislação vigente, conforme a natureza do perfil profissional.

2. **Estágio Não Obrigatório (remunerado)** - aquele desenvolvido como **atividade opcional**, acrescida à carga-horária regular e obrigatória para estudantes com idade mínima de 16 (dezesseis) anos, conforme o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

2.9. Indicadores educacionais

Os indicadores empregados na educação, nas últimas décadas, são meios importantes de instrumentação de gestão, uma vez que possibilitam aos responsáveis que atuam nas redes de ensino, em programas, projetos e também na própria instituição de ensino, reconhecer situações que precisam de mudanças, de incentivos ou aprimoramento. Estes indicadores são um conjunto dos parâmetros quantitativos e qualitativos que visam acompanhar determinada atividade, verificando se os objetivos estão sendo atingidos ou se há necessidade de intervenção.

2.9.1. Rendimento Escolar

O rendimento escolar de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, refere-se à avaliação do conhecimento adquirido no âmbito escolar, a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. Além disso, o rendimento escolar na Educação Básica, nos

níveis fundamental e médio, deve observar a obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Por outras palavras, o rendimento escolar é uma medida das capacidades do aluno, que expressa o que este tem aprendido ao longo do processo formativo. Também abarca a capacidade do aluno em responder aos estímulos educativos. Neste sentido, o rendimento escolar prende-se com a aptidão.

Quando é feita a análise do rendimento escolar do aluno pode-se oferecer uma solução personalizada e que melhora o seu desempenho. Desse modo, ele não apenas terá notas melhores, como também terá uma construção mais sólida de conhecimento.

É importante mencionar que essa avaliação não é de responsabilidade apenas dos alunos e professores, mas quando há o envolvimento dos pais e também da diretoria é possível identificar e solucionar problemas que possam causar baixo desempenho escolar dos alunos de maneira mais eficaz. O bom relacionamento entre pais, professores e diretoria é indispensável.

Para que exista um relacionamento adequado entre escola, aluno, pais e professores, é necessário haver diálogo a fim de construir empatia e confiança. E é através do acompanhamento do rendimento escolar, com as reuniões, por exemplo, que se constrói e reforça isso.

ESTATÍSTICA RESULTADO FINAL

Acesse o link para**: Estatística Resultado Final - 2022 e 2023**

https://drive.google.com/drive/folders/111o1xo5eGXsAu4ESx-Fn2asUp2NAGPyO?usp=sharing

2.9.2. Indicadores Educacionais Externos

Os resultados do desempenho escolar são contabilizados para fins de análise dos aproveitamentos dos alunos como ferramentas de avaliação da Instituição de Ensino em relação a superação dos índices a cada ano/semestre letivo, considerando o acesso, o fluxo e a aprendizagem de todos os alunos, contribuindo para melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade.

Os profissionais da escola acompanham, discutem e propõem ações a partir dos resultados das avaliações internas e externas, como: retomada dos conteúdos com baixo desempenho, atendimento individual na hora atividade e refacção da prova conforme disciplina presente na grade curricular.

A média da frequência pode ser mais elevada, se o 1º ano do NEM trabalhar com os estudantes a importância da frequência. A participação na Prova Paraná é boa, no entanto os índices são preocupantes uma vez que no CEEP as provas são iguais as provas do Ensino Médio Regular, mesmo as grades sendo diferentes.

SEED / DEDUC / DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

ESTUDO E PLANEJAMENTO - SETEMBRO/2024

BOLETIM DA ESCOLA

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

CODIGO INEP ESCOLA	NOME NRE	NOME MUNICÍPIO	NOME ESCOLA
41.157.923	LARANJEIRAS DO SUL	LARANJ DO SUL	CENTRO EST ED PROF PROFA NAIANA B SOUZA

IDEB/SAEB	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO		
	2019	2021	2023	2019	2021	2023
NOTA PADRONIZADA LÍNGUA PORTUGUESA	-	-	-	297.63	298.26	311.18
NOTA PADRONIZADA Matemática	-	-	-	297.95	298.42	306.31
Fluxo (%)	-	-	-	98.6	98.9	99.3
NOTA MÉDIA PADRONIZADA	-	-	-	5.33	5.35	5.65
IDEB	-	-	-	5.3	5.3	5.6

PROVA PARANÁ	PARTICIPAÇÃO	ACERTOS
1ª Edição - 2023	100,00%	47,02%
2ª Edição - 2023	99,33%	44,99%
3ª Edição - 2023	98,66%	45,52%
1ª Edição - 2024	97,87%	44,29%

RENDIMENTO 2023 EF e EM	APROVADOS	REPROVADOS	REP FREQUENCIA	ABANDONO	MÉDIA FREQ
	144	1	1	3	84,29%

2.10. Organização pedagógica

2.10.1. Aulas remotas, síncronas e assíncronas

O ensino remoto é todo conteúdo produzido e disponibilizado online, que é acompanhado em tempo real pelo professor que leciona aquela disciplina, sempre

seguindo cronogramas adaptáveis do ensino tradicional. Geralmente, as aulas remotas são uma medida emergencial, caso as atividades presenciais precisem ser suspensas.

Essa estratégia é utilizada para não acontecer atrasos no progresso escolar e oferece todo tipo de suporte ao aluno, disponibilizando materiais para que o aluno permaneça com um ensino de qualidade assim como seria nas aulas presenciais.

A adoção do ensino remoto trouxe muitas questões como a dificuldade de acesso à internet relatado pelas famílias, a falta de contato com o professor e por muito tempo, a dificuldade em estudar em um ambiente fora da escola, muitas vezes inadequado, dentre outras que são constantemente motivo de preocupação nesta forma de ensino.

As experiências de aprendizagem podem ser ampliadas com o ensino remoto ao mesmo tempo que propicia desenvolvimento de habilidades como autogestão, aprendizagem autodirigida e motivação para aprender online.

O distanciamento e o isolamento social impostos pelo combate à proliferação do novo Coronavírus e do COVID-19 fizeram com que mudássemos diversos aspectos da nossa rotina. Quando falamos da área da Educação, a principal mudança foi a transição do ensino presencial para o ensino a distância (EaD) ou aulas remotas, conceitos que possuem suas similaridades e diferenças.

Neste período de quarentena, para que as crianças e jovens tenham o menor impacto possível no seu desenvolvimento escolar e o calendário letivo não seja comprometido, foi inevitável levar o ensino da sala de aula para dentro das casas dos alunos – inclusive mediante orientação e normatização do Ministério da Educação. E para que essa continuidade das atividades presenciais ocorra em ambientes virtuais, é essencial a adoção de tecnologias variadas, permitindo a comunicação, a interação e a avaliação dos estudantes, mesmo eles estando afastados da escola. Entre as possibilidades dessa “virtualização” da Educação estão o ensino a distância e o ensino remoto.

Diferentemente do EaD, o ensino remoto preconiza a transmissão em tempo real das aulas. A ideia é que professor e alunos de uma turma tenham interações nos mesmos horários em que as aulas dos componentes curriculares ocorreriam no modelo presencial. Grosso modo, isso significa manter a rotina de sala de aula em um ambiente virtual acessado por cada um de diferentes localidades.

A instituição de ensino pode, por exemplo, criar turmas específicas desde que seja respeitado todo o planejamento de conteúdo e carga horária contratado. Adaptações podem e devem ser feitas para adequar a forma de apresentação de cada componente curricular, mas de maneira geral é seguido o que foi pensado para o ensino presencial.

A partir dessas premissas, a demanda tecnológica das aulas remotas é menor, sendo possível adotar aplicativos e serviços abertos e genéricos de comunicação e interação, como Zoom, Skype, Google Meet e Google Hangout – embora existam soluções específicas de salas de aulas virtuais, como é o caso do Google Classroom, que, além das transmissões ao vivo, permite a disponibilização de gravações e atividades complementares.

A BNCC desenvolveu um documento que define o conjunto de aprendizagens fundamentais para que o aluno consiga se desenvolver, enquanto cidadão apto a atuar na sociedade, desde a Educação Básica. As competências necessárias para atingir esse objetivo envolve conhecimento, pensamento científico, repertório cultural, comunicação, cultura digital, trabalho, projeto de vida, argumentação, autoconhecimento, empatia e cidadania.

Considerando que, para estudar longe do ambiente escolar, o aluno precisará de mais motivação e disciplina, as metodologias ativas despertam o interesse pelas atividades, por oferecerem recursos lúdicos e práticos. Entretanto, o ensino remoto permite ao aluno desenvolver habilidades importantes para sua formação, como autonomia, engajamento na aquisição de conhecimento e competências socioemocionais. Para desenvolver uma aprendizagem significativa e autônoma, não basta que o aluno aprenda sozinho, ele precisa do acompanhamento do professor e dos colegas, pois são as trocas entre os pares que permitem a aquisição de competências e habilidades.

Tecnologia é um produto da ciência e da engenharia que envolve um conjunto de instrumentos, métodos e técnicas que visam a resolução de problemas. É uma aplicação prática do conhecimento científico em diversas áreas de pesquisa. O termo tecnologia educacional remete ao emprego de recursos tecnológicos como ferramenta para aprimorar o ensino. É usar a tecnologia a favor da educação, promovendo mais desenvolvimento socioeducativo e melhor acesso à informação. O grande aparato que traz inúmeros benefícios sociais e educacionais é o computador.

O uso da tecnologia favorece a interação entre alunos. Ao fazerem atividades em pares ou grupos, a internet permite que todos expressem seus conhecimentos e deem opiniões, o que traz à tona a experiência prévia dos alunos, o que os motiva ainda mais, pois se sentem parte ativa e importante do processo de aprendizagem.

No Paraná as instituições de ensino da rede pública ofertam as seguintes modalidades de aulas não presenciais: aulas síncronas, aulas assíncronas e materiais impressos.

Nesse contexto, a utilização de formatos de aulas síncronas e assíncronas se torna essencial. Podemos dividir em síncronas e assíncronas as abordagens comunicacionais utilizadas no ensino à distância.

As aulas síncronas são aquelas que acontecem em tempo real, isso significa que o professor e o aluno interagem, ao mesmo tempo, em um espaço virtual, sendo um dos principais métodos de ensino não presencial e concentra-se na realização de atividades educacionais em tempo real. Ela traz algumas vantagens:

Acompanhamento simultâneo - Como a interação entre aluno e professor acontece ao mesmo tempo, as aulas síncronas fornecem mais clareza em relação ao ritmo de aprendizagem e dá informações sobre como o conteúdo pode ser planejado. Esse modelo pode ser excelente para manter o grupo em sintonia e evitar situações nas quais os estudantes não consigam acompanhar o estudo sozinho.

Maior interação - Uma das primeiras observações sobre a interação na aprendizagem síncrona é que ela alivia a sensação de isolamento que acompanha o ensino remoto, o que pode ter efeito benéfico no interesse dos alunos. Além disso, as aulas síncronas permitem a realização de atividades em grupo e colaborativas, o que dá ao professor mais opções de aplicação de metodologias de aprendizagem.

Contato direto - Outro fator positivo das aulas síncronas é que o professor pode fornecer instruções diretamente aos seus alunos. Os conceitos podem ser apresentados de acordo com o grau de dificuldade da turma e, caso haja necessidade, o tema pode ser abordado de outras formas. A comunicação síncrona também permite que dúvidas sejam esclarecidas à medida que o assunto é estudado e abre espaço para perguntas e exemplos mais contextualizados.

As aulas assíncronas são aquelas que acontecem sem a necessidade de uma interação em tempo real. Na educação, isso permite que as aulas sejam acompanhadas pelo estudante independente do horário ou local. A principal característica do ensino que se vale da comunicação assíncrona é a capacidade de moldar o ritmo do aprendizado.

O aprendizado assíncrono permite que os estudantes tenham maior controle sobre o seu horário de aula, diferentemente dos modelos tradicionais. Isso dá ao aluno a capacidade de controlar a velocidade e o ritmo com que aprende uma disciplina, e consequentemente, maior liberdade e autonomia.

A aprendizagem assíncrona permite que um maior número de alunos tenha acesso ao mesmo conteúdo, sem a necessidade de acompanhar um grupo e o material de aula também demanda menos recursos.

A preocupação é que todos possam ter acesso à educação, sabe-se que muitos alunos acabam ficando excluídos, em muitos casos, a exclusão decorre de vários fatores adversos. Vários esforços têm sido feitos para mitigar essas situações. Compras de computadores, oferta de internet gratuita. Sem falar nas atividades impressas para chegar até aqueles que não têm acesso à tecnologia.

Para atender esses estudantes do material impresso, as equipes gestoras e professores se organizam para garantir a elaboração e distribuição desse material que tem o mesmo conteúdo oferecido aos alunos que estão tendo atendimento online. Nesse caso, a frequência dos estudantes será registrada com o retorno das atividades. As instituições estão fazendo todo o possível para organizar todo o material impresso para que os pais e alunos possam retirar na escola e fazer a resolução dos mesmos, que geralmente é entregue na próxima retirada de material. Assim, tentando chegar a todos os alunos da melhor maneira.

2.10.2. Organização das turmas

A organização pedagógica é conduzida pela equipe pedagógica, com o apoio da equipe diretiva, voltada aos aspectos que impactam no processo de ensino e aprendizagem. Logo no início do ano letivo, a partir das matrículas ocorre a distribuição dos estudantes por turma, há o cuidado para que permaneçam nas turmas de origem e os novos vão sendo acrescentados de forma equitativa. Há possibilidade de mudança de turma baseada em critérios pedagógicos, sendo informada na rematrícula.

Os professores são distribuídos nas séries e turmas, de acordo com o perfil de docência. A equipe pedagógica se organiza dividindo o acompanhamento das turmas e planejando semanalmente os atendimentos a professores, estudantes e pais por meio de uma agenda que é flexível.

Os espaços da escola são organizados a partir das necessidades pedagógicas, com protocolos/regras para a utilização da biblioteca e dos laboratórios de Informática e de Ciências da Natureza, estes protocolos são apresentados aos estudantes no início do ano letivo. O agendamento dos laboratórios de informática para a utilização das plataformas educacionais é acompanhado pelo auxiliar administrativo e coordenadores de curso, atendendo as propostas de atividades planejadas pelos professores, de forma alternada, para que todos tenham acesso.

2.10.3. Organização dos tempos e espaços e as rotinas escolares

Os horários (entrada, recreio, saída, intervalos, atividades de contraturno), utilização dos espaços (biblioteca, laboratórios, sala dos professores, uso das plataformas), fila, lanche, uniforme, atrasos, uso do celular, dos encaminhamentos para tarefa de casa e trabalhos;

A organização dos tempos escolares: horários de entrada, recreio, saída, intervalos e atividades de contraturno são expostos em lugares de boa visualização para as famílias e comunidade local, no pátio e na sala dos professores. Os sinais de entrada, saída e intervalo são organizados por meio de uma sirene, sendo possível ouvir em todos os ambientes da escola. A entrada para as salas de aula é organizada de maneira que os alunos vão chegando e se dirigindo até as salas sendo acolhidos pelos professores conforme grade horária. Durante os intervalos são orientados a não saírem da sala e aguardarem o professor chegar. Os corredores são observados por toda equipe gestora e coordenadores de curso. As saídas de sala, durante o período de aula são autorizadas pelo professor, conforme necessidade. Há um cronograma organizado com equipe gestora e coordenadores de curso para acompanhamento e monitoramento do recreio, para evitar atrasos nas aulas.

O monitoramento dos atrasos e do uso do uniforme é feito pelos auxiliares administrativos, com encaminhamento de comunicados aos pais nas agendas ou por whatsapp.

O uso do celular em sala é orientado pelos professores, de acordo com a necessidade pedagógica diante dos objetivos de aprendizagem a serem alcançados.

As atividades para casa e os trabalhos são organizadas pelos professores de forma que fique claro para os estudantes. Em cada sala fica disponível um cronograma onde são registrados, pelo representante de turma, as datas de trabalhos e avaliações que a turma tem a realizar e entregar.

Na sala dos professores há um mural de recados, armários e dois computadores para utilização durante a hora-atividade.

2.10.4. Acompanhamento da frequência escolar

O acompanhamento da frequência escolar é feito pelo B.I. Presente na Escola, visualizado pelo Diretor todas as manhãs, comparado com as anotações diárias feitas pelo auxiliar administrativo responsável, o qual entra em contato com a família do

estudante ou com o próprio (quando maior de 18 anos), averiguando o motivo da ausência.

Os estudantes com faltas alternadas, conhecidos como pula-pula, são orientados pelo Diretor em conversas individuais e/ou coletivas, conforme o contexto. Nos casos de abandono escolar, após 5 dias seguidos ou sete alternados, após a primeira busca ativa já ter sido realizada, a segunda busca ativa é organizada pelo Diretor ou pelo Diretor Auxiliar.

O contato com as instituições (equipamentos) que participam da Rede de Proteção às Crianças e ao Adolescente, é realizado pelo pedagogo, que representa a escola nas reuniões mensais, o registro no SERP é feito pela equipe pedagógica, após a reunião com os responsáveis, na escola ou na casa do estudante, caso o estudante não tenha retornado às aulas, o Diretor encaminha o registro das buscas pelo sistema ao equipamento da Rede de Proteção que fará novo contato com os pais ou para o Conselho Tutelar, dependo da situação, o Diretor continua monitorando o caso até o retorno do estudante. Quando o estudante é resgatado, o pedagogo o orienta quanto a proposta de estudo dirigido e encaminhada pelos professores.

2.10.5. Atendimento aos estudantes quando há falta de professores

O atendimento às turmas, no caso de falta de professor, segue o cronograma organizado no coletivo com representantes de todas as instâncias colegiadas, a partir de um banco de atividades organizado previamente, utilizando para isso as aulas do Canal do Professor, as plataformas educacionais e o google classroom, sempre que possível. Os professores já deixam previamente organizadas as atividades quando se ausentam para consultas médicas.

2.10.6. A organização e acompanhamento da hora-atividade

O horário de hora-atividade é organizado assim como o horário das aulas e há um cronograma de atendimento do pedagogo ao professor, esse horário fica exposto na sala dos professores, no pátio, na sala do Diretor e na Secretaria da escola, para visualização de todos. Durante o acompanhamento da hora-atividade é feito o planejamento da implementação do plano de aula disponibilizado na aba planejamento do RCO, a formação continuada em serviço dos professores por meio da apresentação de metodologias e recursos que venham a contribuir com a mediação do conhecimento

escolar para o desenvolvimento das habilidades previstas.

A organização do horário de hora-atividade prioriza o atendimento por área de conhecimento, com o objetivo de que a maior parte dos professores tenha a possibilidade de efetivar o planejamento com seus pares, buscando uma perspectiva de trabalho interdisciplinar. Após a formação, o pedagogo combina a observação de sala de aula com o professor, apoiando-o no desenvolvimento de práticas pedagógicas engajadoras.

2.10.7. A observação de sala de aula

Nas instituições que ofertam **Educação Técnica Profissional** os professores supridos como Coordenadores de Cursos, dentre as suas atribuições, devem realizar a observação de sala de aula com seus respectivos professores que atuam na Educação Técnica Profissional. Contudo, dois direcionamentos são bem importantes: o trabalho colaborativo e integrado com a equipe pedagógica considerando a formação integral do estudante e a consideração das especificidades da modalidade no trabalho em parceria com os professores.

A observação de sala de aula, compreendida como uma metodologia de formação continuada em serviço é também de responsabilidade do Diretor e do Diretor Auxiliar, o qual combina previamente com o professor os critérios que serão observados, faz o registro da observação na aba Observação de Sala de Aula no RCO, recebe o relatório com a indicação das possíveis técnicas a serem desenvolvidas pelo professor, planeja e constrói o feedback formativo com o professor, a partir das evidências, de forma dialógica, por meio de escuta ativa e questionamentos propositivos.

2.10.8. O acompanhamento das ferramentas de gestão

O acompanhamento das ferramentas de gestão: BI Presente na Escola e Super BI 2023 é feito pelo Diretor, o qual planeja ações junto com a equipe pedagógica e o tutor, definindo minimetas, instigando os avanços, articulando os vários segmentos para obter os resultados necessários à aprendizagem dos estudantes.

2.10.9. Formação continuada

A formação continuada em serviço, além do Grupo de estudos Formadores em Ação específico da Educação Técnica Profissional, ocorre também nos dias de Estudo e

Planejamento, durante a hora-atividade, nas reuniões pedagógicas, nos feedbacks formativos, nas reuniões de fluxo que permitem momento formativo qualificado em que a equipe diretiva e pedagógica se reúne com a equipe escolar com a finalidade de garantir uma melhor comunicação e integração entre seus pares e os processos pedagógicos. Por vezes os professores utilizam sua hora-atividade para assistir as webconferências disponibilizadas no Canal do Professor, de acordo com seu planejamento curricular. Ocorre também workshop, palestras e estudos planejados e desenvolvidos em parcerias com instituições e/ou entidades parceiras com vistas sempre ao aprimoramento das práticas pedagógicas.

2.10.10. Organização da agenda da Equipe Gestora

A equipe gestora possui uma agenda semanal compartilhada e quinzenalmente ocorre o acompanhamento pedagógico do tutor do NRE e nesse horário a maior parte dos pedagogos da escola procura participar. A partir desses combinados são organizadas as ações pedagógicas prioritárias a serem desenvolvidas nos próximos 15 dias; mensalmente há uma reunião de alinhamento pedagógico entre os pedagogos de todos os turnos, o diretor auxiliar e o diretor, definindo as ações didático-pedagógicas a serem praticadas nos próximos trinta dias, definindo prazos e responsáveis.

2.10.11. Participação dos pais/família na instituição

A participação dos pais é instigada de diferentes formas: periodicamente há a organização de uma atividade diferenciada destinada às famílias para integração de pais e filhos, por meio de palestras, atividades culturais e esportivas. Os pais são atendidos mediante agendamento prévio para conversar com a pedagoga responsável pela turma e com os professores. As reuniões para entrega de boletins são feitas trimestralmente com a participação de professores, estudantes e famílias. O atendimento aos pais, sem agendamento, é feito pelo Secretário ou Auxiliar Administrativo responsável pelo atendimento ao público, o qual providencia as informações necessárias mais emergentes e agenda um horário com o Diretor, Pedagogo ou Professor solicitado. Prioriza-se o atendimento dos responsáveis, junto com o estudante, sempre que possível. Alguns pais fazem parte das Instâncias Colegiadas e contribuem muito para o desenvolvimento dos projetos.

A EPT prevê ainda a integração com os diferentes níveis e modalidades da

Educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

2.10.12. O engajamento dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem

Os professores buscam o engajamento dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem por meio de aulas contextualizadas numa perspectiva integrada, com atividades práticas, desenvolvidas entre pares ou em grupo, buscando atingir os objetivos de aprendizagem por meio de pesquisa, metodologias e estudo ativo, bem como socializar os trabalhos realizados com as demais turmas sempre que possível; a pesquisa é direcionada em sala de aula, por meio de trabalho em grupo com foco no conhecimento e no desenvolvimento das habilidades e competências gerais; no início de cada trimestre são apresentados os objetivos de aprendizagem previstos, de acordo com o quadro organizador curricular, são definidas coletivamente as produções a serem realizadas, a aula de campo, as apresentações e os critérios avaliativos.

2.10.13. Processo de avaliação para a aprendizagem

O sistema de avaliação é pautado na LDBEN 9394/96, na Deliberação 007/99 CEE Estudos e Promoção de Alunos, do Sistema Estadual de Ensino, em Nível do Ensino Fundamental, Médio e Profissional e na Deliberação 09/01 CEE que fixa as normas para Matrícula de ingresso, a Resolução nº 3794/2004 que estabelece a média mínima para aprovação e a Instrução nº 15/2017- SUED/SEED.

Os critérios de avaliação, de responsabilidade das instituições de ensino, devem constar no Regimento Escolar, obedecida a legislação vigente.

Os resultados das atividades avaliativas serão analisados durante o período letivo pelo aluno e pelo professor, observando os avanços e as necessidades detectadas, para o estabelecimento de novas ações pedagógicas.

De acordo com a Instrução n. º 15/2017–SUED/SEED, a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o (a) docente estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos (as) estudantes, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor/conceito.

A avaliação do aproveitamento escolar deverá incidir sobre o desempenho do (a) estudante em diferentes situações de aprendizagem.

A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados, sendo vedado submeter o (a) estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação;

a) entende-se por instrumento de avaliação a ferramenta (produção escrita, gráfica, cênica ou oral, prova objetiva ou descritiva, relatório, mapa conceitual, seminário, portfólio, exposição, entre outras produções variadas) pela qual se obtém dados e informações, intencionalmente selecionadas, relativas ao processo de ensino-aprendizagem;

b) compreende-se que a diversidade de instrumentos avaliativos possibilita ao estudante variadas oportunidades e maneiras de expressar seu conhecimento, bem como permite ao docente acompanhar o desenvolvimento dos processos cognitivos dos estudantes, tais como: observação, descrição, argumentação, interpretação, formulação de hipóteses, entre outros;

c) na avaliação da aprendizagem dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de análise e síntese e à elaboração pessoal;

d) a individualidade de cada estudante e sua apreensão dos conteúdos básicos deverão ser asseguradas nas decisões sobre o processo de avaliação, evitando-se a comparação com os demais;

Para que a avaliação cumpra sua finalidade educativa, deverá ser contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do estudante, considerando as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar deverão ser explicitados no Plano de Trabalho Docente - PTD, elaborados em consonância com a organização curricular descrita na Proposta Pedagógica Curricular ou no Plano de Curso;

a) entende-se por critério de avaliação cada um dos princípios que servem de base para análise e julgamento do nível de aprendizagem dos estudantes e do ensino do docente;

b) os critérios de avaliação estão diretamente ligados à intencionalidade do ensino de um determinado conteúdo, ou seja, consistem naquilo que é imprescindível para a compreensão do conhecimento na sua totalidade. Os critérios delimitam o que dentro de cada conteúdo, se pretende efetivamente que o estudante aprenda

Na avaliação da aprendizagem devem ser considerados os resultados obtidos ao longo de cada período avaliativo, em um processo contínuo, expressando o seu

desenvolvimento escolar, tomado na sua melhor forma, observando os avanços e as necessidades detectadas para estabelecer novas ações pedagógicas.

2.10.14. Recuperação Paralela

De acordo com a Instrução n. º 15/2017–SUED/SEED, a recuperação deve ser entendida como um dos aspectos do processo ensino-aprendizagem pelo qual o docente reorganiza sua metodologia em função dos resultados de aprendizagem apresentados pelos estudantes.

A recuperação de estudos deve acontecer de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem, realizada ao longo do período avaliativo (bimestre/trimestre/semestre), assegurando a todos os estudantes novas oportunidades de aprendizagem.

A oferta de recuperação de estudos é obrigatória e visa garantir a efetiva apropriação dos conteúdos básicos, portanto deve ser oportunizada a todos (as) os estudantes, independente de estarem ou não com o rendimento acima da média.

Compreende-se que a recuperação de estudos é composta de dois momentos obrigatórios: a retomada de conteúdos e a reavaliação, ficando vedada a aplicação de instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos.

Considerando que o processo de ensino-aprendizagem visa o pleno desenvolvimento do (a) estudante e que o processo de recuperação de estudos visa recuperar 100% (cem por cento) dos conteúdos trabalhados, é vetado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período avaliativo (bimestre, trimestre ou semestre).

Fica vedado realizar apenas a recuperação das provas escritas e, caso o (a) estudante tenha obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do (a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos.

Os resultados da recuperação deverão ser tomados na sua melhor forma e registrados no Livro Registro de Classe (LRC) ou Livro Registro de Classe Online (LRCO).

A recuperação de estudos deverá contemplar os conteúdos da disciplina/componente curricular a serem retomados, utilizando-se de procedimentos didáticos-metodológicos diversificados e de novos instrumentos avaliativos, com a finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

A cada situação avaliativa prova e trabalho em que o estudante não atingir 60% do valor estabelecido terá direito a recuperação que deverá acontecer simultaneamente no processo.

Os alunos que atingirem 60% ou mais do valor estabelecido terão direito a recuperação ficando a seu critério fazê-la ou não.

A recuperação de estudos é direito dos estudantes, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Para os estudantes de baixo rendimento escolar, a recuperação de estudos deve oportunizar apropriação dos conhecimentos básicos, possibilitando a superação do rendimento escolar.

A avaliação dos estudantes da Educação Especial deverá ser flexibilizada, adotando diferentes critérios, instrumentos, procedimentos e temporalidade de forma a atender às especificidades de cada estudante.

10.10.15. Conselho de Classe

De acordo com a Instrução n. º 15/2017–SUED/SEED, o Conselho de Classe constitui-se parte integrante do processo avaliativo, onde todos os sujeitos, de forma coletiva, se posicionam frente ao diagnóstico, analisam e discutem acerca dos dados, avanços, problemas e proposições, para a tomada de decisões que contemplem encaminhamentos relacionados às metodologias, ações e estratégias que visem à aprendizagem e que levem em conta as necessidades/dificuldades dos (as) estudantes.

A reunião de Conselho de Classe deverá ser registrada em Ata, a qual deverá expressar os dados, avanços, dificuldades/necessidades e os encaminhamentos definidos coletivamente.

A organização do Conselho de Classe compreende três etapas: Pré-conselho (levantamento de dados), reunião do Conselho de Classe (proposição) e Pós-conselho (encaminhamentos das ações previstas na reunião do Conselho de Classe)

O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico da escola e no Regimento Escolar.

É o momento em que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Os encaminhamentos demandados na reunião de Conselho de Classe podem implicar em ações pertinentes:

a) à Equipe Pedagógica, como orientação aos estudantes, orientação ou retorno aos pais ou responsáveis, subsídios aos planejamentos dos docentes, entre outras;

b) aos Docentes, como a retomada do Plano de Trabalho Docente (conteúdos, encaminhamentos metodológicos, recursos, critérios e instrumentos de avaliação), na gestão da sala de aula, em encaminhamentos para situações específicas ou individuais;

c) à Equipe Diretiva, dando suporte para as decisões tomadas pelo colegiado.

O Conselho de Classe Final é o momento em que o colegiado retoma as ações e registros realizados (Pré-conselhos, Conselhos e Pós-conselhos), para fundamentar, avaliar e definir, dentre os(as) estudantes com rendimento insuficiente, aqueles que possuem ou não condições para prosseguir e acompanhar o período/ano subsequente, desde que apresentem frequência igual ou superior à 75% (setenta e cinco por cento) no cômputo geral do total de horas letivas.

O Pré-Conselho compreende o levantamento de dados do processo de ensino e disponibilização aos conselheiros (professores) para análise comparativa do desempenho dos estudantes, das observações, dos encaminhamentos didático-metodológicos realizados e outros, de forma a dar agilidade ao Conselho de Classe. É um espaço de diagnóstico. O Conselho de Classe é o momento em que todos os envolvidos no processo se posicionam frente ao diagnóstico e definem em conjunto as proposições que favoreçam a aprendizagem dos alunos.

O Pós - Conselho refere-se ao momento em que as ações previstas no Conselho de Classe são efetivadas.

As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pelo estudante na aprendizagem, o trabalho realizado pelo professor para que o estudante melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pelo professor, o desempenho do aluno em todas as disciplinas, o acompanhamento do aluno no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes e outros.

Cabe à equipe pedagógica a organização, articulação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

2.10.16. Acompanhamento do rendimento escolar

Quando se percebe que muitos alunos estão com defasagens de conteúdos e, portanto, estão em risco de reprovação, a Instituição de Ensino pode propor a intensificação da aprendizagem.

A aprendizagem dos estudantes é responsabilidade de todos, ou seja, tanta família quanto escola, e o objetivo maior deste tipo de projeto constitui-se numa ação que deve consolidar e ampliar os conhecimentos, enriquecer as experiências sociais e culturais dos alunos e ajudá-los a vencer obstáculos em sua aprendizagem, favorecendo o sucesso na escola e na vida.

Como toda ação pedagógica, esse acompanhamento requer um cuidadoso planejamento, definição de metas, escolha de alternativas e envolvimento dos interessados.

As propostas de intensificação da aprendizagem visam ampliar as possibilidades do aluno em apropriar-se de conhecimentos essenciais para sua trajetória escolar e pessoal.

2.10.17. Classificação, Reclassificação, Adaptação, Aproveitamento de Estudos, Revalidação e Equivalência, Transferência em regime de progressão parcial

A Classificação é o procedimento que a Instituição de Ensino adota, segundo critérios próprios, para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desempenho, adquiridos por meios formais ou informais. A classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem.

A classificação pode ser realizada:

a) Por promoção, para alunos que cursaram com aproveitamento, a série, etapa, ciclo, período ou fase anterior na própria escola;
b) Por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas do país ou do exterior, considerando a classificação na escola de origem;
c) Independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série, ciclo, período, fase ou etapa adequada.

No Curso de Educação Profissional Técnica de nível médio, a classificação será efetuada por promoção e por transferência para a mesma habilitação. Conforme o Regimento Escolar, é vedada a classificação, independentemente da escolarização

anterior, para o ano/série/período/etapa/ciclo/semestre/bloco, posterior nos cursos de Educação Profissional.

A Reclassificação segundo a Instrução n. º 08/2017 – SUED/SEED, é um processo pedagógico que se concretiza através da avaliação do(a) estudante matriculado(a) e com frequência na série/período sob a responsabilidade da Instituição de Ensino que, considerando as normas curriculares encaminha o (a) estudante à etapa de estudos compatível com a experiência e desempenho escolar demonstrados, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar.

A reclassificação é vedada aos cursos da Educação Profissional e aos estudantes que já participaram de processo de classificação ou aproveitamento de estudos.

2.10.18. Atendimento Educacional Especializados

O atendimento aos estudantes com necessidades educativas especiais é organizado dentro das especificidades apresentadas, seguindo a Deliberação 02/03 – CEE, priorizando a adaptação curricular e do material pedagógico, quando necessário; a escola possui espaços de acessibilidade, oferta o Atendimento Educacional Especializado por meio da Sala de Recursos Multifuncionais, nas áreas da deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento para os estudantes com laudo médico, de acordo com as normativas expedidas pela SEED. Os casos são registrados no SERE Pedagógico de forma contínua, sempre que situações pedagógicas diferenciadas são evidenciadas.

2.10.19. Atividades de ampliação de jornada

A escola oferta as seguintes atividades de ampliação de jornada: AETE de voleibol feminino, seguindo as orientações específicas do Programa, as quais são explanados no elemento operacional. Todas as legislações educacionais são articuladas ao planejamento curricular.

2.10.20. Trabalho com as demandas sócio-educacionais

As legislações educacionais relacionadas à História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena **-** Lei 10639/03 e Lei 11645/08 e Deliberação 04/06 (como a Equipe

Multidisciplinar desenvolve suas atividades e participa da resolução de conflitos advindos do desrespeito aos Direitos Humanos e das questões da diversidade); História do Paraná – Lei nº 13381/01; Educação Ambiental - Lei Federal nº 9795/99; Política Estadual de Educação Ambiental - Lei Estadual nº 17505/2013; Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - Lei nº 11343/06; Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Lei Estadual nº 17650/2013; Educação Sexual e Prevenção à AIDS e DST - Lei nº 11.733/97 e 11.734/97; Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/2003; Educação para o Trânsito – Lei nº 9503/97; Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes – Lei nº 11.525/2007; Estatuto da Juventude - Lei federal nº 12852/2013; Educação Tributária – Decreto nº 1.143/99 e Portaria nº 413/2002; Educação em Direitos Humanos – Resolução CNE/CP nº 01/2012; Musicalização – Lei nº 11.769/08; Brigada Escolar (Decreto Federal nº 7257/2010, Decreto Estadual nº 4837/2012 e Instrução 024/2012 – SEED/SUED), sexualidade humana, explicitando os avanços e as fragilidades constatadas no trabalho com essas demandas; a lei .

O Diretor organiza a gestão da escola de acordo com o Decreto n.º 7.943/2021,sendo que a gestão democrática é articulada junto ao Conselho Escolar, à APMF e ao Grêmio estudantil, buscando constituir espaços coletivos de participação. O Conselho Escolar reúne-se mensalmente para análise e encaminhamentos administrativos, financeiros e pedagógicos, a APMF reúne-se bimestralmente ou sempre que necessário e a cada três meses, reúnem-se os representantes do Conselho Escolar, APMF e Grêmio Estudantil para discutirem situações que estão dificultando a aprendizagem de todos os estudantes, buscando definir coletivamente ações de intervenção. O Grêmio Estudantil é composto por representantes de todos os turnos e tem a responsabilidade de promover atividades que oportunizem o protagonismo juvenil por meio de projetos, os quais são apoiados pelos professores representantes.

2.10.21. Gestão pedagógica, administrativa-financeira e democrática

A gestão administrativo-financeira é conduzida pelo Diretor Auxiliar e os auxiliares administrativos que cuidam da vida legal da escola, patrimônio, da prestação de contas do Fundo Rotativo, Relatório Mensal de frequência (RMF), do cumprimento do Calendário Escolar. As ações são definidas junto ao Diretor e ao Conselho Escolar, articuladas e acompanhadas pelo Diretor Auxiliar. A gestão pedagógica é liderada pelo Diretor em parceria com a equipe pedagógica, com foco na observação de sala de aula, sendo que o Diretor observa a prática pedagógica dos professores pelo menos 4 vezes na semana,

dentro do processo de combinados, observação e feedback formativo. Posteriormente comunica ao pedagogo as evidências e necessidades pedagógicas. A partir disso, organiza a formação do professor, faz a observação da aula e o feedback formativo, são observações do Diretor e do Pedagogo possuem intencionalidades diferentes.
O monitoramento das ferramentas de gestão como o BI Escola, o Super BI 2023 fica a cargo do Diretor , que a partir das evidências, define ações pontuais e mobilizadoras para o aumento da frequência, como a meta de 90% de presença diariamente. O uso das plataformas educacionais é planejado na hora-atividade, junto ao pedagogo e um cronograma de agendamento é monitorado pela auxiliar administrativo responsável pela organização dos espaços, inclusive do Educatron, um recurso tecnológico que oportuniza diferentes abordagens pedagógicas.

2.10.22. Transição entre as etapas de Ensino

A transição entre as etapas, ou seja, dos Anos Finais do Ensino Fundamental para o Ensino Médio é uma ação desenvolvida em diferentes momentos. O SERE Pedagógico oportuniza conhecer as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, é necessário muita atenção por parte da equipe pedagógica e dos professores, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens dos alunos, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa.

Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que o aluno sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Além disso, para superar com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.

Com relação ao período de transição do 9º ano para o Ensino Médio, é importante que os professores e a equipe gestora desenvolvam estratégias para esclarecer as dúvidas dos adolescentes e prepará-los do ponto de vista pedagógico, orientando-os sobre as mudanças no currículo e a necessidade de desenvolver a autonomia no estudo.

Cabe à escola ainda conhecer as expectativas deles em relação ao futuro e ajudá-los a encontrar as opções que mais se encaixam em seus planos. Um meio de fazer isso é criar espaço na sala de aula para lidar com essas questões. Um professor tutor, um Pedagogo ou mesmo um docente regular podem realizar rodas de discussão com a turma.

2.10.23.Integração FGB, PFO e Itinerário Formativo à Educação Técnica Profissional

O Itinerário Formativo da Educação Técnica e Profissional deve seguir a Matriz Curricular vigente que descreve a carga horária para Formação Geral Básica (FGB), a Parte Flexível Obrigatória (PFO) e o Itinerário Formativo (IF) do curso escolhido. No Plano de cada curso, essa organização deve ser considerada, tendo em vista a necessidade da **integração** dos professores da FGB, PFO e do Itinerário Formativo. Devido a implementação do Novo Ensino Médio, instituído na rede pública estadual a partir do ano de 2022, os cursos implantados após esta data tem a matriz curricular e o Plano de Curso organizados em três séries. Contudo as matrizes curriculares e os Planos de Cursos dos cursos implantados anteriormente ao ano de 2022, com carga horária distribuída em quatro séries constarão no PPP até a terminalidade.

3. ELEMENTOS CONCEITUAIS

Educação Profissional é o modelo de aprendizagem com foco no desenvolvimento de competências e habilidades técnicas para suprir a demanda do mercado de trabalho. São oferecidos cursos para trabalhadores jovens e adultos, independente de escolaridade, com o objetivo de qualificação e requalificação profissional.

Para alunos jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental são oferecidos cursos técnicos profissionalizantes. A educação profissional no Brasil é uma das principais apostas para melhoria da competitividade da indústria brasileira. O investimento no ensino profissionalizante vai permitir a retomada do crescimento econômico do país de forma contínua, gerando melhores oportunidades de emprego e renda para jovens e adultos.

De acordo com a Resolução n. º 1 de 5 de janeiro de 2021, CNE/CP, que define as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, são os princípios da modalidade:

- articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes;
- respeito ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia;
- estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social;
- a tecnologia, enquanto expressão das distintas formas de aplicação das bases científicas, como fio condutor dos saberes essenciais para o desempenho de diferentes funções no setor produtivo;
- indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes;
- interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular;
- utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem;
- articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais;
- observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando

oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade;

- observância da condição das pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, de maneira que possam ter acesso às ofertas educacionais, para o desenvolvimento de competências profissionais para o trabalho;
- XIII - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes;
- XIV - reconhecimento das diferentes formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a elas subjacentes, requerendo formas de ação diferenciadas;
- autonomia e flexibilidade na construção de itinerários formativos profissionais diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos, a relevância para o contexto local e as possibilidades de oferta das instituições e redes que oferecem Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com seus respectivos projetos pedagógicos;
- identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem as competências profissionais requeridas pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;
- autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), construído como instrumento de referência de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e as normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes complementares de cada sistema de ensino;
- fortalecimento das estratégias de colaboração entre os ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica, visando ao maior alcance e à efetividade dos processos de ensino-aprendizagem, contribuindo para a empregabilidade dos egressos; e
- promoção da inovação em todas as suas vertentes, especialmente a tecnológica, a social e a de processos, de maneira incremental e operativa.

3.1. Sociedade e Conhecimento

Destacar e compreender os elementos essenciais que caracterizam a sociedade na contemporaneidade é base para que a organização escolar reúna esforços coerentes com a formação dos estudantes que vivenciam esta realidade. A escola mantém-se como

instituição de referência na veiculação, na produção do conhecimento e formação de cidadãos preparados para intervir, criar, agir, transformar e contribuir de maneira qualificada em seus contextos, por meio da prática social. A concepção de sociedade e de conhecimento, entre contradições e possibilidades, muda ao longo do tempo. Em cada época, ao longo da história, é possível identificar diferentes explicações e formas de relação do ser humano com o conhecimento. Discute-se que com o advento da modernidade e dos avanços científicos, a racionalidade foi exaltada em detrimento da subjetividade. A crítica implícita, é de que a razão sobrepondo-se à imaginação, aos sentimentos, age como uma forma de cerceamento da liberdade, associando-se ao acúmulo de conhecimentos, ao rigor científico e constituindo campos disciplinares. Entende-se que a sociedade, nesta perspectiva, distingue cultura, economia, política, personalidade e valores, por exemplo. A defesa apresentada em estudos relacionados ao tema é de que a sociedade reproduz este sistema, o que incide na manutenção de um olhar fragmentado, ou seja, direcionado para partes da realidade, com prejuízo em termos de conhecimento e significação do todo. Esta maneira de conceber a realidade trouxe consequências para a área educacional, instigando discussões relevantes, as quais serão abordadas no tratamento da questão curricular.

A relação entre conhecimento e sociedade é intrínseca. No atual contexto do século XXI, o ágil desenvolvimento na veiculação e difusão do conhecimento está atrelado aos avanços da tecnologia e da ciência. O ritmo das comunicações e da proliferação da informação confere à sociedade características que permitem o uso de expressões como: “sociedade do conhecimento”; “sociedade da aprendizagem”; “sociedade da informação”. Porém, é preciso considerar que uma sociedade do conhecimento em seu sentido literal e pleno não é possível quando se considera que os meios de acesso ao desenvolvimento de habilidades que possibilitam a transformação da informação em conhecimento e aos recursos necessários para tal, não estão disponíveis para todos os cidadãos.

A escola, inserida nesta problemática, pode ser considerada como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento, considerando-se a aprendizagem como sinônimo da apreensão de saberes, conceitos, práticas e atitudes desenvolvidas pela instituição escolar por meio de práticas previamente planejadas e sistematizadas. Admite-se, como marca de nosso tempo, a fluidez e transitoriedade da informação, o que gera uma nova relação com o conhecimento. Esta alteração atinge o professor que não detém a primazia do saber e da verdade absoluta. Os estudantes devem ser formados a

buscarem informações de qualidade, produzirem conhecimento, atribuindo sentido às suas aprendizagens à luz dos diferentes contextos que os atingem.

3.2 Trabalho, Ciência, Tecnologia

Há uma forte relação de interdependência entre tecnologia, ciência e trabalho, considerando-se as relações estabelecidas em sociedade. O conhecimento científico, um dos frutos do trabalho humano, impulsiona o desenvolvimento da tecnologia e amplia as capacidades do ser humano.

As tecnologias digitais de informação e comunicação exercem impacto em diferentes setores, do quais destacam-se neste momento o da educação e do trabalho. Para a educação são veiculadas oportunidades de formação, direcionadas também à novas funções. Múltiplas possibilidades para veiculação da informação e produção do conhecimento. Disseminação e diferentes recursos tecnológicos para apoiar novas metodologias. Como contraponto, nesse cenário de possibilidades verifica-se a ausência de formação para o preenchimento de vagas de trabalho; desigualdade ou mesmo ausência do acesso à informação e formação de qualidade por parte da sociedade. Dificuldade no processo de seleção e análise das informações veiculadas na rede (Internet, redes sociais), ou seja, em meio a uma infinidade de informações verificam-se desafios na identificação da qualidade do conteúdo que possa gerar conhecimento, na diferenciação entre fato e opinião.

No âmbito do trabalho novas exigências se impõem ao trabalhador, a oferta de emprego muda rapidamente e devido a múltiplos fatores, entre eles, a desigualdade social, o acesso à nova vagas em funções atuais, não é atingido por parte da população, o que gera aumento do desemprego e exclusão. Por outro lado, a tecnologias digitais ampliam as possibilidades de atuação, como as relacionadas a tempo e espaço, como o trabalho remoto, a agilização de processos de trabalho em diferentes segmentos.

3.3 Cidadania e Desenvolvimento Humano

A compreensão da concepção de desenvolvimento humano é a que se integra à aprendizagem, mudança e transformação ao longo da vida, neste sentido, encontram-se em Vygotsky pressupostos essenciais, afastando-se da ideia do determinismo biológico. Aqui resumidos na estruturação dada pelo campo teórico apresentam-se cinco planos genéticos interligados. A Filogênese, se assenta na história da espécie, associando um

conjunto de condições similares que fazem dos indivíduos pertencentes à condição de ser humano. A Sociogênese que se traduz no mundo cultural no qual o indivíduo está inserido, o qual indica determinadas formas de vivenciar a passagem de uma fase para a outra, da infância para a vida adulta, por exemplo. A Ontogênese está relacionada à trajetória percorrida pelos ciclos da vida, numa determinada fase o ser humano tem similaridades com outros que se encontram no mesmo período. A Microgênese indica o olhar para o desenvolvimento individual, ou seja, a experiência, o percurso histórico, o repertório de cada indivíduo o torna único.

Da Infância à vida adulta, cada cultura desenvolve formas de interação com esse percurso de acordo com a sua compreensão. Nesta perspectiva não se faz necessário trazer determinações etárias para definir em que idade se inicia e termina cada fase, considerando-se que essa noção de tempo associado à idade cronológica tem se transformado. Há estudos que indicam que o período da adolescência já se antecipou, estendendo-se e encurtando a infância.

Os meios digitais transformaram substancialmente a vida e as relações entre as pessoas na sociedade e este é um aspecto que precisa ser considerado quando se pretende elucidar as diferentes fases do desenvolvimento do ser humano numa perspectiva sócio-histórico-cultural. O contato com recursos midiáticos por crianças e jovens, no início mais restrito ao contexto escolar, ampliaram-se e ocuparam os espaços de lazer, de comunicação e de criação, em diferentes contextos.

Na fase escolar que caracteriza a entrada da criança na escola, ela já traz consigo um repertório cultural e espera-se que a atividade de estudo possa ocupar o lugar central no seu cotidiano, em detrimento de outras atividades mais lúdicas e simbólicas como o jogo, por exemplo. Ao adentrar à adolescência novos interesses e formas de comunicação ganham espaço, com destaque para o social, para a elaboração de posicionamentos diante da realidade e de projeções para o futuro.

Considerando-se o rápido fluxo de informações e mudanças nos modos de comunicação e interações presentes na sociedade atual, é importante caracterizar a vivência das juventudes com a tecnologias digitais. Veicula-se que os jovens têm maior facilidade com a aplicação de diferentes recursos, associando a eles a expressão “nativos digitais”. Há estudos que não convergem com esta afirmação porque defendem que dominar as tecnologias vai além do uso utilitarista de algumas ferramentas.

Os chamados “colonizadores digitais”, embora nascidos na era analógica, trouxeram a sua contribuição para esta transformação. Já “imigrantes digitais” é uma referência àqueles que não aderiram rapidamente às novas formas digitais de

comunicação e produção do conhecimento e precisaram se abrir a um período de aprendizagem de acordo com as necessidades cotidianas.

Dada a realidade, como já citado, tanto o segmento infantil como o juvenil não têm acesso com equidade ao universo conectado da rede, aos bens culturais, ao exercício pleno da cidadania, visto que, possuem condições básicas diferenciadas em termos de saúde, moradia, educação e trabalho, entre outras.

Há também um imaginário sobre a juventude, baseado em critérios gerais e reducionistas que muitas vezes a descrevem como problemática e imatura, irresponsável. O uso do termo juventudes deve ser acolhido no sentido de demonstrar reconhecimento de que ser jovem não está associado ao pertencimento a uma única categoria na sociedade, ou seja, um jovem indígena, não pode ser classificado da mesma forma que outro que participa da comunidade do campo. Os jovens se conectam com outros, muitas vezes, de realidades distintas.

A grande capacidade de aprendizagem dos estudantes pode se revelar na escola, mesmo que o maior vínculo que estabelecem com a instituição se dê em primeira ordem com base nas relações sociais que estabelecem. Os profissionais da educação são instigados neste encontro de gerações a aprimorar sua ação por meio do reconhecimento e acolhimento das diferentes experiências que estes estudantes reúnem com as variadas possibilidades de acesso ao conhecimento presentes nos contextos dos quais participam.

A escolarização se estende à vida adulta e este processo demonstra que é possível continuar aprendendo ao longo da vida. O adulto tem a atividade de trabalho como principal, mas os ambientes formais e mesmo informais de educação fazem parte do seu cotidiano. Considerando-se a realidade brasileira, a mobilização para a aprendizagem nesta fase, se dá por inúmeros fatores, desde a alfabetização, a conclusão da Educação Básica, a busca por qualificação profissional, o interesse pessoal sobre um tema, entre outros. O acesso à possibilidades de formação promove a abertura de horizontes, a ampliação e aprofundamento do conhecimento.

Devido ao papel crucial que representa para o desenvolvimento humano e exercício da cidadania, a escola é desafiada a dialogar com as diferentes realidades vividas por seus interlocutores, os quais encontram-se em constante transformação ao longo da vida.

3.3.1 Concepções de Estágio

O início da vida profissional é um momento muito importante, pois é onde se torna possível validar a escolha profissional do futuro de cada pessoa e a carreira pela qual ela passar alguns bons e longos anos realizando. Essa é uma das razões pelas quais o estágio é uma etapa importante no processo de desenvolvimento e aprendizagem do estudante, pois promove oportunidades de vivenciar na prática conteúdos acadêmicos, propiciando desta forma, a aquisição de conhecimentos e atitudes relacionadas com a profissão escolhida pelo estagiário.

A realização do estágio alia conhecimento acadêmico com a experiência vivencial do ambiente de trabalho, porque elucida e complementa na prática os temas abordados nas aulas pelo professor. Assim, o estudante pode reter melhor o conhecimento sobre a profissão escolhida, através da experiência galgada durante o programa de estágio.

O principal objetivo do estágio é proporcionar aos estudantes os instrumentos de preparação para a introdução e inserção no mundo do trabalho, mediante ambiente de aprendizagem adequado e acompanhamento pedagógico supervisionado pelo professor em sala de aula.

3.3.2 Programas de Aprendizagem/Empregabilidade

A empregabilidade é estabelecida pela Lei nº 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº 9.579/2018. Estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos.

Trata-se de um contrato especial de trabalho por tempo determinado, de no máximo dois anos. Os jovens beneficiários são contratados por empresas como aprendizes de ofício previsto na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), ao mesmo tempo em que são matriculados em cursos de aprendizagem, instituições qualificadoras reconhecidas, responsáveis pela certificação.

A carga horária estabelecida no contrato deverá somar o tempo necessário à vivência das práticas do trabalho na empresa e ao aprendizado de conteúdos teóricos ministrados na instituição de aprendizagem.

De acordo com a legislação vigente, a cota de aprendizes está fixada entre 5% no mínimo e 15% no máximo, por estabelecimento, calculada sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional, cabendo ao empregador, dentro dos

limites fixados, contratar o número de aprendizes que melhor atender às suas necessidades. Atualmente a formatação dos programas de aprendizagem estão pautadas na Portaria MTE nº 671/2021.

3.4 Educação; Ensino e Aprendizagem

A educação deve estar voltada para a formação integral do estudante, o que pressupõe o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e socioemocionais, incluindo fortemente a emancipação que pressupõe o desenvolvimento da autonomia nas relações de ensino e aprendizagem a fim de propiciar o enfrentamento e busca de soluções para desafios e problemas reais em diferentes contextos.

O conceito de autonomia não está amparado na ideia de uma construção pessoal, como um objetivo a ser atingido, atendendo a demanda de um contexto no qual o indivíduo busca desenvolver uma marca, numa perspectiva mercadológica. A autonomia é tida no campo da pesquisa como base da prática pedagógica, considerando que os estudantes são seres ativos, que em seu processo de desenvolvimento atribuem sentido à sua história.

A formação a serviço da emancipação intelectual do sujeito valoriza a apreensão do conhecimento, o processo do “conhecer”, do “aprender a saber”, superando uma atividade de simples memorização. Nessa perspectiva o estudante assume papel ativo porque reflete, se engaja, age de forma a mobilizar esforços para apropriar-se de um conjunto de saberes essenciais para a compreensão crítica da realidade. Considera-se que a aprendizagem se dá em tempos e espaços diferentes, assim, aprende-se além da instituição escolar e os conhecimentos prévios são base para que ocorra um diálogo entre professor e estudante, entre estudantes e demais sujeitos que venham a participar do processo de aprendizagem de forma não hierarquizada.

Uma relação mais horizontal entre docentes e estudantes no processo de ensino e aprendizagem não pressupõe a fragilização do compromisso do professor com a garantia dos direitos de aprendizagem. Trata-se de ressaltar o papel mediador docente, responsável pela organização intencional dos diferentes espaços de aprendizagem, pela articulação das melhores estratégias de ensino em relação ao seu contexto de atuação, possibilitando o exercício do protagonismo estudantil.

Se a aprendizagem ocorre em tempos diferentes é importante reconhecer a heterogeneidade no contexto escolar. A homogeneização de alguns processos de forma

estratégica na gestão pedagógica não pode substituir a adaptação e reformulação do planejamento sempre que as necessidades do contexto assim o exigirem.

As práticas pedagógicas escolares vão além da transmissão e reprodução do conhecimento porque os estudantes devem ser capazes de articular os saberes, desenvolver o pensamento crítico, elaborar conclusões, projetar o futuro, posicionar-se, reunindo argumentos com base no conhecimento científico e agindo de forma pertinente às necessidades de seu contexto.

Nesta perspectiva, a atuação docente é essencialmente mediadora visando favorecer a contextualização com base em uma organização pedagógica integrada. Busca-se uma aprendizagem que seja significativa, uma aprendizagem duradoura, em contraposição a uma aprendizagem mecânica. David Ausubel é a referência quando se aborda o tema. Para que tenha significado, o estudante deve se esforçar para conectar o "novo" conhecimento à sua estrutura cognitiva. O conhecimento prévio do estudante é a base para que os saberes possam se ancorar de forma significativa, ou seja, com sentido para o estudante.

Os elementos expostos convergem para uma organização didático-pedagógica que traga centralidade ao estudante no desenvolvimento da aprendizagem. No âmbito das metodologias participativas, a cooperação pode ser um passo inicial para que se atinja a colaboração. Os princípios da aprendizagem colaborativa por meio da partilha entre pares, sem hierarquia determinada, favorecem o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de autorregulação por parte dos estudantes. O professor deixa de exercer um papel de controle, impulsionando os integrantes da turma a tomarem decisões e atuarem com corresponsabilidade. Um exemplo desta prática se revela quando estudantes de um mesmo grupo se reúnem e juntos, de forma interdependente, buscam a solução para um problema, com o apoio ou não de recursos tecnológicos.

As chamadas metodologias ativas são incorporadas às aulas porque vão ao encontro de uma relação entre professor e estudante que tem como foco a aprendizagem e não o ensino e que por isso, dá centralidade ao estudante e não ao professor. Percebe-se que muitas delas estão sendo incorporadas às práticas pedagógicas, tais como: Sala de aula invertida, Instrução entre pares, Rotação por estações, Aprendizagem baseada em problemas, Gamificação.

3.5 Alfabetização e Letramento

A alfabetização e seus desdobramentos é tema de discussões no âmbito educacional de nosso país, dada à associação feita com os índices de analfabetismo e de expressivas dificuldades em leitura e escrita identificadas na Educação Básica. Sabe-se que atuar em sociedade de maneira cidadã pressupõe a garantia do domínio da linguagem materna.

A superação do ato de ler simplesmente, de decodificar é uma ação na qual os profissionais da educação devem estar imbuídos e nem somente aqui incluídos os professores alfabetizadores. A apreensão da leitura e escrita mobiliza a capacidade de compreensão, interpretação e produção do conhecimento.

Ao se tratar do tema alfabetização, portanto, o termo letramento deve acompanhá-lo porque tendo a linguagem uma função social, o indivíduo letrado é capaz de fazer uso da língua em diferentes contextos e situações, compreendendo a alfabetização e letramento como um processo que acompanha todo o processo de desenvolvimento.

A adoção desta perspectiva por parte de gestores e professores possibilita mudanças qualitativas no encaminhamento do processo de alfabetização e letramento dos estudantes, visando superar possíveis lacunas ao longo da escolarização.

3.6 Currículo

No Estado do Paraná, a oferta do ensino fundamental, nas redes públicas, é organizada em regime de colaboração entre estado e municípios, na qual os anos iniciais estão municipalizados em 99,49% e 98% dos anos finais estão sob a responsabilidade do estado (BRASIL/INEP, 2017).

Há o cuidado de promover a transição entre as etapas do fundamental, anos iniciais para o fundamental, anos finais e deste último com a 1ª série do ensino médio de forma acolhedora e formativa, no sentido de que o estudante perceba que há uma continuidade nos estudos e que suas aprendizagens anteriores são relevantes para a continuidade em um novo segmento.

Diante da oferta da rede estadual, os referenciais curriculares que atendem aos segmentos da Educação Básica e que são a base para a construção das Propostas Pedagógicas Curriculares das escolas são: O CREP, Currículo da Rede Estadual Paranaense (anos finais) que complementa o já aprovado Referencial Curricular do

Paraná: princípios, direitos e orientações. O Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, O Currículo da Formação Geral Básica do Ensino Médio, os Planos de Curso com Ementas de cada Disciplina para a Educação Profissional e os Cadernos dos Itinerários Formativos organizados para as diferentes organizações escolares e todas as modalidades atendidas.

Há o chamado Currículo Priorizado, elaborado para priorizar elementos curriculares, entre eles, determinados conteúdos, diante do contexto da pandemia. Os documentos encontram-se disponíveis em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/estudo_planejamento/curriculos_priorizados.

A escola com base nos registros de aprendizagem dos estudantes realiza ações que remetem à flexibilização curricular, buscando em um processo de nivelamento, promover a aprendizagem qualificada de todos os estudantes;

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC para o ensino fundamental e médio apresenta os saberes essenciais que representam direitos de aprendizagem dos estudantes. Com a sua publicação, a normativa para e elaboração curricular define o desenvolvimento de competências e habilidades, apresentadas por áreas de conhecimento, numa perspectiva de formação integral.

O termo competência é definido pela BNCC como a “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018).

A BNCC inaugura um período em que se pretende uma ruptura com o currículo disciplinar até então vigente nas escolas do Paraná. A integração curricular foi trazida como estratégia de organização do currículo em áreas do conhecimento, a fim de dialogar com todos os elementos previstos na proposta pedagógica na perspectiva não linear da formação integral do estudante, contemplando seu projeto de vida e sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.

Nesta perspectiva, no estado do Paraná a elaboração do planejamento tem como ponto de partida os objetivos de aprendizagem, que regulam a prática docente na escolha das melhores estratégias para atingir o desenvolvimento das habilidades e consequentemente das competências gerais e específicas.

É fato que discursos atuais e pesquisas demonstram perspectivas diferenciadas na produção do conhecimento, apontando para práticas colaborativas, conhecimento em rede, integração disciplinar, inter e transdisciplinaridade, veiculando-se a ideia de conexão, interdependência entre os seres vivos, do respeito à Terra, à vida. Percebe-se

que esta discussão chegou aos documentos curriculares com forte apelo à integração dos saberes, à contextualização, ratificando a interrelação entre os componentes curriculares.

3.7 Educação inclusiva

Quando se trata de educação inclusiva, conscientes da igualdade no direito à educação, deve-se assumir que nenhum estudante pode estar à margem, excluído do processo de aprendizagem. O princípio da equidade pode ser buscado no sentido de que aqueles com necessidades especiais tenham o que precisam para se desenvolverem como os demais. Isso pressupõe a existência dos recursos necessários, de formação continuada aos professores, de uma organização escolar que atenda a diferentes especificidades.

Salienta-se que a inclusão escolar, além de atender a uma determinação legal, trata do reconhecimento das diferenças entre as pessoas, as quais aprendem, interagem e se comunicam de maneiras diferentes. Apesar deste reconhecimento a inclusão não deixa de ser até os dias de hoje um desafio para as escolas e suas equipes. A literatura nos apresenta bases conceituais para compreendermos o universo das necessidades educativas especiais e como podemos promover efetivamente a inclusão no espaço escolar.

No Estado do Paraná, o Departamento de Educação Especial é o órgão responsável pela orientação da política de atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, em cumprimento aos dispositivos legais e filosóficos estabelecidos na esfera federal e em consonância com os princípios norteadores da Secretaria de Estado da Educação – SEED. Acredita-se que as instituições escolares e os profissionais da educação podem contribuir amplamente divulgando as práticas que se mostraram efetivas no processo de adaptação curricular.

3.8 Tecnologias educacionais, mídias digitais e plataformas educacionais

A cultura digital está muito impregnada na sociedade o que traz impactos positivos à área educacional, tais como a formação de comunidades de aprendizagem que reúnem grupos que se conectam, partilham informações e produzem conhecimento reunidos por interesses afins (colaboração, cocriação). Neste âmbito, é preciso considerar que nas interações em rede são veiculadas também informações falsas (fake news), o que demonstra o importante papel desempenhado pela educação formal e informal quanto ao

desenvolvimento de um comportamento ético dos usuários da rede diante do grande fluxo de trocas que ocorrem por meio das redes sociais, de aplicativos e plataformas digitais, a fim de que usem o discernimento na ações de compartilhamento e produção do conhecimento.

Diante das novas formas de comunicação como a síncrona (interlocutores utilizam um canal de comunicação ao mesmo tempo) e assíncrona (a troca de informações não ocorre de forma simultânea) que se distinguem no ciberespaço, já são vividas nas instituições escolares novas possibilidades de desenvolvimento da práticas pedagógicas.

Sabe-se que os estudantes e professores utilizam a comunicação em rede para atingir objetivos de aprendizagem pretendidos. Ressalta-se que, para usufruírem plenamente desta possibilidade faz-se necessário a organização prévia, a intencionalidade das ações, dirigidas ao uso efetivo dos recursos digitais disponíveis a favor da aprendizagem. Neste sentido, lembra-se que o acesso a uma gama de informações ou mesmo o uso da tecnologia digital não se traduz automaticamente em produção de conhecimento de qualidade e inovação da prática docente.

O Projeto Político-Pedagógico que visa à formação crítica e desenvolvimento da autonomia, pressupõe a viabilização de uma organização escolar que integre as tecnologias digitais aos processos formativos planejados e implementados. Os espaços de aprendizagem, antes utilizados majoritariamente para a transmissão de saberes, modificaram-se, são dinâmicos, presenciais e digitais, com evidenciada atuação mediadora dos docentes.

Dos profissionais da educação espera-se atualização constante visando sintonia com as possibilidades de inovação, incorporando diferentes ferramentas pedagógicas à favor da aprendizagem, mobilizando situações interativas e colaborativas, com a participação ativa dos estudantes.

O uso de recursos tecnológicos para fins pedagógicos oportuniza o desenvolvimento de práticas inovadoras que potencializam o processo de ensino e aprendizagem. As mídias digitais são conteúdos divulgados por meio digital, ou seja, pela internet, pen-drive, as quais permitem a mediação e elaboração do conhecimento tanto por parte dos professores como dos estudantes. As plataformas educacionais constituem-se num conjunto de sistemas tecnológicos que oferecem a possibilidade de ampliação das experiências escolares, permitindo o desenvolvimento de habilidades e competências transversais, bem como o acompanhamento personalizado da produção do estudante, o qual pode avançar no processo de aprendizagem, definindo seu percurso, apoiado pelo professor.

3.9 Avaliação para a aprendizagem e Recuperação de estudos

A avaliação está a serviço do trabalho pedagógico e deve ser estruturada de forma a contribuir com a aprendizagem dos estudantes, os quais devem ser incluídos neste processo. Neste sentido, defende-se a **avaliação formativa** que se caracteriza por sua integração aos processos de ensino e aprendizagem. Inclui o feedback, a autoavaliação e considera o processo de autorregulação da aprendizagem, orientada para a melhoria das aprendizagens, acima de finalidades que podem estar subjacentes ao processo como a classificação, certificação e a apresentação de resultados obtidos.

Inserida em todo o processo pedagógico, entende-se que o planejamento, a prática docente, as ações dos estudantes e a avaliação estão interconectadas, sendo muito pertinente que as atividades propostas para ensinar e consequentemente aprender, fossem consideradas como instrumento avaliativo. Como ponto de partida, o olhar do docente deve se voltar para os objetivos de aprendizagem que descrevem quais evidências de aprendizagem serão perseguidas. Para uma próxima etapa, o caminho mais indicado é a escolha de instrumentos diversificados de avaliação coerentes com todo o processo desenvolvido ao longo das relações de ensino e aprendizagem construídas e com o que se busca avaliar.

Na instituição escolar os registros do acompanhamento da aprendizagem devem ocorrer concomitantemente ao desenvolvimento das práticas e produções pedagógicas, com paradas estratégicas a cada período avaliativo de acordo com a organização do sistema escolar (bimestral, trimestral ou semestral). Atingir as aprendizagens pretendidas é resultado de um processo dinâmico, no qual são estabelecidas diferentes formas de interação dos estudantes com os saberes e assim, variados níveis são atingidos, considerando-se as habilidades a serem desenvolvidas em cada segmento (ensino fundamental - anos finais e ensino médio).

A avaliação formativa assume uma “função remediadora” devido a ação contínua voltada às intervenções que se mostrem essenciais para a melhoria da aprendizagem dos estudantes, considerando-se que aprendem em ritmos diferentes. Neste ponto, destaca-se a **recuperação processual** como direito do estudante e compromisso que deve ser assumido por todos os envolvidos: a equipe diretiva propiciando ampla comunicação e apoiando ações que favoreçam a organização escolar, a equipe pedagógica orientando estudantes e responsáveis sobre a rotina de estudos, os direitos de aprendizagem e o devido acompanhamento escolar; ainda, apoiando e orientando o planejamento e a prática pedagógica junto à equipe docente. A “diferenciação e

individualização” da aprendizagem é desafiante, mas torna-se um pressuposto que instiga os professores a buscarem diferentes estratégias para regular o processo de aprendizagem, visualizando e buscando atender a diferentes necessidades dos estudantes.

As avaliações externas podem ser aplicadas por um profissional participante da comunidade escolar ou não, e têm grande alcance (em larga escala). Sua importância deve-se ao fato de contribuir com o fomento, formulação e monitoramento de políticas públicas. No contexto do ensino público, embasam diagnósticos e ações voltadas ao sistema educacional brasileiro.

Destaca-se o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) realizado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e elaborado a partir de matrizes de referência, com o objetivo de traçar um diagnóstico da educação básica brasileira, sendo aplicado a cada dois anos.

O IDEB é um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica que é composto pelos resultados do fluxo escolar e as médias de desempenho dos estudantes. O desempenho apurado no SAEB é associado às taxas de aprovação registradas no Censo Escolar.

A Prova Paraná Mais é uma avaliação em larga escala, que avalia, de forma censitária, o desempenho dos estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª e 4ª série do Ensino Médio da rede estadual do Paraná, bem como, os estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal daqueles municípios que aderirem à avaliação. Tem como objetivo verificar a qualidade da educação pública em todo o estado do PARANÁ, produzindo resultados por estudante, turma, escola, município, Núcleo Regional de Educação (NRE) e estado. Destaca-se como orientação balizadora os resultados da Prova Paraná Mais 2022, elemento importante no processo de (re)planejamento escolar considerando o contexto do retorno às aulas presenciais, após a sua suspensão, em março de 2020, devido à pandemia da Covid-19, e a necessidade de recomposição das aprendizagens para o ano de 2022 no estado e de replanejamento para o ano de 2023.

A Prova Paraná é um instrumento de avaliação elaborado com o objetivo de identificar as dificuldades apresentadas, bem como, as habilidades já apropriadas pelos estudantes durante o processo de ensino e aprendizagem nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa, Ciências da Natureza, Geografia e História e no Ensino Médio em Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa, Química, Física, Biologia, História, Geografia, Sociologia e Filosofia. É uma ferramenta para o

professor e equipe gestora da escola, elaborarem a partir de evidências, ações para melhoria da aprendizagem.

3.10 Gestão Escolar

A atuação do diretor escolar é crucial para o aprimoramento da gestão em direção a resultados positivos quanto ao rendimento dos estudantes. Membros da comunidade participam dessa administração por meio das instâncias colegiadas, assim como, funcionários administrativos e equipe pedagógica. Profissionais da educação, com base em seus méritos, muitas vezes ligados à docência assumem esta responsabilidade por escolha de seus pares e da comunidade em geral ou por critérios de seleção e para tal buscam desenvolver competências para o exercício da função.

Heloísa Lück é uma autora de referência nesta temática e indica que existem determinados conhecimentos, habilidades e atitudes que são esperadas de um profissional no desempenho de determinada função.

A gestão de uma instituição escolar precisa acompanhar as perspectivas de inovação disponíveis. A tecnologia com suas diversas possibilidades como recurso pedagógico deve estar presente, a interatividade e a mudança na organização de tempos e espaços de aprendizagem é uma realidade. Qual é a escola que queremos? Quais aprendizagens? Como será a escola do futuro?

Cabe à direção conhecer os desafios que a sociedade contemporânea impõe à estrutura escolar diante de sua função social. Ter clareza dos segmentos que atende, a quem se destina a formação ali realizada, quem são os estudantes? De onde eles vêm? Quais seus interesses e expectativas?

Para gerir as atividades de ensino e aprendizagem é necessário ter uma atuação que ultrapassa o caráter administrativo e assume uma perspectiva pedagógica. Como é constituída a equipe docente? São profissionais de carreira? Qual o nível de formação e experiência? Como se dá a formação em serviço no espaço escolar?

São várias as dimensões que envolvem a gestão de uma escola. A comunidade escolar precisa participar, ser convidada a estar presente e sentir-se reconhecida, acolhida, mediante o contexto no qual a instituição está inserida. O exercício de uma efetiva liderança pode contribuir para a construção de uma cultura escolar baseada no compromisso e engajamento dos que a constituem, formando laços de equipe com ações planejadas que vão ao encontro de objetivos educacionais.

3.11 Formação Continuada do professor

A formação docente é um elemento indissociável quando se pretende colocar um plano de trabalho em ação, ou seja, a formação ressignifica a prática pedagógica, orientada ao atendimento de um determinado contexto de aprendizagem. Estudos sobre o tema demonstram que somente a formação inicial não é suficiente para o enfrentamento dos desafios inerentes à atuação profissional.

Defende-se a formação para e no exercício da função. Isto quer dizer que há pesquisas e experiências que defendem a participação do professor em seu processo formativo. Os docentes têm condições de refletir sobre a própria prática e para tal necessitam de espaços de discussão no seu ambiente mais próximo de atuação: a escola. A interação entre pares pode ter um efeito mobilizador da aplicação de novas possibilidades pedagógicas às estratégias de ensino, com novos e/ou melhores resultados para a aprendizagem dos estudantes.

Ratifica-se que a associação entre teoria e prática no contínuo processo formativo dos professores é fundamental para que a atividade de ensino tenha sentido e mobilize as mudanças necessárias. Exemplos de formação continuada em serviço no estado do Paraná podem ser citados, como a Observação em Sala de Aula e o Grupo de Estudos: Formadores em Ação.

A **observação de sala de aula** é uma metodologia de formação em serviço que possibilita ao professor e a Equipe Gestora refletirem sobre o processo de ensino a partir de questões propositivas. É uma prática construída por meio de combinados entre a equipe e o docente e, principalmente, é uma ação formativa que envolve três momentos: antes, durante e depois. O **antes** constitui-se na preparação para a realização da observação de sala de aula, ou seja, é preciso começar pelo acolhimento e pelo **objetivo**, delimitando o que espera do professor e aonde pretende chegar. O **durante** é caracterizado pela efetivação dos instrumentos e critérios previamente estabelecidos no acompanhamento da hora-atividade. Para esta ação é importante que o observador escolha um local estratégico em sala de aula, utilize os instrumentos e critérios previamente combinados, bem como evite interferir na dinâmica de trabalho do professor. O **depois** deve acontecer com a finalidade de construir o feedback formativo da observação realizada, de forma dialógica. Para esta ação é importante que o observador planeje a devolutiva, o que envolve o agendamento de dia e horário, formas de registro, questões propositivas e sugestões de trabalho pautadas nas técnicas de Lemov.

O **Formadores em Ação** constitui-se num grupo de estudos voltado à formação continuada em serviço dos profissionais da educação, que prioriza e oportuniza a troca de experiências entre pares, trazendo o próprio professor e pedagogo da rede para mediar e compartilhar discussões e aprendizagens. A proposta é que por meio da **troca de experiências e do trabalho colaborativo,** possam ressignificar a sua prática pedagógica, adotando metodologias ativas e recursos tecnológicos para aperfeiçoá-la, tornando a aprendizagem dos estudantes mais significativa. Atualmente o GE conta com 58 temáticas, buscando atender e contribuir com as diversas realidades da rede estadual do Paraná.

4. Objetivos e Metas

Objetivo: Manter altos índices de **frequência** dos estudantes nas escolas estaduais do Paraná.

Metas:

- Atingir e manter o percentual de 90% de frequência em todos os Núcleos Regionais de Educação (o ideal a atingir é de 100%, mas é preciso lembrar que a meta deve ser exequível com base na realidade escolar);
- Monitorar diariamente a frequência escolar por meio do BI Presente na Escola;
- Comunicar à comunidade escolar a importância da frequência para a aprendizagem;
- Promover campanhas na escola mobilizando os estudantes em prol da manutenção da assiduidade.

Objetivo: Aprimorar progressivamente a **qualidade da aprendizagem** dos estudantes nas escolas estaduais do Paraná.

Metas:

- Planejar ações pedagógicas coerentes a fim de recompor as aprendizagens (Currículo Priorizado);
- Acompanhar periodicamente os níveis de aprendizagem atingidos pelos estudantes, intensificando as ações que impactam na melhoria dos resultados de aprovação;
- Envolver a comunidade escolar nos processos de avaliação externa;
- Instigar o protagonismo dos estudantes na conscientização de seus pares sobre a contribuição e participação efetiva nas avaliações externas (Prova Paraná e Prova

Paraná Mais);

- Avaliar as habilidades e competências desenvolvidas pelos estudantes e intervir a tempo para superar possíveis dificuldades;
- Incluir estudantes no PMA - Programa Mais Aprendizagem, atendendo à prerrogativas do programa;
- Utilizar os recursos pedagógicos disponíveis, tais como, as plataformas digitais, o RCO + aulas e livros didáticos.

Objetivo: Garantir a **permanência dos estudantes** na escola, reduzindo progressivamente a **evasão escolar** até atingir a completa interrupção dessa problemática.

Metas:

- Levantar informações sobre a evasão escolar na instituição de ensino;
- Comparar os indicadores de frequência ao longo do tempo (ano a ano, a cada período avaliativo) a fim de que a gestão avalie e encaminhe ações assertivas que atendam à necessidade de seu contexto escolar;
- Promover ações que garantam que a comunidade escolar tenha conhecimento sobre o preceitos legais que visam a proteção do direito à aprendizagem das crianças e adolescentes, assim como, possíveis sanções caso não sejam respeitados;
- Realizar ações de busca ativa visando o retorno do estudante à escola;
- Registrar no Sistema Educacional da Rede de Proteção - SERP as duas buscas ativas realizadas pela escola, após esgotados os esforços;
- Apresentar o caso aos equipamentos da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, encaminhar para manutenção das medidas protetivas à criança e adolescente no combate ao abandono escolar.

5. ELEMENTOS OPERACIONAIS

O Planejamento é um processo contínuo de conhecimento e análise da realidade escolar em busca da solução de problemas no propósito de tomada de decisões. É intrínseco ao planejamento possibilitando a revisão, a correção e o redirecionamento das ações. Ele indica o caminho a seguir, antecipando resultados, uma vez que articula objetivos e elementos para atingi-los, como as estratégias, os recursos e os responsáveis.

Assim, definem-se ações de curto, médio e longo prazo, nas perspectivas pedagógica, administrativa e político-social.

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico acontece na inter-relação entre os marcos (diagnóstico/fundamentos/planejamento), o que refletirá na efetiva execução das ações assumidas coletivamente. Neste marco define-se as proposições de ações voltadas às situações identificadas que se estabeleceu a intencionalidade. É o momento de indicar como chegar a um projeto de escola político e pedagógico. O **Plano de Ação** compõe-se de elementos específicos que visam ao enfrentamento das fragilidades e às metas/objetivos da instituição de ensino, bem como aos elementos comuns (procedimentos) que atendem as normatizações internas e a legislação vigente.

5.1. Plano de Ação da Instituição de Ensino

O Plano de Ação da escola consiste em um instrumento de trabalho dinâmico com o intuito de propiciar ações, ressaltando seus principais problemas e os objetivos dentro de metas a serem alcançadas, com critérios de acompanhamento e avaliação pelo trabalho desenvolvido.

O Plano de Ação Institucional foi construído coletivamente, afinal, trata-se de um documento essencial que descreve e orienta quais caminhos seguir, além de ser uma base para conduzir as demandas dos estudantes e da administração da escola, orienta todas as iniciativas e está sempre disponível para que as ações sejam de fato concretizadas.

É fundamental, portanto, que o coletivo escolar compreenda que é totalmente possível flexibilizar alguns aspectos desse documento ao longo do ano letivo. Afinal, sempre é bom e necessário corrigir rumos, otimizar e potencializar a busca dos resultados pretendidos e programados.

Acesse o link para **Plano de ação da Instituição de Ensino:**

https://docs.google.com/document/d/13dHLlZ1wPNPRc3DspZLCYpoXt_lyH21L/edit?usp=share_link&ouid=116314397182317892189&rtpof=true&sd=true

5.1.2. Plano de Ação do Gestor

PLANO DE AÇÃO – 2021 A 2024

O plano de ação do gestor tem como objetivo nortear as metodologias de trabalho da Direção Escolar do Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza, para o período de quatro anos, mediante avaliação.

Por meio deste, buscar-se-á verdadeiramente uma gestão participativa e democrática em que todos os segmentos escolares sejam fortalecidos com representatividade de efetivas colaborações, buscando dessa forma melhorar a qualidade do ensino aprendizagem dos estudantes assumindo o compromisso com a formação humana dos alunos, a qual requer a apreensão dos conhecimentos científicos, tecnológicos e histórico-sociais pela via escolarizada.

Assim, o plano de trabalho para o período em que se apresenta, será pautado nos princípios da gestão democrática, valorização dos profissionais da educação, qualidade de ensino, parceria entre a escola e a comunidade, autonomia e democratização do acesso e permanência do aluno na escola, bem como o comprometimento da implementação dos programas da Secretaria Estadual de Educação do estado do Paraná.

Acesse o link para: **Plano de Ação do gestor - 2021 a 2024**

https://docs.google.com/document/d/1b91fmt-3VQ-DPI6FNZCI4fpfV1C0Y0zV/edit?usp=share_link&ouid=116314397182317892189&rtpof=true&sd=true

5.1.3. Plano de Ação da Equipe Pedagógica

A ação do pedagogo planejada, sujeita ao princípio de ação organizada e liberta de hesitações ou improvisações inadequadas, deve ser um dos objetivos de tantos quantos se preocupam por sua credibilidade, eficácia e por sua própria razão de ser.

Quanto mais complexa for a tarefa a desempenhar, mais necessário se torna o seu planejamento e mais atenção se deve dar ao mesmo. Tal é o caso da equipe pedagógica, uma área em que a necessidade do planejamento é agravada, ainda mais, quando se tem

em mente que, a fim de se promover o desenvolvimento integral do estudante, é imprescindível que a ação educativa seja continuamente intensificada e aprimorada.

Conforme se observa na prática, o trabalho do pedagogo pode contribuir para tornar a escola significativa na vida do estudante, devem seus integrantes analisar e compreender os processos de mudanças que ocorrem na sociedade e suas implicações na educação, realizando intervenções críticas e criativas, ou seja, o professor pedagogo poderá fazer diferentes intervenções no trabalho do professor de forma a resgatar sua real função no ato de ensinar.

Acesse o link para: **Plano de Ação da Equipe Pedagógica**

https://docs.google.com/document/d/17TSh8nLswTCEm00VK5acEiaYMCUp1VOn/edit?usp=share_link&ouid=116314397182317892189&rtpof=true&sd=true

5.2. Avaliações Externas

As avaliações externas permitem a Instituição realizar um diagnóstico do ensino aprendizagem desenvolvido e identificar fatores que podem interferir no desempenho do estudante avaliando assim a qualidade da educação oferecida. O resultado das avaliações é um indicativo da qualidade do ensino e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento das práticas educacionais com base em evidências.

Para Instituição de Ensino esses dados permitem ter elementos do nível que o estudante demonstra de aprendizagem, seu contexto e as possíveis intervenções pedagógicas.

Os resultados do desempenho escolar são contabilizados para fins de análise dos aproveitamentos dos alunos como ferramentas de avaliação da Instituição de Ensino em relação a superação dos índices a cada ano/semestre letivo, considerando o acesso, o fluxo e a aprendizagem de todos os alunos, contribuindo para melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade.

Os indicadores empregados na educação, nas últimas décadas, são meios importantes de instrumentação de gestão, uma vez que possibilitam aos responsáveis que atuam nas redes de ensino, em programas, projetos e também na própria Instituição de Ensino, reconhecer situações que precisam de mudanças, de incentivos ou aprimoramento. Estes indicadores são um conjunto dos parâmetros quantitativos e

qualitativos que visam acompanhar determinada atividade, verificando se os objetivos estão sendo atingidos ou se há necessidade de intervenção.

5.3.1. Oferta de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório

O Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, realizado no ambiente de trabalho, cujas atividades devem estar adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do estudante, de modo a prevalecer sobre o aspecto produtivo.

O Plano de Estágio Obrigatório e não Obrigatório dos Cursos Técnico em Agronegócio Integrado, Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado, Técnico em Informática Integrado e Subsequente, Técnico em Edificações Integrado e Subsequente, Técnico em Administração Subsequente, Técnico em Enfermagem Subsequente constam no **link abaixo:**

https://docs.google.com/document/d/1Xg0EFq9LiNVzSW_2aER-VX2I1KhCTurr/edit?usp=share_link&ouid=116314397182317892189&rtpof=true&sd=true

5.4. Descrição das atividades, programas e projetos

5.4.1. Equipe Multidisciplinar

As equipes Multidisciplinares foram criadas com o intuito de orientar e auxiliar o desenvolvimento de ações relativas à Educação das Relações Étnico Raciais e ao ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena. O principal objetivo desta equipe é amenizar as práticas racistas, preconceituosas e excludentes para com a diversidade presente no ambiente escolar. O trabalho da Equipe Multidisciplinar visa garantir o cumprimento da Lei Nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Esta equipe subsidiará os professores para que o ensino da Cultura Afro-Brasileira e Africana seja motivadora de orgulho e reconhecimento das contribuições dos negros e indígenas para a formação dos nossos costumes, para isso se torna necessárias abordagens positivas. Essa abordagem deve fazer com que o aluno negro perceba a valorização da história do seu povo e a contribuição atual para o país e à humanidade.

De acordo com a Deliberação do Conselho Estadual de Educação Nº 04/06, em seu Art. 2º “todas as disciplinas da matriz curricular devem contemplar ao longo do ano

letivo, a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, na perspectiva de proporcionar aos alunos uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica". Nesta mesma Deliberação em seu Art. 9º cita a inclusão do dia 20 de novembro nos calendários escolares como Dia Nacional da Consciência Negra.

Para o cumprimento das leis no que diz respeito às especificidades da Equipe Multidisciplinar esta desenvolve ao longo do ano letivo, junto à comunidade escolar um plano de ação que culmina com os trabalhos realizados durante o ano letivo e próximos à data de 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra.

Acesse o link para: **Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar**

https://docs.google.com/document/d/1kQnWi5rO90V3QtqHVlbHWvAvloIsjEhZ/edit?usp=share_link&ouid=116314397182317892189&rtpof=true&sd=true

5.4.2 Se Liga: é Tempo de Aprender

O programa 'Se Liga - É Tempo de Aprender', tem como foco a intensificação da aprendizagem dos estudantes da rede estadual. Os alunos que precisam de uma força extra para concluir o ano poderão ter acompanhamento com professores, diretores e pedagogos para se aprofundarem nos conteúdos abordados nas aulas.

O Se Liga é destinado tanto aos alunos que têm dificuldades em conteúdo específico quanto àqueles que apenas desejam melhorar as notas e o rendimento. Podem ser propostos "aulões", aulas interdisciplinares, reforço no contraturno, grupos de estudos ou monitoria de alunos.

É importante retomar conteúdos essenciais para o desenvolvimento de habilidades e competências, e aprofundamento de conhecimentos para que os estudantes possam avançar no desenvolvimento escolar como um todo.

As atividades avaliativas referentes ao Programa podem ser propostas no formato de trabalhos em grupo, atividades orais, seminários, projetos, avaliações escritas, oficinas, entre outras que o coletivo escolar determinar como viável.

5.4.3 Programa EduTech

O EduTech é um programa educacional que oferece cursos gratuitos na área da tecnologia para estudantes matriculados regularmente na rede estadual de ensino do estado do Paraná. Lançado pela Secretaria de Educação e Esporte do Estado, o programa oferece cursos gratuitos de programação, games e animação, destinados a estudantes dos ensinos Fundamental e Médio.

Pautada nas “Diretrizes para Ensino de Computação na Educação Básica”, da Sociedade Brasileira de Computação, e considerando as Competências Gerais da BNCC para a formação do jovem do século XXI, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, visando a compreensão plena do mundo, cada vez mais conectado e imerso em tecnologias digitais, oportuniza a aprendizagem da programação a crianças, adolescentes e jovens matriculados nas instituições de ensino da Rede Pública Estadual do Paraná, que cada vez mais estão conectados e imersos em tecnologias digitais, a aprendizagem da Programação, contemplando o Pensamento Computacional, a Cultura Digital e o Letramento Digital, aumentando assim, a capacidade de aprendizagem e resolução de problemas, promovendo novas formas de expressão e pensamento com a utilização de linguagem digital, exercitando a curiosidade intelectual, o pensamento crítico, científico e a criatividade e dando apoio ao aprendizado das demais disciplinas.

As aulas acontecerão remotamente, via Google Classroom, com um professor de programação como tutor de cada turma virtual. As turmas têm encontros semanais com um professor e acesso em tempo integral a uma plataforma digital com todo o conteúdo do trimestre, incluindo videoaulas, textos, áudios, slides e exercícios. Cada série cursa uma trilha de ensino diferente. A plataforma de programação disponibilizará um certificado, ao final de cada conteúdo de estudo finalizado.

As trilhas de ensino dos cursos se dividem por séries. Alunos do 6º e do 7º anos podem cursar o nível 1 de “*Games* e animações”, enquanto os do 8º e do 9º anos podem cursar o nível 2. Essas trilhas visam à criação de jogos 2D, desde a concepção do tema, passando pelo desenvolvimento da parte visual de animação, até a programação para o funcionamento do jogo.

Já os estudantes do 1º ano do Ensino Médio estudarão “Programação *front-end* com HTML e CSS”, aprendendo a aplicar a lógica da programação na construção de páginas e *sites*, utilizando HTML5 e CSS3, que são as tecnologias de base usadas hoje no mercado de trabalho.

Para os alunos do 2º ano do Ensino Médio, há duas opções: “Desenvolvimento de *mobile* baseado em JavaScript” e “*Data Science*” (Ciência de Dados). Enquanto o primeiro visa ao desenvolvimento de aplicativos *mobile* (que funciona em *smartphones*,

computadores ou *tablets*), o segundo consiste no processamento, análise e armazenamento de dados — uma área em crescimento, hoje, nos setores de tecnologia.

Os estudantes do 3º ano do Ensino Médio e do Técnico, por sua vez, podem escolher entre “Programação em Java”, aplicando essa linguagem de programação a interfaces simples, passando pelo armazenamento de informações e até o desenvolvimento de uma aplicação completa, e “Programação em Python”, trabalhando desde aplicações que manipulam informações simples, como dados de *hardware*, até informações complexas de alto poder de processamento, como ações dentro de *games*.

São cursos de programação de alto nível, de ponta, para que a gente possa preparar o nosso aluno tanto no pensamento computacional — que vai ajudá-lo bastante no raciocínio lógico e nas disciplinas de exatas — como para o mercado de trabalho.

Trilha de Ensino

· Games e Animações - Nível 1 - público-alvo: Estudantes do 6º e 7º Anos do Ensino Fundamental;

· Games e Animações - Nível 2 - público-alvo: Estudantes do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental;

· Front-end com HTML e CSS - público-alvo: Estudantes do 1º Ano do Ensino Médio e EJA - Ensino Fundamental Fase II;

· Desenvolvimento de Mobile baseado em JavaScript - público-alvo: Estudantes do 2º Ano do Ensino Médio e EJA - Ensino Médio;

· Data Science (Ciência de Dados) - público-alvo - Estudantes do 2º Ano do Ensino Médio e EJA - Ensino Médio;

· Programação em Java - público-alvo: Estudantes do 3º Ano do Ensino Médio e Educação Profissional (todos os anos);

· Programação em Python - público-alvo: Estudantes do 3º Ano do Ensino Médio e Educação Profissional (todos os anos).

Objetivos

· Democratizar a oferta de atividades pedagógicas, por meio da atividade de Programação para os estudantes da Educação Básica da rede pública estadual de ensino;

· Viabilizar o aprofundamento dos conteúdos curriculares, por meio de atividades pedagógicas complementares, possibilitando encaminhamentos metodológicos diferenciados e favorecendo o desenvolvimento humano integral dos estudantes;

· Criar um ambiente educativo considerando as experiências e os saberes dos estudantes, possibilitando-lhes a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento do estudo e da pesquisa;

· Promover a articulação entre a Proposta Pedagógica da Atividade de Programação, ofertados em turno complementar, com o Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica da Instituição de Ensino, regulamentando-os em Regimento Escolar;

· Possibilitar uma maior compreensão do mundo digital, aumentando a capacidade de aprendizagem e de resolução de problemas;

· Exercitar a curiosidade intelectual, o pensamento crítico, científico e a criatividade, dando apoio ao aprendizado das demais disciplinas;

· Desenvolver habilidades de lógica de programação;

· Promover letramento e fluência em linguagens de programação por blocos e/ou código;

· Desenvolver o pensamento lógico através de algoritmos e suas estruturas.

5.4.4 Programa Educa Tron

O Programa Educa Tron é mais uma possibilidade tecnológica que o professor pode fazer uso nas suas aulas. Considerando que após-pandemia a vida e sua rotina nos mais diversos aspectos, incluindo a Educação nunca mais será a mesma, e as tecnologias digitais passaram a fazer parte do cotidiano escolar. O Programa oferece a TV multimídia como um complemento tecnológico, pois o digital, o online, passaram a ser ferramentas significativas para o desenvolvimento de uma educação transformadora, ou seja, não há mais como desvincular essa conectividade com inovações, criatividade, inclusive, sustentabilidade e empreendedorismo, pois o CEEP é uma escola de educação profissionalizante e tem esse perfil.

Com o EducaTron, ao aparelhar todas as salas de aula com os kits, o professor poderá acessar diferentes aplicativos para ministrar suas aulas e enriquecer as formas de

acesso aos conteúdos, colocar Power, tudo na mesma tela, com computador embutido, com bluetooth, com uma câmera de reconhecimento facial que pode ser utilizada para fazer uma chamada e, assim também conectar-se, interagir com outras turmas. Salienta-se que a figura do professor na sala de aula, de forma presencial e de suma importância, sendo este o principal agente de transmissão do conhecimento e articulador entre recursos didáticos, conteúdo e estudante.

5.4.5. Plataforma Redação Paraná

A Redação Paraná é uma plataforma de produção textual que trabalha de forma integrada com o professor. A inteligência artificial corrige a estrutura da língua – Gramática e o professor fica responsável em corrigir a parte discursiva e subjetiva da redação elaborada pelo aluno. Sendo este responsável por utilizar o recurso conforme planejamento no PTD e Ementa do curso.

Objetivos:

- Oferecer ferramenta tecnológica adequada aos alunos para que eles possam elaborar produções textuais cada vez melhores, treinando, aperfeiçoando e melhorando, tanto a parte escrita, como o desenvolvimento de ideias e argumentação no texto, visando a alcançar melhores resultados em futuras redações e avaliações externas como o ENEM e vestibulares em geral.

Público-alvo: Alunos do Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries) da rede pública estadual.

5.4.6 Plataforma Inglês Paraná

Considerando a relevância do ensino da Língua Inglesa no mundo contemporâneo, em especial no que diz respeito à inserção de nossos estudantes no mercado de trabalho e na importância de possibilitar acesso às informações vindas de todas as partes do mundo, a partir do 3º trimestre de 2021, os estudantes e professores de Língua Inglesa passam a ter acesso a uma nova ferramenta de estudo.

O objetivo principal desta ferramenta é favorecer o processo de ensino e aprendizagem da Língua Inglesa, o Programa Inglês Paraná. O programa conta com uma plataforma, que oferece um curso on-line completo de Língua Inglesa, seguindo o

Quadro Comum Europeu de Referências para Línguas (CEFR), contemplando habilidades da BNCC e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa do currículo. Todas as aulas do LRCO+aulas contemplam a utilização da plataforma, apresentando os conteúdos e atividades a serem desenvolvidas, orientando o professor de Inglês e os estudantes no processo de aprendizagem. As três séries do ensino médio começam no nível 3.

Público-alvo: Alunos do Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries) da rede pública estadual. Professores da disciplina de Língua Inglesa da rede pública estadual.

5.4.7. Tutoria Pedagógica

A Tutoria Pedagógica acontece por meio de encontros presenciais semanais, para acompanhamento pedagógico que tem como objetivo melhorar o processo de ensino e aprendizagem, combater o abandono escolar e diminuir os índices de reprovação na escola. A Instituição de ensino CEEP é acompanhada por um técnico do Núcleo Regional de Educação (NRE) em encontros semanais que contribuem para a gestão escolar e o desenvolvimento de ações pedagógicas.

O objetivo é qualificar os diretores e pedagogos e proporcionar aos professores subsídios para elaborar uma boa aula com foco no aprendizado dos alunos.

A meta é que os alunos aprendam e que os professores tenham o suporte necessário para desenvolver uma boa aula e com isso combater o abandono escolar, para que no final do ano letivo tenhamos o maior número possível de estudantes aprovados com qualidade.

5.4.8. Power B.I

O Power B.I é uma ferramenta de gestão, baseada em BI (*Business Intelligence* ou Inteligência Empresarial), que a Equipe Gestora do CEEP utiliza para acompanhar a evolução do estudo dos alunos, seu rendimento e frequência nas aulas. Desenvolvido pela Seed-PR (Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná), o sistema permite a visualização de dados referente a cada turma e aluno. Com as informações é possível estabelecer uma conversa com os estudantes, orientá-los acerca do ensino aprendizagem e também sobre a frequência. A ferramenta se destaca, principalmente, como recurso para identificar os problemas e encontrar estratégias para saná-los. É um painel de

gestão, dirigido por dados, que possibilita a recuperação de alunos e avaliação de como o ensino está sendo realizado, permitindo assim encaminhamentos com foco na qualidade do ensino aprendizagem.

A Instituição faz uso da plataforma realizando consultas nas seguintes abas: Frequência, Notas, Prova Paraná, Redação Paraná e Inglês Paraná.

5.4.9. Organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado – AEE em Sala de Recursos Multifuncional – SRM nas áreas da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e para os estudantes com transtornos funcionais específicos do Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza, está sendo organizado conforme Legislação vigente e orientações SUED/SEED.

A carga horária de cada Sala de Recursos Multifuncionais é de 20 horas/aulas semanais, respeitada a hora atividade do professor conforme legislação vigente. O trabalho pedagógico da SRM é realizado por meio de cronograma em grupo e/ou individual de forma a oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos estudantes, consonante a área específica, favorecendo o acesso ao conhecimento. Os agrupamentos são de acordo com o ano de matrícula e/ou conforme as especificidades e necessidades de aprendizagem do estudante, no período contrário da matrícula no ensino comum.

A avaliação para ingresso na Sala de Recursos Multifuncionais – deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, será realizada conforme as Orientações Pedagógicas definidas pela Seed/DEE. Para matrícula do estudante no AEE é necessário a família apresentar Avaliação Psicoeducacional e/ou Laudo e para os alunos que já são da Instituição de Ensino aqueles que foram avaliados com indicativo do AEE.

Funções desenvolvidas pelos professores do AEE conforme orientação da SEED: Avaliação no Contexto Escolar (professora do AEE, professores do ensino comum e pedagoga);

Elaboração do Plano de Atendimento Individual (no início do ano letivo e após o

Conselho de Classe);

Elaboração do Relatório do Rendimento (Final de cada trimestre)

Trabalho colaborativo com as famílias e professores para orientação da Flexibilização Curricular;

A avaliação para ingresso na Sala de Recursos Multifuncionais – deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, será realizada conforme as Orientações Pedagógicas definidas pela Seed/DEE. Para matrícula do estudante no AEE é necessário a família apresentar Avaliação Psicoeducacional e/ou Laudo e para os alunos que já são da Instituição de Ensino aqueles que foram avaliados com indicativo do AEE.

Funções desenvolvidas pelos professores do AEE conforme orientação da SEED: Avaliação no Contexto Escolar (professora do AEE, professores do ensino comum e pedagoga);

Elaboração do Plano de Atendimento Individual (no início do ano letivo e após o Conselho de Classe);

Elaboração do Relatório do Rendimento (Final de cada trimestre);

Trabalho colaborativo com as famílias e professores para orientação da Flexibilização Curricular;

Adaptação de objetivos

Referem-se a ajustes que o professor pode fazer nos objetivos pedagógicos constantes de seu plano de ensino de forma a adequá-los às características e condições do aluno com necessidades educacionais especiais.

Adaptação de Conteúdos

Podem ser:

Priorização de tipos de conteúdo;

Priorização de áreas ou unidades de conteúdos;

Reformulação de sequência de conteúdos;

Ou ainda, a eliminação de conteúdos secundários acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais;

Adaptações do Método de Ensino e da Organização Didática;

Adaptar o método de ensino às necessidades de cada aluno é, na realidade, um procedimento fundamental na atuação profissional de todo educador, já que o ensino não ocorrerá, de fato, se o professor não atender ao jeito que cada um tem para aprender. Faz parte da tarefa de ensinar procurar as estratégias que melhor respondam às características e às necessidades peculiares a cada aluno.

Adaptação do Processo de Avaliação

Outra categoria de ajuste que pode se mostrar necessária para atender às necessidades educacionais especiais de alunos é a adaptação do processo de avaliação, seja por meio da modificação de técnicas, como dos instrumentos utilizados. Alguns exemplos desses ajustes: utilizar diferentes procedimentos de avaliação, adaptando-os aos diferentes estilos e possibilidades de expressão dos alunos.

Adaptação na Temporalidade

O último tipo de adaptação que se sugere é a adaptação na temporalidade do processo de ensino e aprendizagem, tanto aumentando, como diminuindo o tempo previsto para o trato de determinados objetivos e conteúdos. O professor pode organizar o tempo das atividades propostas, levando em conta o tipo de deficiência.

Todas as ações pedagógicas e metodológicas estão em consonância com as legislações vigentes e efetivam-se por meio de: flexibilizações e adaptações dos recursos instrucionais, material pedagógico, equipamento, currículo; capacitação de recursos humanos (professores, e profissionais especializados); eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, curriculares e de comunicação e sinalização, entre outras ações que venham ao encontro das necessidades educacionais especiais.

Sala de Recurso Multifuncional

O Atendimento Educacional Especializado – AEE na Sala de Recursos Multifuncional nas áreas da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora,

transtornos globais do desenvolvimento e para os estudantes com transtornos funcionais específicos, está organizada de acordo com a INSTRUÇÃO Nº 07/2016 - SEED/SUED e INSTRUÇÃO N° 09/2018–SUED/SEED, conforme segue:

DEFINIÇÃO DO ATENDIMENTO

Sala de Recursos Multifuncionais é o espaço organizado com material didático, recursos pedagógicos, tecnológicos, de acessibilidade, de natureza pedagógica objetivando a oferta do Atendimento Educacional Especializado (Deliberação no 02/2016 – CEE/PR).

O objetivo é complementar a escolarização de estudantes com deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, matriculados, nas instituições do Sistema Estadual de Ensino

A Sala de Recursos Multifuncionais – SRM atenderá estudantes matriculados na rede pública estadual de ensino com:

Deficiência intelectual - DI: Em conformidade com a Associação Americana de

Deficiência Intelectual, estudantes com deficiência intelectual são aqueles que possuem incapacidade caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo e está expresso nas habilidades práticas, sociais e conceituais, originando-se antes dos dezoito anos de idade.

Deficiência física neuromotora - DFN: aquele que apresenta comprometimento motor acentuado, decorrente de sequelas neurológicas que causam alterações funcionais nos movimentos, na coordenação motora e na fala, requerendo a organização do contexto escolar no reconhecimento das diferentes formas de linguagem que utiliza para se comunicar ou para comunicação.

Transtornos globais do desenvolvimento - TGD: estudantes com diagnóstico de transtorno do espectro autista e psicoses que apresentarem dificuldades de aprendizagem em decorrência de sua patologia.

Transtornos funcionais específicos - TFE: Refere-se a funcionalidade específica (intrínsecas) do sujeito, sem o comprometimento intelectual. Diz respeito a um grupo

heterogêneo de alterações manifestadas por dificuldades significativas:

a) na aquisição e uso da audição, linguagem oral, leitura, linguagem escrita, raciocínio, habilidades matemáticas, atenção e concentração;

b) Distúrbios de aprendizagem – dislexia, disortografia, disgrafia e discalculia;

c) Transtornos do déficit de atenção e hiperatividade – TDAH.

Da avaliação para ingresso:

A avaliação de ingresso tem por intuito investigar as variáveis que interferem no processo de ensino e aprendizagem, com vistas à compreensão da origem dos problemas de aprendizagem dos estudantes indicados pelos professores das disciplinas, e fornecer as bases para o planejamento de intervenções pedagógicas que respondam às necessidades desses estudantes. Objetiva ainda o encaminhamento para efetivação da matrícula no Atendimento Educacional e será realizada de acordo com as Orientações Pedagógicas definidas pela Seed/DEE, conforme segue:

a) deficiência intelectual, (avaliação pedagógica e psicológica) deverá enfocar aspectos relativos à aquisição da língua oral e escrita, interpretação, produção de textos, sistemas de numeração, cálculos, medidas, entre outros, bem como as áreas do desenvolvimento, considerando as habilidades adaptativas, práticas sociais e conceituais, acrescida necessariamente de parecer psicológico com o diagnóstico da deficiência.

b) deficiência física neuromotora, (avaliação pedagógica e clínica) deverá enfocar aspectos relativos à aquisição da língua oral e escrita, interpretação, produção de textos, sistemas de numeração, cálculos, medidas, entre outros, bem como as áreas do desenvolvimento, considerando ainda, a utilização da comunicação alternativa para escrita e/ou para fala, recursos de tecnologias assistivas e práticas sociais, acrescida de parecer de fisioterapeuta e fonoaudiólogo. Em caso de deficiência intelectual associado, complementar com parecer psicológico.

c) transtornos globais do desenvolvimento (avaliação psiquiátrica e avaliação pedagógica) deverá enfocar aspectos relativos à aquisição da língua oral e escrita, interpretação, produção de textos, sistemas de numeração, cálculos, medidas, entre outros, bem como as áreas do desenvolvimento, acrescida necessariamente por laudo psiquiátrico ou neurológico e complementada quando necessário, por parecer psicológico.

d) transtornos funcionais específicos: (avaliação pedagógica e clínica/neurológica):

- Distúrbios de aprendizagem – (dislexia, disortografia, disgrafia e discalculia), deverá enfocar aspectos relativos à aquisição da língua oral e escrita, interpretação, produção de textos, sistemas de numeração, cálculos, medidas, entre outros, bem como as áreas do desenvolvimento, acrescida de parecer de especialista em psicopedagogia e/ou fonoaudiológico e complementada quando necessário, por psicólogo.

- Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade – TDAH deverá enfocar aspectos relativos à aquisição da língua oral e escrita, interpretação, produção de textos, sistemas de numeração, cálculos, medidas, entre outros, bem como as áreas do desenvolvimento, acrescida de parecer neurológico e/ou psiquiátrico e complementada quando necessário, por parecer psicológico.

A Sala de Recursos Multifuncionais deverá, obrigatoriamente, estar autorizada, com os atos regulatórios em vigência e contemplada no Projeto Político- Pedagógico e Regimento da instituição de ensino, de acordo com as normas vigentes para o Sistema Estadual de Ensino.

A oferta do atendimento deverá ser de no mínimo 800 horas e 200 dias letivos, com autorização de funcionamento para 20 (vinte) horas semanais cada Sala de Recursos Multifuncionais em um único turno.

Para as instituições da rede pública estadual de ensino, a jornada de trabalho dos professores, obedecerá aos critérios estabelecidos nas Leis Complementares Estaduais nº 103, de 15/03/2004, nº 155, de 08/05/2013, nº 174, de 03/07/2014, conforme disposto na Resolução de distribuição de aulas vigente.

Dos recursos materiais:

Espaço físico: sala com localização, condição de salubridade, espaço, iluminação e ventilação adequados, de acordo com os padrões da associação de Normas Técnicas (ABNT NBR 9050/2015).

Materiais pedagógicos: a Sala de Recursos Multifuncionais deve ser organizada com materiais didáticos de acessibilidade, recursos pedagógicos específicos adaptados, equipamentos tecnológicos e mobiliários adequados.

A Organização Pedagógica do Atendimento Educacional Especializado seguirá os parâmetros pedagógicos definidos pela Seed/DEE por meio de Orientação Pedagógica específica.

São Atribuições do Professor na Sala De Recursos Multifuncionais

a) assegurar a correta identificação do diagnóstico no cadastro do estudante, matriculado na Sala de Recursos Multifuncionais.

b) elaborar, executar e avaliar o Plano de Atendimento Educacional Especializado do estudante, contemplando: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos estudantes; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas dos estudantes; o cronograma do atendimento e a carga horária, individual ou em pequenos grupos.

c) programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no Atendimento Educacional Especializado, na sala de aula comum e nos demais ambientes da instituição de ensino.

d) produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos estudantes e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo.

e) estabelecer a articulação com os professores da sala de aula comum e com demais profissionais da escola, visando à disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos estudantes nas atividades escolares.

f) Orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelos estudantes de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação.

g) Desenvolver atividades próprias do AEE, de acordo com as necessidades educacionais específicas dos estudantes: ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva – TA; promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores com vistas ao acesso ao currículo do ano de matrícula do estudante.

Do atendimento:

O número máximo é de 20 (vinte) estudantes com atendimento por cronograma, para cada Sala de Recursos Multifuncionais.

O Atendimento Educacional Especializado deverá ser realizado por cronograma, conforme orientação da SEED/DEE, de forma a oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos estudantes, consonante a área específica, favorecendo o acesso ao conhecimento. O cronograma de atendimento ao estudante deve ser registrado no Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE nos campos específicos identificando: horário de atendimento, CPF do professor responsável e, qual o Atendimento Educacional Especializado ofertado.

A frequência deverá obedecer estritamente ao horário previsto em cronograma registrado no Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE e no Livro de Registro de Classe. O horário de atendimento deverá seguir a estrutura e funcionamento da instituição de ensino onde a Sala de Recursos Multifuncionais esteja autorizada a funcionar, em turno contrário ao da escolarização do estudante no ensino comum.

Para os estudantes que apresentarem faltas consecutivas, não justificadas, a instituição de ensino deverá acionar a família para o retorno do estudante no Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais, ou mediante apresentação e assinatura de justificativa pelos pais/responsáveis, desvincular o estudante do atendimento educacional especializado.

O desligamento do estudante da Sala de Recursos Multifuncionais, deverá ser formalizado por meio de relatório pedagógico elaborado, assinado e datado pelo professor especializado, juntamente com a equipe pedagógica e diretiva. Documento que deverá ficar arquivado na pasta individual do estudante.

O desligamento deverá ser registrado no Sistema Estadual de Registro Escolar– SERE, na turma de matrícula do estudante. Vencidos os obstáculos de acesso ao currículo, o estudante deverá ser desvinculado da Sala de Recursos Multifuncionais. O professor da Sala de Recursos Multifuncionais deverá dar continuidade ao trabalho colaborativo com os professores das disciplinas, na hora atividade, monitorando o desempenho do estudante mesmo após o seu desvinculamento do atendimento educacional especializado.

Na pasta individual do estudante, além dos documentos exigidos para a classe comum, deverá conter o relatório de avaliação pedagógica e psicológica (Avaliação Psicoeducacional) ou laudos médicos que indicaram o Atendimento Educacional Especializado, Plano de Atendimento Educacional Especializado e Relatório do Rendimento Escolar do estudante, elaborado a partir do conselho de classe, conforme regimento escolar.

5.4.10 Atendimentos Educacionais Diferenciados

Em casos onde existe a necessidade de um atendimento diferenciado com atividades domiciliares, atividades em ambiente hospitalar, ou ainda adaptações de atividades de acordo com as especificidades dos alunos, a Instituição de Ensino procura atender da melhor forma possível. São feitos acordos com a família ou responsáveis mediante registro em ata da forma que acontecerão estes atendimentos.

A família nestes casos precisa ser presente, pois será solicitada constantemente para retirada de atividades e resolução de questões de amparo legal.

5.4.11 Serviço de Apoio à Rede de Escolarização Hospitalar - SAREH

O Programa SAREH tem como objetivo o atendimento educacional aos educandos que se encontram impossibilitados de frequentar a escola presencialmente por estar em situação de internamento hospitalar ou tratamento de saúde domiciliar.

Este atendimento permite a continuidade do processo de escolarização, a inserção ou a reinserção em seu ambiente escolar, todo o processo de inserção neste Programa é acompanhado pelo NRE. Em alguns casos são contratados profissionais que atenderão o aluno em domicílio, em outros o atendimento se dá no próprio hospital com desenvolvimento de atividades encaminhadas pelo professor de sala regular.

Importante destacar que será ofertado aos alunos internados ou em tratamento domiciliar um conjunto de ações que possibilite a continuidade das suas atividades escolares, reintegrando-os à escola, ou seja, não haverá prejuízos em relação a aprendizagem, incentivando o crescimento e desenvolvimento intelectivos e sócio interativo, fortalecendo o vínculo entre o aluno paciente e o seu processo de aprendizagem, amenizando a trajetória acadêmica durante o seu período de internação hospitalar ou tratamento domiciliar.

5.4.12 Estudante Gestante

De acordo com a Lei Federal nº 6202/75, a aluna gestante terá seus direitos garantidos em relação à continuidade de seus estudos, onde poderá “a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses ficar assistida pelo regime de exercícios domiciliares".

O início e o fim do período de afastamento da escola serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola”, ou seja, em casos excepcionais como de gravidez de risco, problemas pós-parto, ou outros que impeçam a aluna de frequentar as aulas de forma presencial no ambiente escolar, e comprovado por atestado médico, a aluna será assistida por atividades domiciliares enquanto necessitar.

As atividades domiciliares serão organizadas pela Instituição de Ensino de forma que contemple os conteúdos da série e as avaliações também serão aplicadas em regime domiciliar, sem prejuízo à aluna.

5.4.13 Conselho Escolar

O Conselho Escolar tem por finalidade promover a articulação entre segmentos organizados da sociedade e setores do Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza, a fim de garantir a eficiência e a qualidade de seu funcionamento, dando-lhe segurança e apoio nos eventos de natureza reivindicatória. O Conselho Escolar do Centro tem a função consultiva e deliberativa, avaliativa e fiscalizadora, auxiliando na organização do processo administrativo e pedagógico, na elaboração do Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Regulamentos Internos, Planos de Cursos do Centro.

A função deliberativa refere-se à tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar. A função consultiva refere-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência. A função avaliativa refere-se ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas da escola bem

como, a qualidade social da Instituição escolar. A função fiscalizadora refere-se ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações.

Entre outras funções, cabe ainda ao Conselho Escolar do CEEP:

- Participar e colaborar com Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza nos processos de decisão em relação aos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.
- Auxiliar a direção nas atividades diversas, como promoção de eventos, com a finalidade de cooperar com a direção nas despesas emergenciais.
- Reunir-se sempre que solicitado, com o objetivo de avaliar o bom andamento e rendimento do trabalho pedagógico realizado.
- Coordenar o processo de discussão, elaboração ou alteração do Regimento Escolar;
- Garantir a participação dos vários segmentos da comunidade escolar na definição do Projeto Político Pedagógico do Centro.
- Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, bem como acompanhar o processo de implementação, avaliação e reformulação, propondo mudanças necessárias;
- Promover, participar e colaborar com eventos e programas que favoreçam e estimulem o processo de ensino e aprendizagem e que valorizem e estimulem o saber do estudante e sua inclusão, através da valorização da cultura da comunidade local.
- Coordenar discussões junto aos segmentos e votar alterações metodológicas, didáticas e administrativas na escola, respeitando sempre a legislação vigente;
- Acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (abandono e evasão escolar, aprovação, reprovação, entre outros), propondo, quando se fizerem necessários, intervenções pedagógicas e outras medidas sócio-educativas visando a melhoria da qualidade social da educação escolar.
- Fiscalizar a gestão administrativa, pedagógica e financeira do Centro;

5.4.14 Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) é uma entidade pública, apartidária, sem fins lucrativos ou religiosos. Seus membros e conselheiros nada recebem

por serviços prestados.

A concepção de trabalho da APMF é importante porque ela é uma entidade voltada a contribuir junto à comunidade educacional, principalmente na esfera administrativa da Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza é participativa nas reuniões quando convocadas, onde são abordados assuntos pertinentes às práticas e questões administrativas da própria entidade. São alguns objetivos de trabalho que a APMF do Centro desenvolve:

- colaborar com a manutenção do prédio, viabilizando recursos junto a comunidade;
- buscar integração da comunidade organizada discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa comunidade e considerando a dificuldade na participação dos pais pela distância entre a moradia e unidade escolar;
- discutir, no âmbito de ação sobre ações consistentes ao educando, de aprimoramento do ensino e integração da família, escola e comunidade, emanando sugestões em consonância com a Proposta Pedagógica e conjuntamente com Conselho Escolar, Equipe Pedagógica e administrativa;
- prestar assistência aos educandos, professores e funcionários, assegurando melhores condições de eficiência escolar, em busca da integração dos segmentos da sociedade organizada dentro do contexto escolar;
- representar os reais interesses da comunidade escolar, contribuindo dessa forma para a melhoria da qualidade de ensino visando uma escola de qualidade.
- promover o entrosamento entre pais, alunos, professores e funcionários, toda a comunidade interna e externa através de atividades educativas, culturais e desportivas, ouvindo o Conselho Escolar. Gerir e administrar os recursos financeiros próprios e os que lhes forem repassados através de convênios de acordo com as prioridades estabelecidas em reunião conjunta com o Conselho Escolar, com registros em livros ata;
- colaborar com a manutenção e preservação do prédio escolar e suas instalações.

5.4.15 Grêmio Estudantil

O Grêmio Estudantil tem um importante papel na formação e no desenvolvimento e e educacional, cultural e esportivo dos alunos do Centro, através da organização de reuniões, eventos, debates, apresentações teatrais, festivais de música, torneios esportivos, entre outras atividades. As atividades representam os primeiros passos na vida social, cultural e política, espaço importante que é incentivado pelo Centro e não tem caráter político partidário, religioso, racial e não tem fins lucrativos.

O Grêmio Estudantil é formado apenas por alunos, de forma independente, que além de desenvolver atividade extra curriculares, também organiza reivindicações, tais como compra de livros para a biblioteca, entre outras decisões de interesse da representação e do Centro.

- A organização, o funcionamento e as atividades do Grêmio estão estabelecidas no Estatuto da entidade, aprovado em Assembleia Geral do corpo discente do Centro, convocada para este fim, obedecendo à legislação pertinente.
- A aprovação do Estatuto, a escolha dos Dirigentes e dos Representantes do Grêmio são realizadas por voto direto e secreto de cada estudante, observando as normas da legislação eleitoral.
- São sócios do Grêmio todos os alunos matriculados e com frequência regular. O Conselho de Representantes de Turmas é a instância intermediária e deliberativa do Grêmio e é constituído pelos representantes de turmas eleitos anualmente pelos alunos de cada turma em voto secreto.
- A realização de qualquer evento do Grêmio nas dependências da Instituição de Ensino tem prévia autorização da Direção e do Conselho Escolar.

O balanço anual de movimento financeiro do Grêmio será apresentado à Assembleia Geral dos alunos e ao Conselho Escolar ao final de cada mandato.

5.4.16 Clima Escolar

A interação professor e aluno, dentro do processo de ensino e de aprendizagem, gerará uma série de expectativas recíprocas, que determinará de que forma se dará a relação do professor com o aluno e do aluno com o professor, que poderá ser de forma harmoniosa ou não.

Para que a relação professor e aluno aconteça de forma harmoniosa, e ambos se

realizem e satisfaçam as suas expectativas, facilitando o processo pedagógico, é importante que o professor perceba que certas manifestações de comportamento de seus alunos, são formas de expressão do modo que seus alunos o veem e o percebem, dentro do processo de ensino e de aprendizagem, então é importante que o professor tenha bem claro os objetivos que pretende alcançar através de suas ações.

Outro fator muito importante, é o professor ter em mente, que o seu modo de agir, pensar, sentir e também as formas de expressar este conjunto de sentimentos que compõem sua personalidade, o influenciará no desenvolvimento de seu trabalho, influenciando no relacionamento resultante com sua classe e, portanto, nas formas de ensinar e aprender, pois estes relacionamentos se dão de forma recíproca, interativa e de influência mútua.

Para que se efetive uma prática educacional inclusiva e igualitária, baseada nos princípios da cidadania e da solidariedade humana, que objetive uma transformação social, através da formação de sujeitos críticos, é necessário que a escola se reformule, visando se tornar uma instância mediadora do conhecimento científico, historicamente elaborado, fazendo com que os conteúdos venham a ter ressonância e significado na vida do aluno. A prática docente tem que ter na realidade social o seu ponto de partida e de chegada e cabe à escola criar as condições para que tais objetivos sejam atingidos.

Os agentes educacionais I colaboram com o trabalho da equipe pedagógica, professores e direção, zelando pela segurança dos alunos e das pessoas que circulam pelos espaços escolares. Cooperam com a organização das atividades desenvolvidas na unidade escolar e acompanham os alunos em atividades extraclasse quando solicitados. Também preparam o lanche dos alunos diariamente.

Os agentes educacionais II exercem seu papel de educador e gestor dos espaços e ambientes de comunicação e tecnologia, prestando orientações e esclarecimentos ao público em relação aos procedimentos e atividades desenvolvidas na unidade escolar, comunicando à direção os fatos relevantes no dia-a-dia da escola, acompanhando os alunos quando solicitado, em atividades extraclasses, participando de reuniões escolares sempre que necessário e atendendo os alunos, professores e equipe pedagógica.

5.4.17 Descrição dos cursos ofertados pela instituição

O Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza oferta os seguintes cursos técnicos nas formas Subsequente e Integrado: Técnico

em Edificações Integrado e Subsequente, Técnico em Informática Integrado e Subsequente, Técnico em Agronegócio Integrado, Desenvolvimento de Sistemas Integrado, Técnico em Enfermagem Subsequente, Técnico em Administração, Técnico em Estética, Técnico em Farmácia.

5.4.18 Curso Técnico em Agronegócio

O Curso Técnico em Agronegócio visa proporcionar ao aluno uma perspectiva de totalidade, onde os conteúdos das disciplinas são contextualizados, tendo em vista a integração entre conhecimento e cultura no mundo do trabalho. Isto requer a ressignificação dos conhecimentos com base nos fundamentos científicos e tecnológicos, evitando sua compartimentalização no seu processo de construção.

O Técnico em Agronegócio promove a gestão do negócio agrícola. Coordena operações de produção, armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e derivados. Coordena as inter-relações das atividades nos segmentos do agronegócio, em todas suas etapas. Planeja, organiza, dirige e controla as atividades de gestão do negócio rural. Promove ações integradas de gestão agrícola e de comercialização. Idealiza ações de marketing aplicadas ao agronegócio. Executa ações para a promoção e gerenciamento de organizações associativas e cooperativistas. Programa ações de gestão social e ambiental para a promoção da sustentabilidade da propriedade. Avalia custos de produção e aspectos econômicos para a comercialização de novos produtos e serviços. Capta e aplica linhas de crédito compatíveis com a produção. Implanta e gerencia o turismo rural.

O curso tem como objetivos:

a) Valorizar a educação como processo de formação de recursos humanos, de desenvolvimento do sistema social mais amplo;

b) Desenvolver o autoconhecimento, para melhoria e adaptação sócio educacional, proporcionar ao aluno uma formação que lhe permita a inserção no mundo do trabalho;

c) Propiciar conhecimentos teóricos e práticos amplos para o desenvolvimento de capacidade de análise crítica, de orientação e execução de trabalho no Setor administrativo rural;

d) Promover a produção de conhecimento, articulando os eixos ciências, sociedade, tecnologia e trabalho por meio do desenvolvimento de pesquisa científica;

e) Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos, capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual está inserido;

f) Oferecer aos alunos egressos do ensino médio a possibilidade de acesso à Educação Profissional para atuação na área do agronegócio;

g) Colaborar com o desenvolvimento econômico e sustentável de nosso Estado por meio da pesquisa científica e de projetos inovadores que venham a alavancar nossos produtos no cenário nacional e internacional.

5.4.19. Curso Técnico em Edificações

A área da construção civil que incide diretamente na construção dos espaços de vivência e convivência é de um lado reflexo e do outro forjador de cultura. Dessa forma o técnico em edificações deve estar preparado para compreender e atuar sobre os diferentes condicionadores neste processo de construção.

As recentes alterações no perfil populacional, a inclusão de pessoas com necessidades especiais e o avanço na perspectiva de vida exigem novas concepções de projetos de construção e ações que atendam ao direito de acessibilidade para todos.

Finalmente, a retomada dos investimentos nas áreas da construção civil, infraestrutura, diretrizes urbanas, programas habitacionais e o acelerado processo de incorporação de novas tecnologias e materiais têm gerado demanda de profissionais com formação técnica, mas, sobretudo, que contemple uma formação humana, social, econômica com responsabilidade ambiental.

Os objetivos do curso são:

a) Organizar experiências pedagógicas que levem à formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de intervir de maneira responsável na sociedade em que vivem.

b) Oferecer um processo formativo, sustentado na educação, assegurando a integração entre a formação geral e a de caráter profissional.

c) Articular conhecimentos científicos e tecnológicos das áreas naturais e sociais estabelecendo uma abordagem integrada das experiências educativas.

d) Oferecer um conjunto de experiências teórico-práticas na área de edificações.
e) Destacar em todo o processo educativo a importância da preservação dos recursos e do equilíbrio ambiental.

5.4.20. Curso Técnico em Informática

A área de informática está no cotidiano do trabalho em todos os setores econômicos e presente em várias etapas do processo produtivo, do comércio e dos serviços exercendo a condição de base para o perfeito funcionamento do sistema. Por outro lado, a informática está presente no cotidiano de todas as pessoas. Assim é uma área que demanda permanente atualização e apresenta uma crescente exigência de trabalhadores qualificados. O uso da informática disseminou-se nos últimos anos, criando a necessidade de profissionais de diversos níveis com capacidades para criar, especificar e manter funcionando sistemas computacionais de tamanhos e características variadas. Nesse contexto é que os profissionais de nível técnico na área de informática são importantes na disseminação e popularização da mesma.

O Curso Técnico em Informática é importante para a região onde está localizada a instituição de ensino, pois existem diversas empresas e organizações que necessitam de profissionais com conhecimento científico para otimizar os recursos destas empresas, de forma a possibilitar melhores resultados tanto nos aspectos de informatização, recursos financeiros e recursos humanos. Os Objetivos do curso são:

a) Organizar experiências pedagógicas que levem à formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de intervir de maneira responsável na sociedade em que vivem.
b) Formar profissionais técnicos com capacidade crítica para implementar ações que contribuam para solução dos desafios da convivência homem/natureza de forma a atender as necessidades sociais de forma equilibrada e sustentável.
c) Oferecer um processo formativo que assegure a integração entre a formação geral e a de caráter profissional de forma a permitir tanto a continuidade nos estudos como a inserção no mundo do trabalho.
d) Formar para o exercício da cidadania, com entendimento da realidade social, econômica, política e cultural do mundo do trabalho, para a atuação de forma ética como sujeito histórico.

e) Proporcionar a formação de um profissional para instalação de sistemas operacionais, aplicativos e periféricos para desktop e servidores, desenvolvimento e documentação de aplicações para desktop com acesso à web e a banco de dados, realização e manutenção de computadores de uso geral e, instalação e configuração de redes de computadores locais de pequeno porte.

5.4.21. Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas

Projeções sobre o futuro do trabalho modeladas pela consultoria McKinsey (2020) apontam que 30 a 40% de toda a força de trabalho necessitará incrementar significativamente suas habilidades ou buscar novas ocupações até 2030. Uma nova realidade tecnológica ubíqua exige profissionais altamente qualificados, o que já reflete na busca por mão-de-obra na percepção de 81% dos líderes de empresas, segundo estudo da consultoria de recrutamento Robert Half (2019)2. No contexto do mundo do trabalho e das especificidades da área da tecnologia e da informática, este currículo atende uma necessidade real de demanda de mercado no segmento de informática nas mais diversas atuações deste profissional. Conforme dados apontados pela Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), em 2019 a área de TIC empregava 1,56 milhões de profissionais, acumulando o crescimento do setor 4.1%. No mundo, as profissões relacionadas a essa área crescerão 33% até 2022, segundo dados do World Economic Forum.

A área de Desenvolvimento de Sistemas está no cotidiano do trabalho em todos os setores econômicos e presente em várias etapas do processo produtivo, do comércio e dos serviços, exercendo a condição de base para o perfeito funcionamento do sistema. Por outro lado, a informática está presente no cotidiano de todas as pessoas. Assim é uma área que demanda permanente atualização e apresenta uma crescente exigência de trabalhadores qualificados. Entendemos ainda ser um curso que qualificará os estudantes por meio do conhecimento científico para otimizar os recursos destas empresas.

Objetivo geral do curso

a) Formar profissionais com competências para atuar e intervir em seu campo de trabalho, com foco em resultados.

Objetivos específicos:

b) Promover o desenvolvimento do aluno por meio de ações que articulem e mobilizem conhecimentos, habilidades, valores e atitudes de forma potencialmente criativa e que estimule o aprimoramento contínuo.
c) Estimular, por meio de situações de aprendizagens, atitudes empreendedoras, sustentáveis e colaborativas nos alunos.
d) Articular as competências do perfil profissional com projetos integradores e outras atividades laborais que estimulem a visão crítica e a tomada de decisão para resolução de problemas.
e) Promover uma avaliação processual e formativa com base em indicadores das competências, que possibilitem a todos os envolvidos no processo educativo a verificação da aprendizagem.
f) Incentivar a pesquisa como princípio pedagógico e para consolidação do domínio técnico-científico, utilizando recursos didáticos e bibliográficos.
g) desenvolver sistemas, com emprego de fundamentos de redes de computadores e Internet;
h) Analisar, projetar e documentar sistemas de informação que atendam aos requisitos do negócio;
i) Desenvolver ideias criativas e inovadoras na resolução de problemas computacionais;
j) Utilizar os fundamentos da segurança da informação de forma a permitir a identificação de ameaças e o comportamento preventivo;
k) Resolver situações-problema para o desenvolvimento de sistemas, com aplicação de fundamentos da computação e da tecnologia de informação.

5.4.22. Curso Técnico em Administração

A estruturação Curricular do Curso Técnico em Administração visa o aperfeiçoamento na concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que sintetizem todo o processo formativo. O plano ora apresentado teve como eixo orientador a perspectiva de uma formação profissional como constituinte da integralidade do processo educativo. O Curso Técnico em Administração vem ao encontro da necessidade da formação do Técnico numa perspectiva de totalidade e constitui-se numa atividade com crescente exigência de qualificação. A organização dos conhecimentos, no Curso Técnico em Administração, enfatiza o resgate da formação humana onde o aluno, como sujeito histórico, produz sua existência pelo enfrentamento

consciente da realidade dada, produzindo valores de uso, conhecimentos e cultura por sua ação criativa.

Os objetivos do curso são:

a) Oferecer um processo formativo que assegure a integração entre a formação geral e a de caráter profissional de forma a permitir tanto a continuidade nos estudos como a inserção no mundo do trabalho.

b) Organizar experiências pedagógicas que levem à formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de intervir de maneira responsável na sociedade em que vivem.

c) Articular conhecimentos científicos e tecnológicos das áreas naturais e sociais estabelecendo uma abordagem integrada das experiências educativas.

d) Oferecer um conjunto de experiências teóricas e práticas na área com a finalidade de consolidar o “saber fazer”.

e) Destacar em todo o processo educativo a importância da preservação dos recursos e do equilíbrio ambiental.

f) Propiciar conhecimentos teóricos e práticos amplos para o desenvolvimento de capacidade de análise crítica, de orientação e execução de trabalho na área de administração.

g) Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos, capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual está inserido.

5.4.23. Curso Técnico em Enfermagem

A área da saúde ao democratizar-se com ampliação de cobertura pelo Sistema Único de Saúde e pela introdução de programas de proteção especial a diversos segmentos da população, bem como pela ampliação do Programa Saúde da Família, requisita cada vez mais profissionais qualificados e impõe permanente atualização.

Uma parcela da população jovem que concluiu o ensino médio e que não escolheu ou logrou continuar seus estudos a nível superior e que pretende ingressar no mundo do trabalho com uma capacitação que lhe amplie as possibilidades tem no Curso Técnico em Enfermagem, Subsequente, a oportunidade de fazê-lo a partir de uma proposta curricular que responde às exigências de formação para as novas demandas na área da saúde.

Objetivos do curso:

a) Organizar experiências pedagógicas que levem à formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de intervir de maneira responsável na sociedade em que vivem.

b) Oferecer um processo formativo que sustentado na educação geral obtida no nível médio assegure a integração entre a formação geral e a de caráter profissional.

c) Articular conhecimentos científicos e tecnológicos das áreas naturais e sociais estabelecendo uma abordagem integrada das experiências educativas.

d) Oferecer um conjunto de experiências teóricas e práticas na área de enfermagem com a finalidade de consolidar o “saber fazer”.

e) Destacar em todo o processo educativo a importância da preservação dos recursos e do equilíbrio ambiental.

f) Capacitar Auxiliares e Técnicos de Enfermagem qualificados para exercer sua prática profissional orientada pelo saber técnico fundado no conhecimento científico consolidado e capaz de acompanhar os avanços das pesquisas na área da saúde.

g) Formar Auxiliares e Técnicos de Enfermagem que sejam capazes de identificar os determinantes e condicionantes do processo saúde doença.
h) Formar Auxiliares e Técnicos de Enfermagem que compreendam a dinâmica do Sistema Único de Saúde, seu processo de construção e determinantes históricos.

i) Formar Auxiliares e Técnicos de Enfermagem capazes de atuar em equipe multiprofissional distinguindo a responsabilidade profissional de cada membro nos diferentes níveis de atendimento à saúde.

j) Formar Auxiliares e Técnicos de Enfermagem, com base teórico-prática, que sejam capazes de compreender e aplicar normas do exercício profissional e princípios éticos que regem a conduta do profissional de saúde.

k) Desenvolver conhecimento técnico, científico e humanístico que permitam cuidar de indivíduos, famílias, grupos sociais e comunidade, durante todo o processo vital, desenvolvendo atividades de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação.

l) Desenvolver capacidade de reflexão, de trabalho em equipe, de flexibilidade e de resolução de problemas no ambiente de trabalho.

m) Formar Auxiliares e Técnicos de Enfermagem capazes de responder às demandas de diferentes grupos sociais, respeitando as diferenças culturais, sociais, étnicas e econômicas envolvendo-se na definição das estratégias de atenção e cuidados formuladas de forma participativa e solidária com o usuário da saúde.

5.4.24. Curso Técnico em Farmácia

A sociedade atual demanda uma ciência integrada às novas demandas do mercado: uso das novas tecnologias, novos parâmetros ambientais e novas possibilidades de inserção social, considerando, principalmente, a demanda por ações de responsabilidade social. Nesse sentido, objetiva-se que os diversos cursos integrados possibilitem uma formação mais ampla, oferecendo aos estudantes o desenvolvimento da criticidade, da responsabilidade social e ambiental, da autonomia para a busca de novos conhecimentos, juntamente com o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos específicos da área em que se formaram.

Em um contexto como o da sociedade brasileira, de baixa escolarização da população jovem e adulta, a oferta de cursos técnicos de qualidade contribui para a democratização do acesso à educação profissional e tecnológica, além de coadunar-se à necessidade de se elevar os níveis de escolaridade desses segmentos da população.

Na perspectiva de atualizar o perfil profissional de conclusão, para que os egressos possam acompanhar as transformações do setor produtivo e da sociedade, o Plano de Curso da Habilitação Técnica de Nível Médio em Farmácia, ajusta-se às diretivas do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio e mantém-se alinhado às exigências específicas da ocupação, incorporando as inovações decorrentes dos avanços científicos e tecnológicos deste segmento, e de novas tecnologias educacionais.

Há algumas décadas, o segmento farmacêutico vem apresentando mudanças determinadas pela evolução tecnológica e por um mercado em constante expansão. O crescimento do setor é evidenciado pela presença de indústrias farmacêuticas nacionais e internacionais no País; pela dinâmica e evolução do segmento dos medicamentos genéricos, similares e correlatos; pelo aumento significativo no número de estabelecimentos farmacêuticos; pela disseminação de drogarias e farmácias, mesmo em hospitais e Unidades Básicas de Saúde (UBS); pela fusão de empresas do setor (indústrias e redes de drogarias); pela disseminação do uso de medicamentos magistrais; e pela exigência cada vez maior dos clientes por produtos e atendimento de qualidade.

Dados mostram que o varejo farmacêutico brasileiro, em 2021, cresceu 10,8%, além disso, existe a tendência de abertura de grandes lojas no mercado nacional, sinalizando, assim, que as vendas permanecem em alta. De acordo com o Conselho Federal de Farmácia, em 2020, existiam quase de 90 mil farmácias e drogarias no Brasil, representando o terceiro mercado mundial de cosméticos e com perspectivas de ocupar a quinta posição no ranking do consumo de medicamentos em 2023.

A regulamentação do segmento farmacêutico brasileiro, cuja finalidade é promover a proteção da saúde da população, é realizada pelo Ministério da Saúde (MS) e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Nos últimos anos, a Anvisa publicou várias regulamentações voltadas à área de Farmácia, objetivando promover a segurança sanitária dos produtos e serviços e a saúde da população. A expansão desse segmento tem sido acompanhada pela demanda por profissionais qualificados e preparados para atuar como colaboradores diretos do farmacêutico na produção, organização e distribuição de produtos, e, ainda, em serviços relacionados à assistência farmacêutica.

Diante das regulamentações, normas de boas práticas e atividades clínicas, o farmacêutico necessita de uma equipe que auxilie no fluxo dos processos com assertividade, otimizando tempo e recursos. Diante desse cenário, o Técnico em Farmácia atua sob a supervisão do Farmacêutico, e contribui na orientação da população sobre o uso correto dos medicamentos, cosméticos e correlatos, no controle de estoque e na manipulação e no controle de qualidade de medicamentos e cosméticos. É um profissional que precisa, além de conhecimentos técnico-científicos, de princípios que orientem as ações de promoção da saúde e de responsabilidade social e ambiental, de forma a contribuir para o bem-estar e a saúde da população.

Objetivos do curso:

a)- Organizar experiências pedagógicas que levem à formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de intervir de maneira responsável na sociedade em que vivem.

b)- Capacitar e habilitar os profissionais que estejam desempenhando atividades de Farmácia ou que queiram ingressar nesta área, de modo que sejam capazes de acompanhar os avanços da área.

c)- Oferecer um conjunto de experiências teórico-práticas na área de Farmácia com a finalidade de consolidar o “saber fazer”.

d)- Destacar em todo o processo educativo a importância da preservação dos recursos e do equilíbrio ambiental desenvolvendo consciência crítica no exercício da profissão.

5.4.25. Curso Técnico em Estética

A sociedade atual demanda uma ciência integrada às novas demandas do mercado: uso das novas tecnologias, novos parâmetros ambientais e novas possibilidades de inserção social, considerando, principalmente, a demanda por ações de responsabilidade social.

Nesse sentido, objetiva-se que os diversos cursos integrados possibilitem uma formação mais ampla, oferecendo aos estudantes o desenvolvimento da criticidade, da responsabilidade social e ambiental, da autonomia para a busca de novos conhecimentos, juntamente com o acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos específicos da área em que se formaram.

A estruturação Curricular do Curso Técnico em Estética visa o aperfeiçoamento na concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que sintetizem todo o processo formativo.

Assim, os componentes curriculares integram-se e articulam-se garantindo que os saberes científicos e tecnológicos sejam à base da formação técnica, ao mesmo tempo em que as ciências humanas e sociais permitirão que o técnico em formação se compreenda como sujeito histórico que produz sua existência pela interação consciente com a realidade construindo valores, conhecimentos e cultura.

A organização dos conhecimentos, no Curso Técnico em Estética enfatiza o resgate da formação humana onde o aluno, como sujeito histórico, produz sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade dada, produzindo valores de uso, conhecimentos e cultura por sua ação criativa. Em um contexto como o da sociedade brasileira, de baixa escolarização da população jovem e adulta, a oferta de cursos técnicos de qualidade contribui para a democratização do acesso à educação profissional e tecnológica, além de coadunar-se à necessidade de se elevar os níveis de escolaridade desses segmentos da população.

Na perspectiva de atualizar o perfil profissional de conclusão, para que os egressos possam acompanhar as transformações do setor produtivo e da sociedade, o curso Técnico em Estética tem como objetivo proporcionar conhecimento aos alunos, a fim de que se tornem profissionais capacitados na visão de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia, os quais estão contemplados nos princípios do processo formativo.

O mercado de trabalho mostra-se promissor para a atuação na área da estética. Há ofertas para esse profissional em diversos segmentos como clínicas multiprofissionais, salões de beleza, spas, hospitais, home care, entre outros, além dos espaços próprios que o técnico em estética pode empreender.

Assim, se fez necessária a estruturação de tal curso técnico de modo a abranger os conteúdos essenciais para uma formação plena, que contemple as ciências humanas nos princípios de marketing, administração, ética e humanização do profissional bem como, conhecimentos das ciências biológicas e da saúde, como os de anatomia e fisiologia humana, estudo de patologias e como os procedimentos estéticos podem ser aplicados, auxiliando na recuperação, promoção e manutenção da saúde física e mental do cliente.

Os componentes curriculares integram e articulam-se para garantir um ensino-aprendizagem de qualidade, tornando o estudante um indivíduo que se compreende como sujeito histórico que constrói valores, conhecimentos e cultura, participando ativamente na promoção da saúde e do bem-estar da sociedade.

A comunidade escolar do Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza, compreendendo que esta instituição de ensino atende não apenas a cidade de Laranjeiras do Sul, mas também os municípios vizinhos como: Porto Barreiro, Virmond, Nova Laranjeiras, Marquinho, Cantagalo e Rio Bonito do Iguaçu e que a região possui um IDAH baixo, necessitando de profissionais qualificados e também visando melhorar as possibilidades de empregabilidade da população regional, investe na formação profissional, para um mercado de trabalho amplo, tendo em vista que o profissional Técnico em Estética tem possibilidade de atuar em diversos setores, tanto em empresas públicas como privadas, nas áreas de Saúde e Bem-Estar, recursos humanos e desenvolvimento econômico. E entendemos que muitos jovens não tem possibilidades ou condições financeiras para a formação superior, pois já estão inseridos no mercado de trabalho. A área de Estética está no cotidiano do trabalho em todos os setores econômicos e presente em várias etapas do processo produtivo, do comércio e dos serviços exercendo a condição de base para o perfeito funcionamento do sistema, assim é uma área que demanda permanente atualização e apresenta uma crescente exigência de trabalhadores qualificados. Entendemos ainda ser um curso que qualificará os estudantes por meio do conhecimento científico para otimizar os recursos destas empresas.

Objetivos do curso:

a) Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos, capazes de participar e promover transformação no mundo do trabalho.
b) Articular conhecimentos científicos e tecnológicos das áreas naturais e sociais estabelecendo uma abordagem integrada das experiências educativas.
c) Oferecer um conjunto de experiências teóricas e práticas na área com a finalidade de consolidar o “saber fazer”.
d)Destacar em todo o processo educativo a importância da preservação dos recursos e do equilíbrio ambiental.

5.4.26. Ações relacionadas à empregabilidade

O Centro Estadual de Educação profissional Prof. Naiana Babaresco de Souza - CEEP, ao ofertar os cursos técnicos preocupa-se em proporcionar aos estudantes um conhecimento completo interligando teoria a prática.

Assim, constata-se que o fator empregabilidade deve estar presente de forma contínua no decorrer dos cursos, pois é por meio deste quesito que os alunos são preparados e capacitados para atuar em sua área profissional.

Um profissional em excelência necessita compreender o todo da sua área, ou seja dominar o conhecimento científico alicerçado ao conhecimento prático aplicando diferentes técnicas e procedimentos que fomente o seu crescimento tanto pessoal quanto profissional que o proporcionará uma carreira de pleno sucesso.

O Centro Estadual de Educação profissional Prof. Naiana Babaresco de Souza - CEEP é uma instituição que está preocupada em proporcionar continuamente práticas diversificadas que coloquem os alunos em contato com diferentes situações cotidianas da sua profissão, qualificando-os para atuarem ativamente no mercado de trabalho.

Comprova que o CEEP desenvolve várias ações que faz com que o estudante seja protagonista na construção do seu conhecimento, por meio de práticas complementares (atividades diferenciadas) na formação dos estudantes de todos os cursos.

Dentre as ações pode-se elencar: palestras e eventos com temas relacionados aos cursos. Além de visitas técnicas em organizações e instituições parceiras com o intuito de

aproximar a teoria estudada em sala de aula e sua aplicação prática no dia-a-dia da respectiva profissão.

Outra atividade complementar são as oficinas que são proporcionadas em contraturno, com atividades práticas para que os estudantes desenvolvam habilidades e competências relacionadas à formação técnica.

Propõe-se também o desenvolvimento de projetos em que os estudantes têm a oportunidade de trabalhar de fato aplicando os conhecimentos aprendidos nos cursos. Como exemplo disso, a construção de uma composteira e uma horta tecnológica na qual envolve a multidisciplinaridade dos cursos.

Outras práticas que são aplicadas no decorrer dos cursos são abordagens pertinentes que envolvam temas relacionados à saúde física e mental dos estudantes, como: jogos e gincanas escolares, levantamento e encaminhamento para acompanhamento psicológico dos estudantes ao longo de sua formação.

Ressalta-se também as parcerias que o CEEP possui com várias instituições atuantes na região, tais como: Associação Comercial e empresarial de Laranjeiras do Sul - ACILS, com a Agência do trabalhador e com instituições de ensino públicas e privadas da região, Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, o Centro Universitário Campo Real de Laranjeiras do Sul, o SEBRAE/PR para fomentar e qualificar ainda mais o corpo docente, e consequentemente buscar melhorias na qualidade de ensino nos cursos oferecidos pelo CEEP.

Em relação às parcerias destaca-se o projeto em curso chamado “Educação empreendedora” desenvolvido e implementado em parceria com o SEBRAE, objetivando o aperfeiçoamento e o aprimoramento do uso de tecnologias e metodologias ativas por parte dos professores da educação básica e profissional. Contudo, as ações realizadas e parcerias estabelecidas objetivam incentivar e inserir os estudantes no mercado de trabalho por meio de ações de empregabilidade.

5.5. Alunos e professores representantes de turma

Outra ação que faz parte da gestão democrática e auxilia o trabalho no Centro Estadual de Educação Profissional Professora Naiana Babaresco de Souza é a eleição dos representantes de turma, sendo que cada turma realiza a escolha do seu respectivo

representante, sendo que o mesmo tem a função de colaborar com o trabalho do professor, da equipe pedagógica e direção. As funções do Coordenador de turma são:

- Coordenar o trabalho de organização da sala juntamente com os demais alunos;
- Quando necessário buscar material para o desenvolvimento das atividades, de forma organizada para sair o mínimo possível da sala de aula;
- Encaminhar possíveis pedidos, sugestões e reclamações à equipe pedagógica ou a direção;
- Colaborar com o professor regente, proporcionando momentos de reflexão e aprendizado;
- Fazer a intermediação entre alunos e professores para a possível resolução de problemas relacionados à metodologia utilizada em sala e quando não for possível resolver, comunicar a equipe pedagógica;
- Colaborar na organização de apresentações propostas pelo colégio e incentivar apresentações pensadas pela turma;
- Comunicar a equipe pedagógica, possíveis problemas de indisciplina que venham atrapalhar o processo de ensino aprendizagem;
- Colaborar com todos os professores quando requisitados para facilitar o trabalho, visando o melhor rendimento da turma.

Assim como os alunos representantes de turma, cada turma tem seu professor coordenador que também colabora para a organização das turmas desempenhando as seguintes funções:

- Acompanhar o processo de ensino aprendizagem e encaminhar a Equipe Pedagógica sempre que surgir casos de alunos que necessitem de algum acompanhamento;
- Acompanhar a organização da turma de acordo com o mapa de sala e se preciso alterar, conforme a necessidade, para um melhor rendimento escolar;
- Conscientizar os alunos sobre a importância da organização da sala;
- Acompanhar a frequência dos alunos e comunicar a equipe pedagógica se necessário;
- Conscientizar os alunos para que cumpram o regulamento interno;
- Assegurar que na sala de aula não ocorra tratamento discriminativo em qualquer situação;

- Propor momentos de reflexão que venham contribuir com a formação do aluno, através de textos, músicas, dinâmicas, dentre outros.

5.6. Programa Brigadas Escolares

O programa Brigadas Escolares da Secretaria de Estado da Educação (SEED), implantado no primeiro semestre de dois mil e doze, na Rede Estadual de Ensino, tem por finalidade preparar os profissionais da educação, para prestar os primeiros socorros, combate a princípio de incêndio e atividades de emergência em geral, nas escolas, até a chegada de apoio qualificado. São repassadas informações técnicas necessárias para a prática do plano de evacuação do Estabelecimento, diante de situações de emergência.

O Programa conta com etapas obrigatórias de conscientização, mobilização e operacionalização. Nas duas primeiras foi realizado o planejamento de implantação com a comunidade escolar, considerando as orientações sobre a importância do projeto na escola, sua utilização e aplicação no espaço escolar. Na última etapa foi previsto a organização da Brigada de Emergência, a definição do papel de cada profissional na estrutura e suas funções, a aquisição de materiais e equipamentos e o cronograma de simulações.

Acesse o link para: **Plano de Abandono**

https://docs.google.com/document/d/16nU9PY_F-TdsalSyT2vBLNuhlCDM4zjs/edit?usp=share_link&ouid=116314397182317892189&rtpof=true&sd=true

5.6.1. Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional é um instrumento de controle, de gestão e serve para medir a eficiência e a eficácia de um sistema de ensino.

Segundo Moacir Gadotti

> Avaliar é um ato que exercemos constantemente no nosso cotidiano. Toda vez que precisamos tomar alguma decisão avaliamos prós e contras. Quando avaliamos processos, atos, coisas, pessoas, instituições ou o rendimento de um aluno, estamos atribuindo valores. Podemos fazê-lo através de um diálogo construtivo ou, ao contrário, transformar a avaliação num momento autoritário

> e repressivo. Esta ou aquela opção dependerá da nossa concepção educacional e dos objetivos que desejamos atingir (1999).

Partindo de uma concepção de educação centrada na formação humana, na mediação do saber historicamente produzido e na construção da cidadania, fazem-se necessários momentos de reflexão para que se avalie e reorganize as ações educacionais.

Numa proposta de gestão democrática observa-se a construção de um processo de avaliação baseado na participação da comunidade escolar, tendo como objetivo a melhoria da instituição de ensino. A maneira como a gestão escolar é conduzida nas instituições pode determinar o rumo dos aspectos educacionais das escolas.

A Avaliação Institucional realizada nesta Instituição de Ensino é um instrumento de reflexão, análise, acompanhamento e proposição de ações que norteiam o trabalho educativo e contemplam a equipe de profissionais do colégio, os alunos, os pais e a comunidade na qual está inserida.

Desta forma, a avaliação tem como propósito o diálogo com a equipe escolar para que possam pensar junto, avaliar e propor ações para a melhoria da qualidade do ensino, das relações interpessoais e das condições de trabalho, tendo em vista uma gestão participativa e democrática.

É um instrumento onde se definirão as ações e as melhorias para a educação. Propõe-se o desafio de avaliar de forma sistemática a instituição e as instâncias educacionais, na perspectiva de uma avaliação crítica e transformadora, de acordo com a realidade educacional, realizada coletivamente de forma comprometida com uma educação de qualidade. O professor será avaliado a partir dos critérios: produtividade; participação; assiduidade e pontualidade dos quatro semestres dentro do período de interstício.

5.6.2. Acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico

O acompanhamento e a avaliação do Projeto Político Pedagógico Pedagógico seguirá uma perspectiva transformadora de uma escola democrática capaz de favorecer não só o acesso às camadas populares, mas sim, sua permanência na escola. Visa também a formação do aluno como cidadão crítico, participativo e autônomo, cuja apropriação significativa e crítica do conhecimento, constitui o objetivo do processo

ensino-aprendizagem. O CEEP reconhece o aluno e o professor como sujeitos socioculturais dotados de identidade própria, com gênero, raça, classe social, visões de mundo e padrões socioculturais próprios a serem levados em consideração através das práticas docentes e avaliativas tendo em vista uma apropriação efetiva e significativa do conhecimento.

O presente Projeto Político Pedagógico será avaliado em seu dia a dia no CEEP, observando-se os pressupostos que o embasam e os elementos facilitadores, bem como as dificuldades a serem superadas pela comunidade escolar, quanto ao seu potencial, os pontos fortes e fracos. Pretende-se junto às Instâncias Colegiadas envolvidas um questionamento do que está proposto, como melhorar e como atualizar constantemente atividades do dia a dia.

Portanto, o Projeto Político Pedagógico desenvolvido pelos integrantes desta Instituição de Ensino não é algo pronto e acabado, mas será sempre avaliado, repensado, redimensionado e realimentado no que for necessário, de forma coletiva com a comunidade escolar.

5.6.3. Calendário Escolar 2023

Acesse o link para: **Calendário Escolar Integrado - Manhã**
https://drive.google.com/file/d/1waU3zr66_jODy38UXbHdeSMsZzeBzMTm/view?usp=sharing

Acesse o link para: **Calendário Escolar Subsequente - Noturno**
https://drive.google.com/file/d/1Wl3wRVNB8_blYf0SPJgw-C2EFcEGQV4j/view?usp=sharing

6. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR (PPC) - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Proposta Pedagógica Curricular na Educação Profissional está organizada por meio dos Planos de Curso seguindo a matriz curricular em vigência. Além disso, sua definição pela instituição tem como base os referenciais e currículos destinados à rede

estadual de ensino do Paraná.

Os Planos de Curso apresentados têm como eixo orientador a perspectiva da formação profissional como constituinte da integralidade do processo educativo, que atende a necessária articulação entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia através de uma organização curricular em que os seus componentes integram-se e articulam-se garantindo que os saberes científicos e tecnológicos sejam à base da formação técnica.

6.1 Plano de Curso: Técnico em Agronegócio Integrado

Acesse o link para: NEM - *Matriz Curricular* Curso Técnico em Agronegócio Integrado início 2022

https://drive.google.com/file/d/1iR6hi_OUjzNdE1gBCo-JO7gASHHkb7sD/view?usp=share_link

Acesse o link para: NEM - *Matriz Curricular* Curso Técnico em Agronegócio Integrado início 2023

https://drive.google.com/file/d/1bJnVVWSilSy3tcUnfUcVdH1xkormUMlw/view?usp=sharing

Acesse o link para: NEM - *Plano de Curso* Técnico em Agronegócio Integrado 2022/2023

https://drive.google.com/file/d/119s3oelZJKiW5lpFDWg-bwMVAE9-a-za/view?usp=share_link

Acesse o link para: *Plano de Curso* Técnico em Agronegócio Integrado - Término 2023

https://docs.google.com/document/d/1S0V3TlkMBn1VwMpw5nmkltun_KGbMNzV/edit?usp=sharing&ouid=116314397182317892189&rtpof=true&sd=true

6.2 Plano de Curso: NEM - Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado

Acesse o link para: NEM - *Matriz Curricular* Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado início 2022

https://drive.google.com/file/d/1asklxmCwaALLT2w9452l1C_lL9Qvfn81/view?usp=sh

are_link

Acesse o link para: NEM - *Matriz Curricular* Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado início 2023

https://drive.google.com/file/d/1NkdaR8CRBR8QG0xlk9GTZhyPvASe34eq/view?usp=sharing

Acesse o link para: NEM - *Plano de Curso* Técnico em Desenvolvimento de Sistemas Integrado 2022/2023

https://drive.google.com/file/d/1bKkEKp594-DyqXZqUASjHD8nlpmcWW29/view?usp=share_link

6.3 Plano de Curso: Técnico em Informática Integrado

Acesse o link para: *Plano de Curso* Informática Integrado - início 2021

https://drive.google.com/file/d/1lV64xdzlySSCQndRJzVjM512uxKfGq3t/view?usp=share_link

6.4 Plano de Curso: Técnico em Administração Subsequente

Acesse o link para: *Plano de Curso* Administração Subsequente

Plano de Curso Técnico Administracao Subsequente

6.5 Plano de Curso: Técnico em Edificações Subsequente e Integrado

Acesse o link para: *Plano de Curso* Edificações Subsequente

https://drive.google.com/file/d/19ru6CjTfboMRnUl2kMfHSC-4sT4B5Qpi/view?usp=share_link

Acesse o link para: *Plano de Curso* Edificações Integrado

https://docs.google.com/document/d/1BxoNsR7nP1eZnFokZg4XTn6L8W68rMJh/edit?usp=sharing&ouid=116314397182317892189&rtpof=true&sd=true

6.6 Plano de Curso: Técnico em Enfermagem Subsequente

Acesse o link para: *Plano de Curso* Enfermagem Subsequente

https://drive.google.com/file/d/1wob5gUCnbluo66p36dCjFOSkWOPHqtTM/view?usp=share_link

6.7 Plano de Curso: Técnico em Farmácia Subsequente

Acesse o link para: *Plano de Curso Farmácia*

https://drive.google.com/file/d/1cnOHylv1kFD0Sv6rqhMQMNOvJ1I0XmzT/view?usp=sharing

6.8 Plano de Curso: Técnico em Estética Subsequente

Acesse o link para: *Plano de Curso* Estética

https://drive.google.com/file/d/19Ac5wQT-fqQbFYCVP0IAS-zXLf111DW0/view?usp=sharing

7. Formação Geral Básica - Currículo Priorizado

O contexto pós pandemia exige atenção à recomposição das aprendizagens, assim, os documentos norteadores são levados à prática de forma coerente com cada realidade. Neste sentido, considerando-se o exposto, a escola pode consultar o Currículo Priorizado, organizado por componente curricular para o período pandêmico, com a intenção de desenvolver saberes que não foram atingidos pelos estudantes.

Link para consulta ao Currículo Priorizado dos componentes da área em:

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/estudo_planejamento/curriculos_priorizados

8. Parte Flexível Obrigatória

As Unidades Curriculares ofertadas aos estudantes são: Projeto de Vida e Educação Financeira.

O **Projeto de Vida** é fundamental para articular, integrar e incentivar o estudante a vivenciar seu protagonismo no processo de aprendizagem.

A **Educação Financeira** pretende contribuir com o desenvolvimento de competências que agreguem potencial às decisões, interesses e perspectivas dos estudantes em relação

ao seu projeto de vida, assim como uma atitude consciente em relação às questões financeiras.

As Ementas referente a cada Unidade Curricular da Parte Flexível Obrigatória ofertada pelo Centro de Educação Profissional Professora Naiana Barbaresco de Souza, encontram-se disponíveis no Caderno de Itinerários Formativos 2023:

NEM - caderno_itinerarios_formativos_completo.pdf

O Guia para docentes de Projeto de Vida está disponível em:

NEM_guia_docentes_projeto_vida2023.pdf

9. Trilhas de Aprendizagem (MAT e CNT):

Robótica I - tem como objetivo principal inserir a Robótica no âmbito educacional como Ciência ligada à área tecnológica, com um amplo arcabouço para trabalhar diferentes conhecimentos de forma interdisciplinar e desenvolver significativas habilidades e competências para o sujeito do século XXI.

Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1zYzGPKG1dAuFCY6aULu35jsw21DBSInh/view?usp=sharing

10. Plataformas digitais

Os objetivos de aprendizagem serão implementados em sala de aula por meio dos planos de aula disponibilizados do Registro de Classe Online, aba planejamento, os quais podem ser customizados pelos professores, sempre que necessário.

A prática é desenvolvida por meio de estratégias que englobam a contextualização e a integração entre os diferentes componentes curriculares. A avaliação é parte integrante de todo o processo de ensino-aprendizagem, tendo caráter formativo.

As plataformas digitais são recursos pedagógicos utilizados para potencializar as

aprendizagens, no CEEP são trabalhadas: Plataforma Inglês Paraná, Redação Paraná, Leia Paraná e Programa Edutech.
Acesse o link para: Plataformas digitais:

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/plataformas_educacionais

As atividades estão atreladas aos objetivos de aprendizagem a serem atingidos, buscando promover a consolidação das aprendizagens e a manutenção do hábito de estudo, entendendo que se aprende em diferentes ambientes, além do escolar.

REFERÊNCIAS

ANDERY, Maria Amália. Olhara para a história: caminho para a compreensão da ciência hoje. In: ANDERY, Maria Amália et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1998.

BEAUCHAMP, J. PANGEL, S. D. & NASCIMENTO, A. R. do. Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BRAIT, Lilian Ferreira Rodrigues, *et all*. A relação professor/aluno no processo de ensino e aprendizagem**. Itinerarius Reflectionis.** Revista eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí **–** UFG, v, 8 n°1. Jan/jul 2003.

Brasil. [Estatuto do idoso (2003)]. Legislação sobre o idoso : Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do idoso) e legislação correlata [recurso eletrônico]. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2013.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 1.044, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969. Dispõe sobre o tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20/12/1996.

CARVALHO, R. E**. A escola como espaço inclusivo.** In: IV Congresso de Educação de Presidente Prudente 2000, Revista de Anais... Presidente Prudente, 2000.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: RAMOS, Marise. (Org.) ; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.) . Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005; pp. 83-105.

DALBEN, ANGELA I.L. DE FREITAS.**Gestão escolar e o lugar dos conselhos de classe.** Campinas, SP. Papirus, 2004.

_____. **Avaliação escolar. Presença Pedagógica,** Belo Horizonte, v. 11, n. 64, jul./ago. 2005.

DEMO, Pedro. Politica Social, Educação e Cidadania. Papirus, 1996.

DEWEY, John. **Vida e Educação**. 10 ed. São Paulo: Melhoramentos, RJ, 1978.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Resolução n.º 3, de 21 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622>. Acesso em: 13/08/2021.

ENGUITA, Mariano Fernandez. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FONTANA, Alessandra Carla; VITORIANO, Matilde; MIDORI, Elza. **Aliando Teoria à Prática**. I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM: “Infância e Práticas Educativas”, 2007.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, v. 7, n. 1, p. 147-160, abr. 2007.

FREITAS, Marcos Cezar de, KHULMANN JR, Moisés. (orgs.). Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo. (1979). **Educação como prática da liberdade.** 17.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. (1983). 13.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. (Coleção O Mundo, Hoje,v.21).

GADOTTI, Moacir. **Um Legado de Esperança**. SP: Cortez, 2001.

GUSSO, Angela M. e outros. Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações Pedagógicas para os Anos Iniciais. Curitiba, Paraná: Secretaria de Estado da Educação, 2010.

Indígena. In:Sistema Educativo Nacional de Brasil. Madrid, 2002. Capítulo

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS. Educação Escolar 9, p. 116 – 121. Disponível em http://www.oei.es/quipu/brasil/educ_indigena.pdf acesso em 12/09/1.

KRAMER, Sônia. A política do pré-escolar no Brasil – a arte do disfarce. 5ª 137d. São Paulo: Cortez, 1995.

KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é Fundamental. In: Educação e Sociedade. Campinas, vol. 27, no 96 – Especial – p. 797-818, ou. 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública:** a Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos. 15ª Ed. São Paulo: Loiola, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos**. Organização e gestão da escola:** Teoria e Prática**.** 5ª Ed. Goiânia, GO: Editora Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão escolar: teoria e prática. Goiânia:Editora Alternativa, 2007.

LOPES, Esther. FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR: um caminho para o atendimento de aluno com deficiência, nas classes comuns da Educação Básica. Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação Programa de Desenvolvimento Educacional/PDE. Curitiba, 2008.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002. Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

MORAN, J. M. Novas tecnologias e o re-encantamento do mundo. Revista Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro, vol. 23, n.126, setembro-outubro 1995, p. 24-26. Disponível em: http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/Site/documentos/espaco-virtual/espacoedu-com-tec/artigos/novas%20tecnologiase%20o%20reencantamento%20do%20mundo.pdf. Acesso em 08/06/2015.

MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. Aprendizagem Significativa: a teoria de David Ausubel. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MORIN Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2000.

PARANÁ. Educação Escolar Indígena / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Coordenação da Educação Escolar Indígena. – Curitiba : SEED – Pr., 2006. - 88 p. - (Cadernos Temáticos).

PARANÁ. ORIENTAÇÃO Nº 001/2022. Dispõe sobre a estrutura e o trabalho com o Currículo para o Ensino Médio da rede estadual do Paraná no ano de 2022 . Curitiba, 2022.

PAROLIN, Isabel. Professores Formadores: **A relação entre a Família, a Escola e a Aprendizagem.** 2ª ed. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2010.

PARANÁ. DELIBERAÇÃO Nº 02/2016. Dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Curitiba, 2016.

PARANÁ. **Referencial Curricular para o Novo Ensino Médio do Paraná**. Curitiba: SEED, 2021.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico–crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação, política. 35ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Padagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 9ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação, política. 35ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, Demerval. A pedagogia histórico-crítica e a prática escolar. IN:SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. 268 ed São Paulo Cortez. 1992.

SEED, Diretrizes da Educação Profissional. Governo do Estado do Paraná, Secretaria do Estado da Educação, Superintendência da Educação, Curitiba, 2008.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros / Magda Soares. 2. ed. 8. reimpr. ___ Belo Horizonte: Autêntica 2004

SOUZA, E. C. de. **O conhecimento de si, as narrativas de formação e o estágio: reflexões teórico-metodológicas sobre uma abordagem experimental de formação inicial de professores**. In: ABRAHÃO, M. H. M. B. (Org.). A aventura (auto) biográfica: teoria e empiria. POA: EDIPUCRS, 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos S. - Planejamento. Projeto de Ensino -Aprendizagem e Projeto Político - Pedagógico, pág. 182.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.) **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível.** Campinas, SP: Papirus, 1995.

VEIGA, I. P. Projeto Político da Escola: uma construção coletiva. In:_____ **Projeto Político Pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, p. 11-35, 1995.

VIGOTSKY, L.S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.